

2023

PSICOLOGIA & CULTURA:

Abordagens, reflexões e implicações da psicologia
na sociedade contemporânea



Cristiane Elisa Ribas Batista
Jaisa Klaus
Patrícia Gonçalves de Freitas
Organização

2023

PSICOLOGIA & CULTURA:

Abordagens, reflexões e implicações da psicologia
na sociedade contemporânea



Cristiane Elisa Ribas Batista
Jaisa Klauss
Patrícia Gonçalves de Freitas
Organização

Editora Chefe

Patrícia Gonçalves de Freitas

Editor

Roger Goulart Mello

Diagramação

Lidiane Bilchez Jordão

Dandara Goulart Mello

Patrícia Gonçalves de Freitas

Roger Goulart Mello

Projeto gráfico e edição de arte

Patrícia Gonçalves de Freitas

2023 by Editora e-Publicar

Copyright © Editora e-Publicar

Copyright do Texto © 2023 Os autores

Copyright da Edição © 2023 Editora e-Publicar

Direitos para esta edição cedidos à Editora
e-Publicar pelos autores**Revisão**
Os Autores**Open access publication by Editora e-Publicar****PSICOLOGIA E CULTURA: ABORDAGENS, REFLEXÕES E IMPLICAÇÕES DA
PSICOLOGIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, VOLUME 1.**

Todo o conteúdo dos capítulos desta obra, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade Federal de Santa Catarina

Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense

Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia
Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Cristiana Barcelos da Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais
Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina
Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes
Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco
Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina
Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Edilene Dias Santos - Universidade Federal de Campina Grande
Edwaldo Costa – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Érica de Melo Azevedo - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará
Glaucio Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense
Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz
Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA
Jaisa Klauss - Instituto de Ensino Superior e Formação Avançada de Vitória
Jesus Rodrigues Lemos - Universidade Federal do Delta do Parnaíba
João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco



Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas

Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará

Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes

Marcos Pereira dos Santos - Faculdade Eugênio Gomes

Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo

Milson dos Santos Barbosa – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
- IFPB

Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará

Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Rodrigo Lema Del Rio Martins - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P974

Psicologia e cultura: abordagens, reflexões e implicações da psicologia na sociedade contemporânea - Volume 1 / Organizadoras Cristiane Elisa Ribas Batista, Jaisa Klauss, Patrícia Gonçalves de Freitas. – Rio de Janeiro: e-Publicar, 2023.

Livro em Adobe PDF
ISBN 978-65-5364-208-9
Inclui Bibliografia

1. Psicologia. 2. Cultura. 3. Pesquisa. I. Batista, Cristiane Elisa Ribas (Organizadora). II. Klauss, Jaisa (Organizadora). III. Freitas, Patrícia Gonçalves de. IV. Título.

CDD 150

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Editora e-Publicar

Rio de Janeiro, Brasil

contato@editorapublicar.com.br

www.editorapublicar.com.br

2023



Apresentação

É com grande satisfação que a Editora e-Publicar apresenta a obra intitulada “Psicologia e Cultura: Abordagens, reflexões e implicações da psicologia na sociedade contemporânea, Volume 1”. Neste livro engajados pesquisadores contribuíram com suas pesquisas. Esta obra é composta por capítulos que abordam múltiplos temas da área. Desejamos a todos uma excelente leitura!

Editora e-Publicar

Sumário

CAPÍTULO 1	10
DOENÇA DE PARKINSON E O PERFIL NEUROPSICOLÓGICO DE PACIENTES NESTA CONDIÇÃO.....	10
	Daniele de Fátima de Paiva Abreu
CAPÍTULO 2	17
A PSICOLOGIA DOS SUPER-HERÓIS: IMPACTOS DA MÍDIA DE SUPER-HERÓIS NO COMPORTAMENTO PRÓ-SOCIAL	17
	Yanne Pacheco Barboza de Lira Ana Luiza Romão Braz Lara Camelo Oliveira Edson Felipe Vieira Silva Isabella Leandra Silva Santos
CAPÍTULO 3	29
O QUE É ABUSIVO: UMA REVISÃO SOBRE RELACIONAMENTOS ABUSIVOS	29
DOI 10.47402/ed.ep.c2311283289	Daniela Zibenberg Letícia Bandeira de Mello da Fonseca Costa
CAPÍTULO 4	46
O AUMENTO DO USO DE ANTIDEPRESSIVOS E ANSIOLÍTICOS PÓS PANDEMIA E SEUS IMPACTOS.....	46
DOI 10.47402/ed.ep.c2311294289	Ellen Oliveira Araújo Gabriella Silva Ramos Julia Silva Carrijo Luan Mendes de Freitas Mayara Beatriz Carvalho Gonçalves Nayara Sílvia Santos Janaina Jácome dos Santos
CAPÍTULO 5	60
MODOS DE CONSUMO: A INFLUÊNCIA DA INDÚSTRIA CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO JOVEM	60
DOI 10.47402/ed.ep.c2311305289	Thiago Frederik Mendes Batista Jaciany Soares Serafim
CAPÍTULO 6	70
INTEGRAÇÃO DA ESPIRITUALIDADE NO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO: BENEFÍCIOS, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO.....	70
DOI 10.47402/ed.ep.c2311316289	Kahlinne Rocha Brandão Ramon Silva Silveira da Fonseca
CAPÍTULO 7	90
COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS NA ADOLESCÊNCIA	90
	Daniele de Fátima de Paiva Abreu Willian Miguel de Araujo Pontes

CAPÍTULO 8	98
ENTENDENDO A MISOGINIA ONLINE: ASPECTOS PSICOSSOCIAIS	98
	Taciane Cavalcanti do Amaral Mota
CAPÍTULO 9	105
REFLEXÕES SOBRE A PESQUISA QUALITATIVA EM PSICOLOGIA	105
	Taciane Cavalcanti do Amaral Mota
CAPÍTULO 10	113
A PRÁTICA DA TENDÊNCIA ATUALIZANTE PELAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR.....	113
DOI 10.47402/ed.ep.c23113510289	
	Iarley Pereira de Sousa Leilane Menezes Maciel Travassos Romércia Batista dos Santos
CAPÍTULO 11	129
ANÁLISE DA ATIVIDADE DE TRABALHO DE UMA TECNÓLOGA EM RADIOLOGIA: ESTUDO DE CASO	129
	Edizângela de Fátima Cruz de Souza
CAPÍTULO 12	137
EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO PELA FACULDADE CESUSC EM PSICOLOGIA DO ESPORTE.....	137
DOI 10.47402/ed.ep.c23113712289	
	Rita Adriana Melo Sterling Marília Santos do Amaral Guilherme Ribeiro Soares

CAPÍTULO 1

DOENÇA DE PARKINSON E O PERFIL NEUROPSICOLÓGICO DE PACIENTES NESTA CONDIÇÃO

Daniele de Fátima de Paiva Abreu

RESUMO

A doença de Parkinson é uma doença lentamente progressiva e degenerativa caracterizada por tremores em repouso, rigidez muscular, movimentos lentos e diminuídos. Tendo em vista o aumento significativo da sua prevalência nas últimas décadas, o presente capítulo objetivou a priori compreender as manifestações clínicas, os critérios diagnósticos e a importância da neuropsicologia dentro na DP. Contudo, foi observado que a neuropsicologia atua de forma singular no diagnóstico, no processo de reabilitação e intervenção comportamental, visando sempre à recuperação da saúde do paciente. Espera-se que o capítulo possa trazer uma contribuição para alunos e professores que pretendam entender os ângulos da DP no âmbito neuropsicológico.

PALAVRAS-CHAVE: DP. Neuropsicologia. Diagnóstico.

1. INTRODUÇÃO

A doença de Parkinson (DP) ou mal de Parkinson é uma patologia de origem neurológica, lentamente progressiva e degenerativa de uma região conhecida como substância negra, presente no sistema nervoso central (SILVA *et al.*, 2021). A sua descrição remonta a 1817, quando James Parkinson descreveu os sintomas cardinais desta doença, mais tarde designada com o seu nome (KEMPSTER *et al.*, 2007).

É considerada a segunda enfermidade neurodegenerativa mais comum na população idosa, apresenta-se de forma crônica e progressiva, devido à diminuição do neurotransmissor dopamina nos gânglios da base (CHOU, 2020). O Estudo de Fatores de Risco Global Burden of Disease Study de 2016 ressaltou que, entre os distúrbios neurológicos conhecidos e estudados pela ciência, sabe-se que a DP é considerada a que mais cresce em prevalência, incapacidades e mortes ao longo dos anos (RIEDER, 2020).

Foi estimado que 6,1 milhões de indivíduos em todo o mundo tiveram um diagnóstico de DP em 2016, 2,4 vezes mais que em 1990 (DORSEY *et al.*, 2018). Essa prevalência crescente foi atribuída ao aprimoramento de métodos diagnóstico, ao envelhecimento da população com o aumento da expectativa de vida e, possivelmente, à maior exposição ambiental (MARRAS *et al.*, 2018). A DP surge geralmente entre os 50 e os 80 anos de idade, com um pico na sétima década de vida, sendo mais prevalente nos homens (GOETZ, 2011).

Os pesquisadores Silva *et al.* (2015) explanam que um dos grandes desafios desse século é a criação de estratégias para o cuidado da população idosa que apresenta diversas

particularidades e ainda uma elevada prevalência de doenças crônicas degenerativas e incapacitantes. Fadiga, constipação, disfagia, dificuldades urinárias, disfunção sexual, hipotensão ortostática, sintomas sensoriais dolorosos e a dermatite seborreica são outros sinais que o portador da doença de Parkinson pode apresentar (CHOU, 2020).

De fato, a teoria mais aceita de acometimento do SNC pela DP parte da descrição dos seis estágios anátomo-patológicos da deposição dos corpos de Lewy, feita pelo neuroanatomista alemão Heiko Braak em 2003 (Brandão, xx). Reconhece-se que a DP seja, na verdade, uma doença que se distribui sistemicamente e envolve tanto neurônios dopaminérgicos quanto não dopaminérgicos (serotoninérgicos, colinérgicos, noradrenérgicos), assim como sítios no SNC e extra-SNC (MCCANN; CARTWRIGHT; HALLIDAY, 2016).

2. AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA NA DOENÇA DE PARKINSON

A avaliação neuropsicológica abrangente de pacientes com DP é um processo dispendioso, que demanda tempo prolongado, e requer avaliações de um ou mais profissionais de saúde altamente especializados (BRANDÃO, 2021). Há grande heterogeneidade na escolha dos testes neuropsicológicos para uso na prática clínica, e ainda carece a recomendação formal de uma bateria sensível o suficiente para identificar déficits mais sutis. Tem sido recomendado que os instrumentos cognitivos sejam selecionados a partir da disponibilidade de dados normativos adequados à população local (AARSLAND *et al.*, 2021).

As diretrizes separaram o processo de avaliação de transtornos cognitivos associados à DP em dois níveis: nível I, diagnosticado com testes de rastreio simples, rápidos, facilmente reprodutíveis e transculturalmente adaptados; e nível II, diagnosticado com uma bateria mais abrangente de testes validados localmente, que forneceriam estimativas válidas dos déficits cognitivos relacionados à DP. Logo, esses testes, segundo os especialistas, devem abranger pelo menos cinco domínios cognitivos.

A Escala de Avaliação Cognitiva da Doença de Parkinson (*Parkinson's Disease - Cognitive Rating Scale*, PD-CRS) é um exemplo de instrumento de avaliação cognitiva global, que acolhe os domínios cognitivos predominantemente comprometidos na DP (BOBADILLA *et al.*, 2013). A PD-CRS é composta por nove subtestes, e inclui a avaliação dos domínios cognitivos "frontal-subcortical" e "cortical posterior". A pontuação do escore "frontal-subcortical" é composta por testes de atenção sustentada, memória operacional, evocação imediata e tardia de memória verbal, fluência verbal alternada, fluência verbal de ações e desenho do relógio espontâneo (BRANDÃO, 2021).

3. ASPECTOS FISIOLÓGICOS E NEUROANATÔMICOS DA DP

Do ponto de vista fisiopatológico, a DP é caracterizada pela morte precoce dos neurônios dopaminérgicos da substância negra (*pars reticulada*), gerando como consequência a redução drástica dos níveis de dopamina no corpo estriado (JANKOVIC; TOLOSA, 2007). Estudos patológicos recentes (JANKOVIC *et al.*, 2020) em humanos e em modelos animais evidenciam que neurônios não dopaminérgicos em outras regiões (como o núcleo dorsal do vago, locus coeruleus e núcleos da rafe) também estão envolvidos (MARTINS, 2021).

Os neurônios dopaminérgicos envolvidos nos circuitos motores principais inervam primordialmente os núcleos da base (corpo estriado, os segmentos externo e interno do globo pálido e o núcleo subtalâmico), assim como os alvos das suas projeções (tálamo e córtex motor, por exemplo), servindo como moduladores dos circuitos córtico-estriatais (JANKOVIC; TOLOSA, 2007).

4. ASPECTOS COGNITIVOS DA DP

Considera-se que a perda de neurônios dopaminérgicos na substância negra e a consequente disfunção do córtex pré-frontal desempenham papel importante no déficit executivo na DP (KALLIA *et al.*, 2015). Os déficits cognitivos também decorrem da disfunção colinérgica, observável na doença (COLLOBY *et al.*, 2016; O'CALLAGHAN *et al.*, 2017).

A disfunção cognitiva decorre do comprometimento de circuitos não motores corticais e subcorticais (MARTINS, 2021). De fato, os núcleos da base interagem com diversas porções do córtex frontal e do sistema límbico, desempenhando um papel na regulação de funções cognitivas e afetivas (JANKOVIC; TOLOSA, 2007).

As alterações na DP ocorrem gradual e progressivamente ao longo dos anos e diversas funções cognitivas são prejudicadas (HALLIDAY *et al.*, 2014). Os déficits são considerados essencialmente de natureza executiva (AARSLAND *et al.*, 2010; O'CALLAGHAN *et al.*, 2017), afetando a capacidade de planejamento, o controle cognitivo, a elaboração de conceitos, a iniciação, o controle inibitório (PILLON *et al.*, 1993; O'CALLAGHAN *et al.*, 2017), a organização e a regulação do comportamento direcionado para objetivos (GRAY *et al.*, 2007), a memória de trabalho e de curto prazo (WOODS *et al.*, 2003; O'CALLAGHAN *et al.*, 2017) e a atenção (O'CALLAGHAN *et al.*, 2017).

5. TRATAMENTO

Em detrimento da ausência de marcadores biológicos, não é possível realizar um diagnóstico precoce e primário, deixando a cargo da atenção secundária diagnosticar e visar a um tratamento cujo objetivo seja reduzir a progressão da doença e controlar a sintomatologia (PINHEIRO; BARBOSA, 2018). Atualmente, existem estudos que demonstram o uso do inibidor da MAO-B, como a Selegilina e Resagilina, provocam um efeito sintomático suave, retardando a necessidade do uso da Levodopa por um intervalo médio de nove meses.

A Amantadinam a função de atuar aumentando a liberação de dopamina nos sítios de armazenamento e bloqueando a receptação de dopamina pelas terminações pré-sinápticas. Estudos comprovaram que, nos estágios iniciais da doença, esse medicamento é eficaz em 2/3 dos pacientes (HOMAYOUN, 2018). A levodopa foi o primeiro fármaco usado eficazmente para o tratamento da DP e, mais de 50 anos após a sua introdução, permanece o mais eficaz no tratamento dos sintomas motores (GRAY *et al.*, 2014).

O atendimento multidisciplinar associa a medicina convencional à outras áreas, principalmente, a fonoaudiologia e a fisioterapia. Com o avanço das ciências, a busca por tratamentos alternativos se intensificou, visando a promover o conforto e o bem-estar do enfermo, sem a necessidade de aumentar a quantidade de fármacos (CABREIRA, 2019). Dessa forma, fisioterapias alternativas, o uso de canabidiol e a homeopatia podem ser utilizados como forma de ajudar na recuperação cognitiva (PEREIRA *et al.*, 2019).

6. CONCLUSÃO

Diante do exposto, observa-se que diagnóstico da DP é complexo e baseado nos sintomas clínicos apresentado pelo paciente e não há possibilidade de realização de exames específicos para o mesmo, o que o torna normalmente tardio. Porém, existe medicamentos, como por exemplo, o Levodopa, que pode melhorar significativamente a qualidade de vida dos portadores da doença.

As alterações cognitivas na DP, apesar do destaque para as alterações motoras, têm efeitos incapacitantes, levando ao isolamento social e a pouca integração nas atividades cotidianas, com impacto variável sobre a qualidade de vida. Nesse sentido, a Neuropsicologia atua, de forma singular, no diagnóstico, no processo de reabilitação e intervenção comportamental, visando sempre à recuperação da saúde do paciente.

Ademais, espera-se que o presente capítulo que possa aguçar o interesse de pesquisadores que pretendam aprofundar os conhecimentos acerca do transtorno. Dessa forma,

sugerem-se futuras pesquisas que possam elucidar principalmente as funções executivas da DP, e que outros estudos que contemplem este conteúdo possam ser esperados no futuro.

REFERÊNCIAS

AARSLAND, D.; ZACCAI, J.; BRAYNE, C. A systematic review of prevalence studies of dementia in Parkinson's disease. **Mov Disord.**, v. 20, n. 10, p. 1255-1263. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/mds.20527>. Acessado em: Mar. 2023.

BRANDÃO, P. R. D. P. **Comprometimento cognitivo na doença de Parkinson: correlatos clínicos, neuropsicológicos e de neuroimagem**. 2021. 293f. Tese de doutorado. Universidade de Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/43017>. Acessado em: Mar. 2023.

CABREIRA, V.; MASSANO, J. Doença de Parkinson: revisão clínica e atualização. **Acta Médica Portuguesa**, 32 (10), 661-670. 2019. Disponível em: <https://www.actamedicaportuguesa.com/revista/index.php/amp/article/view/11978/577>. Acessado em: Mar. 2023.

CHOU, K. L. Clinical manifestations of Parkinson disease. **UpToDate**. 2020. Disponível em: https://www.uptodate.com/contents/clinical-manifestations-of-parkinsondisease?search=doenca%20de%20parkinson&source=search_result&selectedTitle=1~150&usage_type=default&display_rank=1. Acessado em: Mar. 2023.

DORSEY, E. R. *et al.* Global, regional, and national burden of Parkinson's disease, 1990–2016: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2016. **The Lancet Neurology**, 17(11), 939-953. 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1474442218302953>. Acessado em: Mar. 2023.

BOBADILLA, F. R. *et al.* Parkinson's disease-cognitive rating scale: Psychometrics for mild cognitive impairment. **Movement Disorders**, 28(10), 1376-1383. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/mds.25568>. Acessado em: Mar. 2023.

GOETZ, C. G. The history of Parkinson's disease: early clinical descriptions and neurological therapies. **Cold Spring Harbor perspectives in medicine**, 1(1), a008862. 2011. Disponível em: <http://perspectivesinmedicine.cshlp.org/content/1/1/a008862.short>. Acessado em: Mar. 2023.

JANKOVIC, J.; TAN, E. K. Parkinson's disease: Etiopathogenesis and treatment. **Journal of Neurology, Neurosurgery & Psychiatry**, 91(8), 795-808. 2020. Disponível em: <https://jnnp.bmj.com/content/91/8/795.abstract>. Acessado em: Mar. 2023.

JANKOVIC, J.; TOLOSA, E. **Parkinson's disease e movement disorders**. Ed Lippencolt W&W, 5a edição. 2007.

KEMPSTER, P. A. *et al.* A new look at James Parkinson's Essay on the Shaking Palsy. **Neurology**, 69(5), 482-485. 2007. Disponível em: <https://n.neurology.org/content/69/5/482.short>. Acessado em: Mar. 2023.

MARTINS, M. I. **Cognição social na doença de Parkinson e na paralisia supranuclear progressiva: uma investigação neuropsicológica**. 2021. 108f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/39078/1/Dissertac%cc%a7ao%20Marina.pdf>. Acessado em: Mar. 2023.

MASSANO, J.; BHATIA, K. P. Clinical approach to Parkinson's disease: features, diagnosis, and principles of management. **Cold Spring Harbor perspectives in medicine**, 2(6), a008870. 2012. Disponível em: <http://perspectivesinmedicine.cshlp.org/content/2/6/a008870.short>. Acessado em: Mar. 2023.

O'CALLAGHAN, C.; BERTOUX, M.; HORNBERGER, M. Beyond and below the cortex: the contribution of striatal dysfunction to cognition and behaviour in neurodegeneration. **Journal of Neurology, Neurosurgery & Psychiatry**, 85(4), 371-378. 2014. Disponível em: https://jnnp.bmj.com/content/85/4/371?g=w_jnnp_toprated_tab. Acessado em: Mar. 2023.

ORTUÑO-LIZARÁN, I. *et al.* Phosphorylated α -synuclein in the retina is a biomarker of Parkinson's disease pathology severity. **Movement Disorders**, 33(8), 1315-1324. 2018. Disponível em: https://movementdisorders.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/mds.27392?casa_token=QwmIJhzTra4AAAAA:38Q3W0CQtYbzbN0uxCbrzI0gittqDYIpNUIIRGOd1co2zbxtOWd8rpfjOXYwzbb02D_c6cIYrVSEQ. Acessado em: Mar. 2023.

PEREIRA, A. P. S. *et al.* Music therapy and dance as gait rehabilitation in patients with Parkinson disease: a review of evidence. **Journal of geriatric psychiatry and neurology**, 32(1), 49-56. 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0891988718819858>. Acessado em: Mar. 2023.

PILLON, B. *et al.* Explicit memory in Alzheimer's, Huntington's, and Parkinson's diseases. **Archives of neurology**, 50(4), 374-379. 1993. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jamaneurology/article-abstract/592287>. Acessado em: Mar. 2023.

PINHEIRO, J. E. S.; BARBOSA, M. T. **Doença de Parkinson e Outros Distúrbios do Movimento em Idosos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

RIEDER, C. R. Canabidiol na doença de Parkinson. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 42, n. 2, p. 126-127. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/L5xkxf3vFG4dgcCFrmhf5Zz/?format=pdf&lang=en>. Acessado em: Mar. 2023.

SILVA, C. *et al.* Disartria e Qualidade de Vida em idosos neurologicamente sadios e pacientes com doença de Parkinson. **CoDAS. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**. V. 27, pp. 248-254. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/codas/a/h83MTrGmqdCpTRnbwz9kgvD/abstract/?lang=pt>. Acessado em: Mar. 2023.

SILVA, A. B. G. *et al.* Doença de Parkinson: revisão de literatura. **Brazilian Journal of Development**, 7(5), 47677-47698. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/29678>. Acessado em: Mar. 2023.

WOODS, S.; TRÖSTER, A. I. Prodromal frontal/executive dysfunction predicts incident dementia in Parkinson's disease. **Journal of the International Neuropsychological Society**, 9(1), 17-24. 2003. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-the-international-neuropsychological-society/article/abs/prodromal-frontalexecutive-dysfunction-predicts-incident-dementia-in-parkinsons-disease/DA274F87577A1FE2CF972933BDE05A84>. Acessado em: Mar. 2023.

CAPÍTULO 2

A PSICOLOGIA DOS SUPER-HERÓIS: IMPACTOS DA MÍDIA DE SUPER-HERÓIS NO COMPORTAMENTO PRÓ- SOCIAL¹

Yanne Pacheco Barboza de Lira
Ana Luiza Romão Braz
Lara Camelo Oliveira
Edson Felipe Vieira Silva
Isabella Leandra Silva Santos

RESUMO

As mídias de super-heróis estão cada vez mais presentes na indústria do entretenimento contemporâneo, seja nos filmes, séries e histórias em quadrinhos. Mas quais são seus impactos psicossociais na audiência? O presente estudo objetivou apresentar sumariamente os efeitos das mídias de super-heróis na pró-sociabilidade, ou seja, o conjunto de atitudes e comportamentos com a intenção de ajudar outras pessoas. Inicialmente foi apresentado o panorama histórico dos super-heróis, desde sua origem moderna até os estudos iniciais no contexto da psicologia. Especificamente tratando da pró-sociabilidade, pesquisas contemporâneas demonstram que mídias retratando esses personagens tem impactos positivos de curto e longo prazo nessa variável. Finalmente, foram apresentadas possibilidades de intervenção utilizando mídias de super-heróis, através do projeto “Super-heróis da Vida Real: Desenvolvendo a pró-sociabilidade em Alunos do Ensino Médio com Mídias de Super-heróis”. É possível concluir que, através de suas mensagens positivas (e.g. ajudar os outros), a mídia de super-heróis é eficaz em promover comportamentos e atitudes pró-sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Super-heróis. Pró-sociabilidade. Mídia.

1. INTRODUÇÃO

Dentre os inúmeros gêneros presentes na mídia contemporânea, as obras de super-heróis estão entre as mais populares, alcançando cada vez mais números maiores na indústria do entretenimento. Em 2022, por exemplo, o top 10 de maiores bilheterias mundiais da história do cinema era dominado por quatro filmes de super-heróis, com o universo cinematográfico da Marvel sendo a série de filmes mais popular usando a mesma métrica (BOX OFFICE MOJO, 2022; NAVARRO, 2022).

Apesar dessa popularidade nas mídias audiovisuais, os super-heróis modernos surgiram nos quadrinhos com o Super-homem, personagem da DC comics que trouxe à tona as três características que até hoje definem uma parcela considerável das narrativas de heróis: uma identidade secreta, um conjunto específico de poderes e uma fantasia (GIBSON *et al.*, 2016).

¹ Programa de Bolsas de Extensão - Universidade Federal da Paraíba.

Mas muito além da imagem, o super-herói está associado a uma série de conceitos e características no imaginário popular.

Numa discussão mais detalhada das funções psicossociais dos super-heróis, Kinsella e colaboradores (2015) apresentam três características principais das histórias de heróis presentes na cultura humana: esses personagens auxiliam a vida daqueles ao seu redor, os motivando a ser pessoas melhores; eles representam os ideais de moralidade do contexto social; e, finalmente, heróis protegem as pessoas, estando esse significado presente na própria etimologia da palavra.

Corroborando essa discussão, Rosenberg (2013) aponta que a fascinação do público por super-heróis se dá principalmente por seus aspectos positivos, por representarem versões ideais de moralidade e cuidado dos que precisam. Contudo, o quão presentes estão esses assuntos nas obras de heróis contemporâneas? Num estudo focado nos filmes de super-heróis, Bauer e colaboradores (2016) observaram 12 temas positivos mais retratados durante essas obras, sendo eles: ajudar e proteger o público, relacionamentos positivos, trabalho em equipe, personagens femininas fortes, orientação, autossacrifício, importância da inteligência em comparação com a força física, se responsabilizar pelas próprias ações, organização, superação de obstáculos, honestidade, e decidir não fazer algo errado.

Mas esses temas positivos apresentados pela mídia de super-heróis de fato podem ter impactos psicossociais na audiência? O Modelo Geral da Aprendizagem (GLM; BUCKLEY; ANDERSON, 2006), corrobora teoricamente essa possibilidade. O GLM é uma metateoria que expande o Modelo Geral da Agressão (ANDERSON; BUSHMAN, 2002) para responder a seguinte pergunta: como variáveis biopsicossociais e de desenvolvimento impactam a probabilidade de comportamento, tanto numa situação específica quanto a longo prazo (GREITEMEYER, 2011)? Assim, o GLM postula que variáveis pessoais (características do indivíduo) e situacionais (características do ambiente) impactam o estado interno do sujeito (cognição, afeto e excitação), que, por sua vez, afetam os processos de tomada de decisão e avaliação que geram um comportamento condizente com todas essas variáveis (BARLETT; ANDERSON, 2012).

Dentro do GLM, uma das fontes de aprendizagem oferecidas pelo ambiente é a exposição à mídia: a curto prazo, os efeitos comportamentais ocorrem através de seu impacto em cognições, afetos e excitação, enquanto a longo prazo, a mídia é capaz de gerar mudanças em traços, crenças, atitudes e scripts comportamentais (PROT *et al.*, 2014). Se uma criança

crece assistindo um desenho onde um super-herói sempre protege as pessoas, por exemplo, ela pode desenvolver a crença de que ajudar quem precisa é um comportamento nobre, e ser mais favorável a agir de maneira pró-social em seu dia-a-dia.

O presente estudo terá como foco exatamente esse comportamento pró-social, ou seja, qualquer ação realizada de modo voluntário que objetiva beneficiar outra pessoa ou grupo (EISENBERG *et al.*, 2006), especificamente tratando de como as mídias de super-heróis o afetam. Desse modo, num primeiro momento será discutida a linha temporal dos estudos psicológicos acerca de super-heróis, seguindo para uma exposição de estudos acerca da relação entre esses personagens e o comportamento pró-social, e por fim, apresentando um projeto de intervenção desenvolvido acerca do tema.

2. PSICOLOGIA E SUPER-HERÓIS: ASPECTOS HISTÓRICOS

A primeira história do personagem Super-homem foi publicada em 1938 pela editora DC Comics, nos Estados Unidos, dando início à chamada “Era de ouro” dos quadrinhos de heróis, o primeiro formato a popularizar esses personagens (NEVINS, 2017). Tal era foi caracterizada pelo super-herói fantasiado, que enfrentava vilões e salvava a humanidade com seus poderes supernaturais (NEVINS, 2017). Essa foi a primeira vez que os gêneros de ficção científica e investigação criminal convergiram nos quadrinhos, o que pode ter contribuído para o seu sucesso (NEVINS, 2017).

A partir de então, os super-heróis, em suas mais diferentes formas e narrativas, dominaram a mídia popular e, como consequência, geraram o interesse da psicologia, especialmente a social, que tem como uma de suas áreas de estudo o impacto da mídia na sociedade (ALEXANDRE, 2001). Sendo o público infanto-juvenil um grande consumidor do gênero de super-heróis (CORREA; CASTRO, 2019), tanto nos quadrinhos quanto em outras mídias, torna-se especialmente relevante o estudo desse impacto, uma vez que tal público é mais suscetível ao processo de socialização por estar em processo de desenvolvimento. (ALEXANDRE, 2001).

No entanto, os estudos psicológicos a respeito dos impactos das mídias de super-herói no século XX, quando estes surgiram, são escassos. Isso pode ser explicado, primeiramente, pelo fato de que a psicologia social, também nascida naquele século, costumava se dedicar, inicialmente, ao estudo de temas à época considerados mais relevantes, como o racismo, as crenças sociais e o preconceito (LANE, 2017). Esta ciência passou a se dedicar mais ao estudo das mídias apenas no início do século XXI, quando houve um maior acesso da população e

começou-se a discutir seus efeitos, especialmente para tentar explicar fenômenos sociais, como o da violência (VALA; MONTEIRO, 2013).

A segunda possibilidade para o aumento de estudos sobre os super-heróis pela psicologia no século XXI é o crescimento de sua popularidade; os personagens, que alcançavam apenas leitores de quadrinhos à época de sua criação, na contemporaneidade atingem os mais diversos públicos ao terem sido levados para a televisão e, especialmente, aos cinemas; nota-se que o sucesso de bilheteria alcançado nas últimas décadas por filmes desse gênero levou os personagens à maior popularidade desde a sua criação.

Apesar de sua escassez, estudos relevantes foram feitos no século XX, aos quais é válido discutir. A começar por um estudo realizado por Levinzon (1990), que pretendia entender os significados dos desenhos de super-heróis veiculados na televisão para crianças brasileiras de diferentes classes sociais e de ambos os sexos; Concluiu-se que os aspectos que mais chamavam a atenção neste tipo de mídia eram a luta, a separação entre bem e mal e a onipotência dos personagens; comprovou-se a hipótese, ainda, de que a diferença de sexo e classe social mudava o significado atribuído à mídia assistida, tendo cada criança a interpretado conforme o seu próprio desenvolvimento afetivo e cognitivo. E observou-se, ademais, que a mídia de super-heróis poderia ocasionar impacto positivo, possibilitando um maior manejo da agressividade e permitindo à criança desenvolver valores com os quais pudesse se identificar.

A respeito da diferenciação entre os super-heróis de ambos os gêneros, um estudo de Young (1993) analisou quadrinhos da Marvel para a comparação entre personagens femininos e masculinos, observando haver menor representação das mulheres em termos de quantidade de heroínas e que, mesmo quando estas eram tão poderosas quanto os homens, eram raramente chamadas em contextos em que era necessário restaurar a ordem nas histórias. Além disso, mostrou-se que heroínas eram no geral representadas como tendo menos força e energia do que os seus pares do sexo oposto. O estudo concluiu que os papéis de gênero sociais, que estabelecem o sexo feminino como frágil, têm impacto no contexto das histórias de heróis em quadrinhos, o que pode retroalimentar, para os consumidores, este estereótipo.

No entanto, como mencionado anteriormente, a psicologia social costuma levantar a preocupação com os efeitos negativos da mídia, especialmente aqueles relacionados à violência; Dessa forma, Levin e Nancy (1995) realizaram um estudo sobre a preocupação de professores a respeito do consumo das crianças das séries de super-heróis, pois acreditavam que poderiam ser a causa de brincadeiras agressivas e as influenciando a ver os personagens como

modelos de comportamento. Tal discussão relaciona-se aos estudos feitos na atualidade, em que procura-se entender em que medida a violência apresentada nas telas, quando utilizada em comportamentos pró-sociais, pode influenciar o espectador à agressividade ou se a interpretação da moral positiva dos heróis geraria um comportamento mais voltado à pró-sociabilidade (SANTOS *et al.*, 2018).

Nesse sentido, Fonville e Afflerbach (1995) argumentam que a agressividade das brincadeiras de super-heróis, quando bem manejadas, auxiliam as crianças a satisfazerem suas necessidades de ter poder físico, social e psicológico. Para isso, segundo as autoras, elas devem ser orientadas, no ambiente escolar, a brincar com limites estabelecidos de segurança, em um ambiente preparado, utilizando os personagens e histórias de super-heróis no contexto cotidiano e aprendendo a solucionar conflitos de maneira pacífica.

Por fim, um estudo de Bauer e Dettore (1997) discorre a respeito das brincadeiras de super-heróis por crianças, concluindo que elas podem trazer benefícios, contribuindo para a cooperatividade e aprendizado dos valores morais. O artigo também ensina como essas brincadeiras podem ser conduzidas por professores para o alcance de resultados positivos, sem que haja foco na violência.

Dessa forma, é possível que a psicologia apresenta uma relação complexa com as mídias de super-heróis, mas que, quanto mais recentes os estudos, mais se observa uma tendência à valorização do impacto positivo destas para o público infantojuvenil. Essa relação entre o consumo dessas mídias e o comportamento pró-social será discutida mais detalhadamente a seguir.

3. SUPER-HERÓIS E COMPORTAMENTO PRÓ-SOCIAL

Como discutido no tópico anterior, têm-se estudado por muitos anos os efeitos positivos e negativos das mídias de super-heróis. Nesse cenário, apesar da recente valorização do impacto positivo, grande parte das pesquisas se concentram no lado negativo do consumo desse conteúdo, principalmente na investigação do seu efeito no comportamento violento. Por isso, faz-se necessária a elaboração de estudos que analisem a contribuição positiva que esse conteúdo tão popular poderia ter para a sociedade.

Um desses formatos midiáticos com super-heróis são os jogos eletrônicos. O estudo de Happ *et al.* (2013), por exemplo, analisou os efeitos da empatia com o tipo de personagem controlado em jogos violentos. Foi observado que jogar com heróis, como o Super-homem, resultou em maior comportamento pró-social do que ao utilizar vilões, como o Coringa. A

empatia também causava impactos diferenciados a depender da condição: desse modo, no papel de herói, a empatia fez com que os jogadores tivessem uma percepção menos agressiva e exibissem mais comportamentos de ajuda, e no de vilão, que adotassem uma visão mais hostil e, devido ao passado violento ou negativo deste, que os jogadores apresentassem uma justificativa para exibir comportamentos violentos.

Ainda se tratando de jogos eletrônicos, o jogo *Hall of Heroes* foi utilizado para o treinamento de habilidades sociais de adolescentes por meio da execução de uma série de missões heroicas que envolviam trabalho em equipe com outros estudantes (DEROSIER; THOMAS, 2019). Assim, foi evidenciado que os jovens que participaram tiveram uma melhora significativa não só em suas habilidades interpessoais, mas também em expressar emoções, aceitar afeto, diminuindo sentimentos ansiosos e depressivos (DEROSIER; THOMAS, 2019).

Já o estudo de Santos *et al.* (2018) contribui para o tema numa perspectiva geral ao trazer que o consumo de mídia de super-heróis não é capaz de prever o comportamento pró-social ou agressivo, entretanto, consegue estimular esses comportamentos. Constatou-se que as meninas com maior contato com mídias de super-heróis apresentaram maiores escores de pró-sociabilidade, com o oposto ocorrendo nos meninos. Enquanto isso, os garotos apresentaram mais comportamentos agressivos quando comparados às meninas. Sendo duas possibilidades discutidas pelos autores para esse resultado: meninas reagem mais a situações pró-sociais e compreendem melhor o que foi exibido nos programas de super-heróis.

Sobre a temática, Cingel *et al.* (2020) observaram que as garotas tinham altos níveis de comportamento pró-social e níveis similares de sentimentos agressivos em relação aos garotos. Sendo que a presença de violência na série de super-heróis resultou em intenções maiores de pró-sociabilidade dos participantes do que na ausência desse fator. Além disso, apenas os adolescentes do sexo masculino apresentaram maior intenção pró-social significativamente na condição de violência comparado ao sem violência, não sendo constatado efeitos antissociais nas condições com ou sem violência. Sendo assim, os autores discutiram a possibilidade de os adolescentes conseguirem compreender que a violência foi usada para ajudar as pessoas, por isso o aumento pró-social, e ressaltaram o efeito moderador do gênero, tendo em vista que, por exemplo, é aceito socialmente o comportamento agressivo masculino, ao contrário do feminino, sendo esse público mais influenciado por esse tipo de mídia.

É importante também considerar o impacto do conteúdo violento de super-heróis a depender da faixa etária do público. Nesse sentido, Coyne *et al.* (2017) analisaram os efeitos

das mídias de super-heróis no comportamento agressivo, pró-social e defensivo das crianças em idade pré-escolar. Após um ano da coleta inicial, foi observada uma relação entre o consumo da mídia e o aumento da agressão física e relacional nos participantes, e nenhum efeito na pró-sociabilidade ou no comportamento de defesa. Isso foi justificado, por exemplo, pelo desenvolvimento cognitivo incompleto, portanto, da não separação do conteúdo e da realidade, a não diferenciação entre agressão e pró-sociabilidade, assim como por estarem na idade de formação de esquemas referente ao comportamento em sociedade.

A extensa popularidade das obras com super-heróis e sua representação social faz com que mesmo imagens desses heróis impactem o comportamento, ao menos de curto prazo, dos sujeitos. De maneira análoga, foram realizados dois experimentos com figuras de heróis no intuito de investigar os efeitos tanto na pró-sociabilidade quanto no sentido na vida. Os dados mostraram o aumento de intenção e comportamento pró-social nos participantes, contribuindo para o pressuposto que esse tipo de mídia poderia estimular comportamentos pró-sociais na população (VAN TONGEREN *et al.*, 2018).

Nessa mesma perspectiva, Mesurado *et al.* (2019) buscaram investigar a eficiência do programa virtual Hero para a promoção de comportamentos pró-sociais em adolescentes através de emoções como empatia, gratidão e perdão. O programa foi recebido positivamente e cumpriu o propósito, estimulando o comportamento pró-social relativo a estranhos e familiares, porém não obteve o mesmo efeito direcionado para amigos. Os autores também verificaram a eficácia do programa no Uruguai e na Argentina com resultados similares no aumento da pró-sociabilidade nos participantes, as mulheres apresentaram níveis maiores nos dois países, semelhante às pesquisas discutidas anteriormente (MESURADO *et al.*, 2020).

Portanto, os estudos demonstram que as mídias de super-herói podem promover o aumento no comportamento pró-social e incentivar emoções positivas, também diminuindo sentimentos como a ansiedade. Por outro lado, é importante ter em vista os possíveis impactos negativos, como o comportamento agressivo, para que esse conteúdo possa ser utilizado de forma benéfica à sociedade, alavancando a pró-sociabilidade e contribuindo para a redução de comportamentos hostis na população.

4. DESENVOLVENDO UMA INTERVENÇÃO PARA PROMOÇÃO DE PRÓ-SOCIABILIDADE

Historicamente, mídias que envolvem super-heróis, possuem narrativas que trazem ações que visam beneficiar outras pessoas sem ganho próprio. Desse modo, essas obras podem

servir como fonte de inspiração para o público, podendo assim, promover o aumento de comportamentos pró-sociais e relações interpessoais positivas. Com essas ideias em mente, foi concebida uma intervenção objetivando a promoção de pró-sociabilidade utilizando mídias de super-heróis, intitulada "Super-heróis da Vida Real": Desenvolvendo a pró-sociabilidade em Alunos do Ensino Médio com Mídias de Super-heróis.

A intervenção executada tinha como público-alvo estudantes de ensino médio de escolas cidadãs integrais públicas, sendo a parte central de um projeto de extensão focado no tema. Anteriormente ao desenvolvimento das atividades propriamente ditas, foram realizados não só o contato com uma instituição interessada, mas também o planejamento em volta do material específico a ser utilizado. As atividades foram desenvolvidas em duas turmas do segundo ano do ensino médio, gerando um total de quatro momentos de 50 minutos para cada turma, sendo um encontro por semana. Em cada visita foi utilizado um formato diferente de mídia (quadrinhos, filmes e séries), e abordado um aspecto relacionado ao comportamento pró-social.

No primeiro momento com os alunos, foi apresentado o projeto e a equipe de trabalho. Além disso, foi desenvolvida a primeira atividade, intitulada “como super-heróis se relacionam com a pró-sociabilidade?”. Para essa tarefa, foram oferecidos trechos de quadrinhos e cada aluno deveria escolher uma cena que representasse o que é ser um super-herói. Ademais, foi utilizado uma tabela contendo os temas positivos mais evidentes em mídias de super-heróis, desenvolvida por Bauer *et al.* (2016), para mitigar a conversa, todavia, se alguma das cenas escolhidas não fosse uma representação de algum tema, daria início a uma discussão sobre o porquê o aluno teve aquela escolha.

Na segunda atividade, intitulada “Super-heróis e empatia”, foram exibidas cenas de filmes. Em seguida, a turma foi dividida em grupos de 3 a 5 alunos, sendo abordado o conceito de empatia e buscando ações empáticas nas cenas. Logo após, os grupos começaram a construir um cartaz ou um pôster sobre a relevância da empatia na vida cotidiana, trazendo como foco principal a escola, buscando gerar reflexões de como agir de forma empática pode melhorar o dia-a-dia das pessoas ao nosso redor.

Já na terceira atividade, “super-heróis e comportamento pró-social no dia-a-dia”, foi exibido um episódio de desenho animado de super-herói, e cada aluno deveria fazer anotações sobre os acontecimentos que eles julgassem pró-sociais. Com isso, os alunos foram incentivados a contarem o que haviam anotado para conversarmos como cada uma das ações anotadas poderia se transformar em uma boa ação. Dessa maneira, cada um poderia pensar

sobre como ações pró-sociais são positivas, tanto para quem a pratica, quanto para outras pessoas. Por fim, o quarto encontro foi utilizado para discutir as atividades em sua totalidade, permitindo que os alunos compartilhassem a sua impressão sobre o projeto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo central discutir a relação entre a pró-sociabilidade e a mídia de super-heróis, divididos entre três tópicos que focalizavam na linha temporal de estudos com a temática, alguns exemplos das pesquisas e ao final, projeto de intervenção realizado a partir dessa mesma questão. A partir da discussão apresentada, é possível concluir que os objetivos foram cumpridos.

No primeiro momento, foi possível observar a origem da primeira história relacionada a Super-Heróis da DC Comics, nos Estados Unidos, e como que seguiu a estruturação de interesse da psicologia sobre essas figuras “do bem”, bem como estes se tornaram uma fonte de interesse do público infante-juvenil. Com as poucas presenças no século XX, devido à divergência de estudos presentes no meio da psicologia social, o século XXI demonstrou maior dedicação de estudos nessa área, em especial com o aumento da popularidade dos super-heróis em mídias além dos quadrinhos (COLE, 2018).

Pensando no segundo tópico, focou-se em mais detalhes em relação a estudos realizados com diferentes tipos de mídias de super-heróis associados com a pró-sociabilidade, sejam com jogos ou mídias no geral. Um dos exemplos apontados mostra como o consumo desse meio não pode prever o comportamento pró-social ou agressivo, mas que é um meio que pode incitar essas condutas (SANTOS *et al.*, 2018): assim, mesmo que as mídias de super-heróis não sejam uma causa direta, elas podem ser um fator de risco para a expressão comportamental.

Já o último ponto apresentou de maneira detalhada a descrição de uma intervenção aplicada entre alunos do ensino médio, utilizando-se dessas mídias de super-heróis. Apesar desta se apresentar como uma forma prática de aplicar os temas abordados, também é possível encontrar limitações: a intervenção em questão foi aplicada apenas com alunos de ensino médio. Estudos futuros podem abordar a temática com públicos mais novos, adaptando as atividades para outras faixas-etárias e suas especificidades.

Também é necessário ressaltar que ainda existem lacunas nos estudos psicológicos sobre super-heróis, principalmente graças a escassez de pesquisas existentes no contexto brasileiro. Além disso, muitos dos estudos prévios utilizam amostras pequenas, afetando o poder estatístico das análises: acerca do tema, Kim e colaboradores (2020), por exemplo, recomendam

que pesquisas experimentais focadas na mídia devem utilizar no mínimo 100 participantes por condição (e.g. um estudo com grupo experimental e controle contaria com 200 sujeitos). Esse aspecto deve ser considerado em estudos posteriores.

A partir das questões apontadas anteriormente, ainda é importante salientar que a temática pode gerar uma diversa gama de perguntas em estudos futuros. Alguns exemplos são como diferentes heróis podem influenciar no comportamento pró-social e como a utilização de diferentes tipos de mídias de super-heróis, tais como animações, longa metragens ou jogos podem afetar a relação entre esses personagens e a pró-sociabilidade. Por fim, a inclusão de outras variáveis, tais como a personalidade e a fase de desenvolvimento do sujeito, também é recomendada, a fim de aprofundar mais essa área de pesquisa e trazer resultados cada vez mais esclarecedores.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, M. O papel da mídia na difusão das representações sociais. **Comum**, [s. l.], v. 6, n. 17, p. 101-125, dez. 2001. Disponível em: <<https://dialetricas.com/wp-content/uploads/2020/09/opapel-1.pdf>>. Acessado em: Jan. 2023.

ANDERSON, C.; BARLETT, C. Examining Media Effects: The General Aggression and General Learning Models. In: VALDIVIA, A. N. **The International Encyclopedia of Media Studies**. Malden: Wiley-Blackwell, 2013. p. 1-22.

ANDERSON, C. A.; BUSHMAN, B. J.. Human Aggression. **Annual Review Of Psychology**, Ames, v. 53, p. 27-51, fev. 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1146/annurev.psych.53.100901.135231>>. Acessado em: Fev. 2023.

BAUER, K.; DETTORE, E. Superhero Play: What's a Teacher to Do? **Education Journal**, v. 25, n. 1, p. 17-21, 1997. Disponível: <[doi: 10.1023/A:1025677730004](https://doi.org/10.1023/A:1025677730004)>. Acessado em: Fev. 2023.

BAUER, M. *et al.* Positive and Negative Themes Found in Superhero Films. **Clinical Pediatrics**, [S.L.], v. 56, n. 14, p. 1293-1300, 22 dez. 2016. SAGE Publications. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1177/0009922816682744>>. Acessado em: Jan. 2023.

BUCKLEY, K.; ANDERSON, C A.. A theoretical model of the effects and consequences of playing video games. In: VORDERER, P. *et al.* **Playing video games: Motives, responses, and consequences**. Mahwah: Nj: Lawrence Erlbaum, 2006. p. 363-378.

CINGEL, D. P.; SUMTER, S. R.; JANSEN, M.. How does she do it? An experimental study of the pro-and anti-social effects of watching superhero content among late adolescents. **Journal Of Broadcasting & Electronic Media**, v. 64, n. 3, p. 459-477, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/08838151.2020.1799691>>. Acessado em: Mar. 2023.

COLE, J. **The Hidden Power of Superheroes: The Ability of Superhero Movies to Influence Political Attitudes**. Monografia, Bacharelado em Artes - University of North Carolina. Carolina do Norte. 2018. Disponível em: <https://cdr.lib.unc.edu/concern/honors_theses/p818s42f>. Acessado em: Mar. 2023.

COYNE, S. M. *et al.* Pow! Boom! Kablam! Effects of viewing superhero programs on aggressive, prosocial, and defending behaviors in preschool children. **Journal of Abnormal Child Psychology**, v. 45, n. 8, p. 1523-1535, 2017. Disponível: <doi: 10.1007/s10802-016-0253-6>. Acessado em: Jan. 2023.

DEROSIER, M. E.; THOMAS, J. M.. Hall of heroes: A digital game for social skills training with young adolescents. **International Journal of Computer Games Technology**, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1155/2019/6981698>>. Acessado em: Jan. 2023.

EINSENBERG, N. *et al.* **Handbook of child psychology: Vol. 3. Social, emotional, and personality development**. 6 ed. Hoboken: NJ: Wiley, 2006.

FIGUEIREDO, A.; CASTRO, M; CORREA, M. Fashion Nerd: Consumo de Herois e Vilões, Tendência ou Paixão?. In: **IX Pró-Pesq PP – Encontro de Pesquisadores em Publicidade e Propaganda**, São Paulo/SP, 2018. Disponível em: <<https://dobras.emnuvens.com.br/dobras>>. Acessado em: Fev. 2023.

FONVILLE, B.; AFFLERBACH, S. Superhero Play: Making It a Part of Your Curriculum. **Texas Child Care**, v. 19, n. 2, p. 2-8, 1995.

GIBSON, M.; HUXLEY, D.; ORMROD, J. **Superheroes and Identities**. Routledge: Oxon, 2016.

GREITEMEYER, T. Exposure to music with prosocial lyrics reduces aggression: First evidence and test of the underlying mechanism. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 47, n. 1, p.28–36, 2011. Disponível: <doi: 10.1016/j.jesp.2010.08.005>. Acessado em: Fev. 2023.

HAPP, C.; MELZER, A.; STEFFGEN, G. Superman vs. BAD man? The effects of empathy and game character in violent video games. **Cyberpsychology, behavior, and social networking**, v. 16, n. 10, p. 774-778, 2013. Disponível: <doi: 10.1089/cyber.2012.0695>, Acessado em: Jan. 2023.

KIM, E.; ANDERSON, C.; GENTILE, D. 7 deadly sins of video game violence research. In: STRASBURGER (Ed.), **Masters of media, controversies and solutions**. Rowman & Littlefield Publishers, 2020.

KINSELLA, E. L.; RITCHIE, T. D.; IGOU, E. R. Lay perspectives on the social and psychological functions of heroes. **Frontiers in Psychology**, v. 6, n. 130, 2015. Disponível: <doi: 10.3389/fpsyg.2015.00130>. Acessado em: Fev. 2023.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social**. Brasiliense, 2017

LEVIN, D. E.; CARLSSON-PAIGE, N. The Mighty Morphin Power Rangers: Teachers Voice Concern. **Young Children**, v. 50, n.6, p. 67-72, 1995.

LEVINZON, G. K. **Significado dos super-heróis para as crianças**. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

MESURADO, B. *et al.* The Hero program: Development and initial validation of an intervention program to promote prosocial behavior in adolescents. **Journal of Social and Personal Relationships**, v. 36, n. 8, 2566-2584, 2019. Disponível: <doi: 10.1177/0265407518793224>. Acessado em: Jan. 2023.

MESURADO, B. *et al.* Study of the efficacy of the Hero program: Cross-national evidence. **PloS one**, v. 15, n. 9, e0238442, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0238442>>. Acessado em: Jan. 2023.

NAVARRO, J. **Highest-grossing film franchises and series**. 2022. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/317408/highest-grossing-film-franchises-series/>>. Acessado em: Jan. 2023.

NEVINS, J. **The evolution of the costumed avenger: the 4,000-year history of the superhero**. ABC-CLIO, 2017.

PROT, S. *et al.* Long-Term Relations Among Prosocial-Media Use, Empathy, and Prosocial Behavior. **Psychological Science**, v. 25, n. 2, p. 358–368, 2013. Disponível em: <doi: 10.1177/0956797613503854>. Acessado em: Jan. 2023.

ROSENBERG, R. Our Fascination with Superheroes. In: ROSENBERG, R. (Ed.). **Our superheroes, Ourselves**, p. 3-18, Oxford: Oxford University Press, 2013.

SANTOS, I. *et al.* Com Grandes Poderes Vem... O Que? Super-Heróis, Agressividade e Pró-Sociabilidade em Adolescentes. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 10, n. 2, p. 54-70, 2018. Disponível: <doi: 10.18256/2175-5027.2018.v10i2.2866>. Acessado em: Jan. 2022.

TOP LIFETIME GROSSES. **Box Office Mojo**. 2022. Disponível em: <https://www.boxofficemojo.com/chart/top_lifetme_gross/?area=XWW>. Acessado em: Jan. 2023.

VALA, J.; MONTEIRO, M. B. **Psicologia Social**. 9 ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2013

VAN TONGEREN, D. R. *et al.* Heroic helping: The effects of priming superhero images on prosociality. **Frontiers in Psychology**, v. 9, p. 2243, 2018. Disponível: <doi: 10.3389/fpsyg.2018.02243>. Acessado em: Jan. 2023.

YOUNG, T. J. **Women as comic book super-heroes: The "weaker sex" in the Marvel Universe**. Psychology: A Journal of Human Behavior, 1993.

CAPÍTULO 3

O QUE É ABUSIVO: UMA REVISÃO SOBRE RELACIONAMENTOS ABUSIVOS²

Daniela Zibenberg
Letícia Bandeira de Mello da Fonseca Costa

RESUMO

Relacionamentos abusivos são um tema recorrente e crescente, por exemplo nas redes sociais. Contudo, não há na literatura uma definição clara e uniforme a respeito das características que definem relacionamentos como abusivos. Diante disso, o presente estudo buscou estudar, a partir de uma análise de literatura, definições de relacionamentos abusivos. Encontrou-se que tais relacionamentos devem ser caracterizados por uma dinâmica de poder e domínio, exercida por meio de algum tipo de violência. Discute-se a diferença destes relacionamentos para violência doméstica e violência conjugal, e sua designação para além de relacionamentos amorosos heteroafetivos.

PALAVRAS-CHAVE: Relacionamento abusivo. Violência conjugal. Violência contra a mulher.

1. INTRODUÇÃO

Em 2010, uma pesquisa no site de busca Google pelo termo exato “Relacionamento abusivo” decorreria em 73 resultados distribuídos em 8 páginas. A mesma pesquisa em 2015, no entanto, decorreria em 136 resultados, distribuídos em 13 páginas. E, se feita em 2021, decorreria em 187 resultados, distribuídos em 19 páginas. É evidente, portanto, o aumento de produções e conteúdos sobre relacionamentos abusivos na mídia, com resultados em sites de busca como o Google aumentando em mais de 200% em uma década. Deste modo, apesar de relacionamentos abusivos não serem uma invenção nova (eg.: ALMEIDA, 2001), sua nomenclatura vem sendo popularizada recentemente.

Relacionamento abusivo é um tema recorrente nas mídias sociais, por exemplo a hashtag #relacionamentoabusivo no Instagram em 2022 contou com mais de 600 mil resultados de busca. As postagens, no entanto, muitas vezes se entrelaçam com outras definições e diagnósticos, como relacionamentos com narcisistas, relacionamento tóxico, dependência emocional, depressão e ansiedade. Contudo, não há definição que operacionalize o que são relacionamentos abusivos em manuais estatísticos de diagnóstico ou documentos legais (eg.: CID-11, DSM-5, Código Civil), e este construto ainda é pouco explorado cientificamente.

² Programa fomentador: CAPES; CNPQ.

Desse modo, o presente estudo procurou definir relacionamentos abusivos a partir de uma investigação de definições de relacionamentos abusivos na literatura.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2. 1. RELACIONAMENTO ABUSIVO, DEFINIÇÕES E NOMENCLATURAS

Relacionamentos abusivos são, muitas vezes, descritos como compostos por ciclos de violência que se repetem (NORONHA; DOURADO, 2012). Fases de tensão, agressão e conflito, são seguidas por fases de desculpas e reconciliação, repletas de juras de amor e promessas de mudança e melhora. Enquanto a reconciliação é denominada “lua de mel”, os conflitos ocorrem de maneira crescente, com um aumento da tensão, podendo gerar consequências cada vez mais graves e fatais. Contudo, não é evidente se o ciclo engloba apenas a violência física ou também os demais tipos de violência (eg.: moral, patrimonial, psicológica e sexual).

O entendimento do termo “relacionamento abusivo” pode se dar a partir do desmembramento de suas partes. *Relacionamento* é compreendido a partir do “ato de se relacionar”, ou seja, de criar vínculos e ligações, enquanto o verbo *abusar* é caracterizado por atitudes de “valer-se ou aproveitar-se” a partir de práticas que “causam ou podem causar dano” (FERREIRA, 2009). Deste modo, o relacionamento abusivo seria aquele pautado em uma relação que causa prejuízos a um ou a ambos os sujeitos a partir da existência de um vínculo entre eles.

Jovens da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) atribuíram em uma pesquisa 19 indicadores de um relacionamento abusivo, que foram divididos em 5 principais núcleos de significação: ciúmes, comportamento controlador, violências, características do perpetrador e vivências da vítima (SOUZA, 2018). Na compreensão das estudantes entrevistadas, no relacionamento abusivo existe uma relação de vítima-perpetrador, como também práticas de violências na relação.

O termo relacionamento abusivo é frequentemente utilizado como uma forma de descrever um tipo de relacionamento atravessado por práticas de violência, mas sem que haja de fato uma descrição específica desse construto. Dada a, por vezes ausência, por vezes diversidade de definições e termos adotados como sinônimos para relacionamentos abusivos na literatura (SOUZA, 2018), destaca-se a importância de padronização da definição desse conceito como uma forma de descrever um tipo de relacionamento. A falta de uma definição uniforme e clara sobre esses relacionamentos pode dificultar a distinção de relacionamentos

saudáveis para abusivos, e, conseqüentemente, prejudicar o apoio e tratamento dado tanto às vítimas, quanto aos abusadores.

Um termo que se confunde com relacionamentos abusivos é, por exemplo, o conceito de violência doméstica. Isto ocorre porque a violência doméstica é um tipo de violência vivenciado “entre indivíduos com laços de conjugalidade, namoro, parentesco civil, natural ou afetivo” (PEREIRA, 2015, p. 717), constituindo então atos de violência que ocorrem a partir da existência de uma relação vincular. Ademais, em Santos (2019), por exemplo, a autora mistura os termos “crimes passionais”, “feminicídio”, “relacionamentos tóxicos”, “ciúme patológico” e “relacionamento abusivo” para abordar a questão da violência contra as mulheres. No entanto, questiona-se se relacionamento abusivo cabe como um sinônimo para todos esses termos.

Dada a falta de consenso a respeito da definição de relacionamentos abusivos e a multiplicidade de termos adotados para descrevê-lo, objetivou-se investigar definições de relacionamentos abusivos na literatura. Para além da definição, explorou-se os métodos utilizados nas pesquisas, o tipo de violência que os constitui, e os sujeitos que podem estar envolvidos em um relacionamento abusivo,

2.2 Gênero e abuso

Frequentemente ocorre um atravessamento do gênero nos relacionamentos abusivos. Isso porque muitas vezes esses relacionamentos são tidos como algo que ocorre na dinâmica conjugal de um casal heterossexual, em que a assimetria de poder leva em conta a cultura machista, recaindo sempre sob o homem dominador e a mulher passiva (FERREIRA *et al.*, 2021). A cultura machista e patriarcal impõe a desigualdade entre os gêneros (FERREIRA *et al.*, 2021). Nessa visão, é o homem quem assume as posições de poder: no trabalho, em cargos políticos, até repercutir na família como chefe da mesma, e na relação conjugal, como quem “manda”. Nesse sentido, a violência contra a mulher é histórica, fruto de anos de desigualdade de gênero.

Ainda, a mulher costuma ser responsabilizada pela manutenção do relacionamento (ARAÚJO, 2008) e permeada por crenças românticas idealizadas, em que o amor romântico se torna um dispositivo cultural e psicológico para a manutenção da violência conjugal (GNOATO, 2021), no qual se crê que o amor será capaz de transformar o parceiro, e que dessa vez será diferente. Com isso, a violência contra a mulher frequentemente é usada como sinônimo de relacionamento abusivo (eg.: ZANINI *et al.*, 2018). Porém, não se sabe se toda

violência contra a mulher constitui um relacionamento deste tipo, e, por outro lado, se necessariamente precisa haver violência contra a mulher para que o relacionamento seja abusivo.

Somente no setor de acolhimento Centro de Referência Especializado em Atendimento à Mulher em Situação de Violência no Pará, entre 2015 e 2018, foram atendidas 805 vítimas de violência doméstica e na maioria dos casos a vítima sofreu mais de uma agressão simultânea (ROCHA *et al.*, 2021). Ademais, a cada 15 segundos, uma mulher é vítima de violência física no Brasil (WAISELFISZ, 2012). Diante de tais dados alarmantes a respeito da violência contra a mulher e do feminicídio, a maior parte de discursos e atenção a respeito de relacionamentos abusivos, seja no meio científico ou não, são despendidos sobre o gênero feminino. Assim, o interesse é no bem-estar da mulher de sair da relação abusiva e manter sua vida preservada, não atendo-se a preocupações anteriores como a própria definição do relacionamento abusivo e seu acometimento em outras relações para além das amorosas heterossexuais.

2.3 Mensuração e investigação

A multiplicidade de termos e definições utilizados para abordar relacionamentos abusivos acompanha também a mensuração e investigação clínica desse construto. Tipicamente, para definir que sujeitos pertencem à categorias diagnósticas são apresentados critérios diagnósticos aos quais o indivíduo deve corresponder. Os instrumentos são formulados com base nestes critérios diagnósticos, e podem ser aplicados de maneira direta ou indireta para concluir a hipótese diagnóstica. O instrumento precisa ser preciso para que seja capaz de distinguir entre o diagnóstico e os diagnósticos diferenciais, isto é, condições que compartilham alguns dos sintomas de um quadro clínico. Sendo assim, a definição da categoria diagnóstica deve ser clara e precisa para que o instrumento possa acessá-la e avaliá-la. Ou seja, neste caso, é preciso uma definição clara de relacionamentos abusivos.

Na Escala de Atitudes para Mulheres sobre a Permanência em Relacionamentos Abusivos – AMPRA (GOMES, 2018) o respondente assinala o quanto concorda ou discorda de afirmações que versam sobre motivos para a permanência em relações abusivas, como a proteção dos filhos, opinião de outras pessoas e sentimentos como culpa e medo. A Escala de Táticas de Conflitos Revisada (PAIVA; FIGUEIREDO, 2006) acessa a quantidade de ocorrência de comportamentos do respondente e seu companheiro a respeito de negociação, agressão psicológica, violência física e suas consequências, e coerção sexual.

A Escala Abuso em Relacionamento Íntimo (TOSTA; CASSEPP-BORGES, 2021) acessa a frequência de comportamentos do respondente e do companheiro que compreendem violência física, violência psicológica e atitudes controladoras. A Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (MOURA *et al.*, 2022) avalia crenças sociais e culturais sobre violência conjugal, a partir da legitimação e banalização de pequenas violências, da violência contra a mulher, pela atribuição a causas externas e preservação da privacidade familiar.

Diante disso, os instrumentos são capazes de acessar aspectos que constituem relacionamentos abusivos, como a violência, mas não discriminam diretamente qual relacionamento é e qual relacionamento não é abusivo. Isso é, o respondente precisaria atingir a pontuação máxima na escala para estar num relacionamento abusivo, ou bastaria atingir uma pontuação mínima? Trata-se de um construto categórico ou contínuo? Uma das barreiras para definir pontuações e parâmetros de normalidade em instrumentos é justamente a ausência de uma definição clara e uniforme de relacionamento abusivo. Ou seja, quais características e a frequência das mesmas devem ocorrer em um relacionamento para que este se configure como abusivo.

3. PRESENTE ESTUDO

A falta de uma definição precisa e uniforme do que são relacionamentos abusivos prejudica enormemente a prática de uma psicologia e demais saberes baseados em evidências. A ausência de comunicação entre as pesquisas, dada a multiplicidade de definições e nomenclaturas adotadas como sinônimos de relacionamentos abusivos, afeta na construção de instrumentos para investigação de relacionamentos abusivos, tal como nas intervenções e tratamentos escolhidos. Além disso, para que pesquisas futuras avancem na caracterização de vítimas, abusadores, causas e consequências de relacionamentos abusivos, é imprescindível que se tenha uma definição exata do que são estes relacionamentos. Com isso, o objetivo do presente estudo foi investigar definições de relacionamentos abusivos na literatura a fim de se formular uma definição integrada de relacionamentos abusivos.

4. MÉTODO

O presente estudo consistiu em uma revisão de literatura. Foi feita uma busca eletrônica nas bases de dados Google Scholar, SciELO e PePSIC, utilizando as palavras-chaves “relacionamento abusivo”. Foram adotados os critérios de inclusão: artigo no idioma Português, publicado no período entre 2017 e 2021 e conter as palavras chaves no título. Foram encontrados inicialmente 34 artigos (Google Scholar= 34; SciELO= 0; PePSIC= 0).

Foram excluídos os artigos repetidos e aqueles que não apresentavam uma definição sobre relacionamentos abusivos. Também não foram incluídos na análise monografias, teses, dissertações, citações e trabalhos disponíveis apenas em anais de pesquisas. Dois trabalhos não estavam disponíveis para acesso. Assim, foram selecionados dez trabalhos.

Os trabalhos selecionados foram analisados a partir dos seguintes parâmetros: metodologia científica adotada, definição do conceito de relacionamento abusivo, se na definição de relacionamento abusivo encontra-se menção de violência física e o tipo de vínculo que existe entre os indivíduos em uma relação abusiva (ex: conjugal heterossexual, conjugal homossexual, familiar ou outro).

5. RESULTADOS

Foram comparadas as definições de relacionamento abusivo dos dez trabalhos analisados (Tabela 1). Também verificou-se a exigência da presença de violência física para configurar tais relacionamentos e a metodologia adotada em cada artigo. Encontrou-se definições distintas para os relacionamentos abusivos, mas que sempre perpassam o abuso e a violência.

Tabela 1: Características dos Artigos e Definição de Relacionamentos Abusivos nos Artigos Revisados.

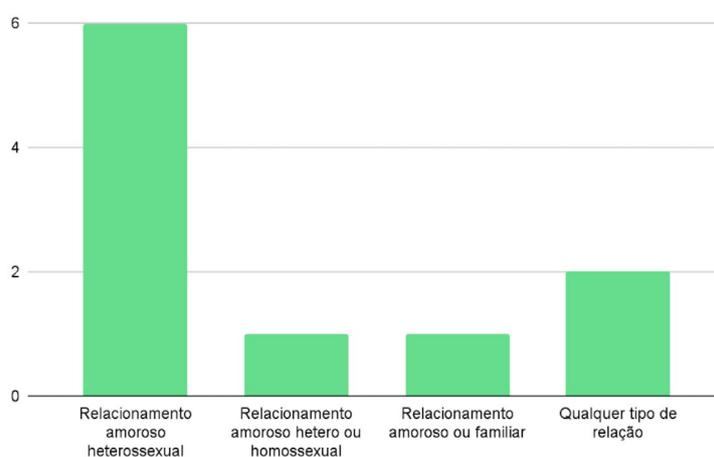
Ano	Autor	Metodologia	Definição	Para ser abusivo, deve haver violência física?
2021	Marina D'Agostini <i>et al.</i>	Relato de experiência	Relacionamentos em que há presença de violência e abusos, marcados por discussões, chantagem e insegurança. Se dá a partir do excesso de domínio sobre o outro. A vítima tem sofrimento, impacto na vida social, perda da liberdade e espontaneidade em detrimento da imposição do parceiro. Uso indevido, impróprio, excessivo ou incorreto de alguém.	Não necessariamente. Pode haver violência física e/ou psicológica.
2019	Raquel G. S. A. Fernandes <i>et al.</i>	Abordagem metodológica descritiva	O relacionamento abusivo é marcado por excesso de poder. Se inicia de maneira mansa, manifestada em atitudes de controle.	Não necessariamente. Pode haver violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral.
2018	Juliana M. Cruz <i>et al.</i>	Pesquisa qualitativa	Homens utilizam do seu poder para influenciar as mulheres e usam da violência para dominação dentro dos relacionamentos.	Não necessariamente. Pode haver violência física e/ou psicológica.
2019	Amanda Santos <i>et al.</i>	Análise de discurso	Presença de violência psicológica e emocional em relações afetivas. Além disso, pode ocorrer violência física, ciúme, limitar autonomia, e diminuir autoestima. Deve haver intimidade entre vítima e agressor.	Não necessariamente. Ênfase dada a violência psicológica e emocional.
2021	Francisco V. da Silva	Descritivo-interpretativo, prioritariamente qualitativo	Mulheres são desqualificadas por seus companheiros e submetidas a agressões e violências físicas e/ou psicológicas em seu cotidiano, como, por exemplo, humilhações, atitudes de interdição e controle.	Não necessariamente. Pode haver violência física, psicológica e/ou sexual.

2019	Gisele V. Leandro <i>et al.</i>	Pesquisa pesquisa qualitativa-quantitativa, com levantamento de dados	Relações marcadas por desequilíbrio de poder de um dos parceiros em detrimento do outro, controle exagerado e domínio de um parceiro sobre o outro.	Não necessariamente. Pode haver qualquer tipo de violência.
2018	Isadora E. S. Ribeiro e Gilmar A. Júnior	Resenha de obra	Relacionamentos amorosos marcados por ciclo de violência e relações de poder.	Não necessariamente. Os autores destacam, contudo, a agressão como parte do ciclo de violência.
2022	Viviane S. Carvalho e Talita M. M. Freitas	Revisão de bibliografia narrativa	Relacionamentos marcados por violência, dominação, manipulação, e desqualificação na tentativa de controle do outro. Ênfase às relações familiares e à violência intrafamiliar.	Não necessariamente. A violência pode ser física, psicológica, financeira, etc.
2021	Camila D. M. Lopes e Ingrid P. Silva	Análise do Comportamento	Relacionamento marcado por relações de poder, com a presença de reforço positivo e negativo.	Não necessariamente. Destaca-se, além do abuso físico, o abuso emocional, psicológico, sexual, financeiro ou patrimonial.
2020	Déborah C. de S. Silva <i>et al.</i>	Pesquisa bibliográfica	Relacionamentos destrutivos, inicialmente idealizados pela influência do amor romântico e pela cultura do machismo e da violência.	Não necessariamente. Ênfase dada a violência psicológica.

Fonte: Autoria própria com dados da pesquisa (2023).

As definições também foram comparadas quanto ao tipo de relacionamento que pode ser considerado abusivo (Figura 1). A maior parte dos artigos somente considera relacionamento abusivo o relacionamento amoroso heterossexual, isso é, que se dá entre homem e mulher, no qual geralmente o homem é o abusador e a mulher a vítima. No entanto, um artigo contempla relacionamentos amorosos de qualquer configuração, e três artigos assumem como relações abusivas outras relações além da relação amorosa, sendo que um artigo inclui também relacionamentos familiares, e dois artigos incluem qualquer tipo de relação, como amigades e relações de trabalho.

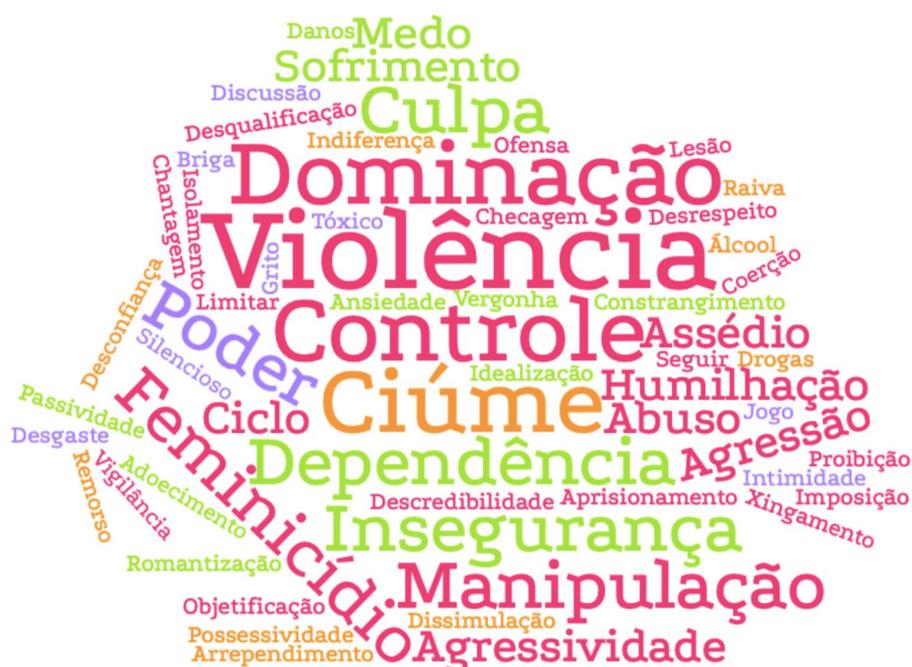
Figura 1: Gráfico de Tipo de Relacionamento Contemplado na Definição de Relacionamento Abusivo.



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Foi feita uma nuvem de palavras (Figura 2) com as principais palavras usadas para definir, descrever e explicar relacionamentos abusivos nos artigos selecionados. O tamanho das palavras corresponde a frequência de citação das mesmas nos artigos. Além disso, as cores utilizadas na nuvem correspondem às categorias de palavras. Foi feita uma análise qualitativa agrupando as palavras em categorias mais abrangentes, nomeadamente: Atos de violência, Características do relacionamento, Características do abusador, e Características da vítima (Tabela 2).

Figura 2: Nuvem de palavras organizadas por frequência e categoria usadas para descrever e definir relacionamentos abusivos.



Fonte: Autoria própria com dados da pesquisa (2023).

Nota: Palavras na cor rosa: categoria Atos de violência; Palavras na cor roxa: categoria Características do relacionamento; Palavras na cor laranja: categoria Características do abusador; Palavras na cor verde: categoria Características da vítima.

Tabela 2: Categorização de palavras usadas para definir relacionamentos abusivos.

Categoria	Palavras	Cor
Atos de violência	violência, controle, dominação, feminicídio, manipulação, abuso, agressividade, agressão, assédio, ciclo, humilhação, aprisionamento, chantagem, checagem, coerção, descredibilidade, desqualificação, imposição, isolamento, lesão, limitar, objetificação, ofensa, proibição, seguir, vigilância, xingamento, desrespeito, dissimulação.	Rosa (#f92772)
Características do relacionamento	brigas, discussão, desgaste, grito, silencioso, tóxico, jogo, intimidade, poder.	Roxo (#a581ff)
Características do abusador	possessividade, ciúme, arrependimento, desconfiança, raiva, remorso, drogas, indiferença, álcool.	Laranja (#fd9720)
Características da vítima	culpa, constrangimento, dependência, insegurança, medo, sofrimento, adoecimento, ansiedade, danos, idealização, passividade, romantização, vergonha.	Verde (#a6e22a)

Fonte: Autoria própria com dados da pesquisa (2023).

A violência e a dominação podem ser vistas na nuvem de palavras como palavras de maior frequência de citação e, portanto, importância na configuração e caracterização de um relacionamento como abusivo. Ademais, os atos de violência contemplando não somente a violência física, as características do relacionamento marcadas por poder, jogos e conflitos, as características do abusador como sujeito ciumento e raivoso, e as características da vítima como indivíduo culpado, dependente, perpassado por fantasias e afetos negativos, caracterizam a visão de relacionamentos abusivos nos artigos analisados.

6. CONCLUSÃO

O presente estudo procurou revisar na literatura as definições de relacionamentos abusivos. A partir da análise de dez artigos, discute-se os principais elementos constituintes destes relacionamentos.

As definições do construto apresentadas nos estudos encontrados não foram uniformes. Destacando as semelhanças presentes nas definições, conclui-se que para ser considerado um relacionamento abusivo, deve haver uma dinâmica de poder e domínio, exercida por meio da violência. Assim, propõe-se a definição de relacionamentos abusivos como relacionamentos marcados por dinâmicas de poder e domínio, exercidas por meio de algum tipo de violência.

A partir da síntese dos estudos encontrados, sugere-se que um relacionamento abusivo pode ocorrer em qualquer tipo de relacionamento, não só em relacionamentos amorosos. Os abusos também não são exclusivos de relacionamentos heterossexuais e as vítimas nem sempre são do gênero feminino. Sendo assim, relacionamentos abusivos podem ocorrer em qualquer relacionamento, sendo familiar, amizade, de trabalho, amoroso, etc; Quando relacionamento amoroso, podem ocorrer em relacionamentos formados por quaisquer configurações relativas à orientação sexual (eg.: homem-mulher, homem-homem, mulher-mulher); E tanto a vítima, quanto o abusador do relacionamento podem ser de qualquer gênero.

Apesar da existência dessa pluralidade no que se refere ao tipo de relacionamento, com base nos artigos estudados, foi possível observar características comuns dessas relações que apontaram para dinâmicas abusivas. Assim, a categoria de Características do Relacionamento dá ênfase em aspectos negativos de interação como “brigas, discussão, desgaste, grito”, apontam para relações pautadas em posturas conflituosas e combativas. Já características como “tóxico, jogo, poder” indicam a existência de dinâmicas relacionais pouco salutares, onde comportamentos aparentemente menos belicosos também promovem vivências de insegurança, instabilidade e violência.

De forma semelhante, observou-se que na maioria dos artigos a definição de relacionamento abusivo estava relacionada à vivência de violência, caracterizando a categoria mais prevalente e importante analisada neste estudo: os Atos de Violência. Muitos artigos ressaltaram inclusive que essa violência não é necessariamente física, mas manifesta-se por meio de manipulações, controle, e pelo exercício de poder entre o agressor e a vítima, caracterizando-se como violência psicológica. A violência psicológica costuma ocorrer de forma sutil ou subliminar, por meio de gestos, palavras e comportamentos que não deixam marcas aparentes (MELLO, 2022).

Deste modo, notou-se uma preocupação dos autores em apontar não só os aspectos relacionados a violência física, mas também a dinâmica psicológica encontrada na relação abusiva. A violência psicológica tem se tornado cada vez mais objeto de estudo no campo das ciências sociais, ganhando reconhecimento social e respaldo legal com a criação da Lei n. 14.188/2021, que tipifica como crime o dano emocional resultante da vivência dessa forma de violência pelas mulheres (MELLO, 2022).

A segunda maior categoria de palavras e elementos que definem os relacionamentos abusivos é a categoria Vítima. São palavras relacionadas a emoções e sentimentos (culpa, constrangimento, insegurança, medo, vergonha, ansiedade), mecanismos cognitivos (idealização, romantização) e indicativos de saúde ligados a prejuízo na vida como um todo (sofrimento, adoecimento, danos, passividade, dependência). Nota-se que tais atributos dizem respeito à vítima durante o relacionamento abusivo, e não aspectos da vítima que constituem um perfil propenso a se envolver nestes relacionamentos. Ademais, grande parte dos estudos destacaram a dificuldade da vítima de se perceber em um relacionamento abusivo, o que impacta na construção e aplicação de instrumentos para avaliar e identificar relacionamentos abusivos, assim como na procura por serviços de saúde para tratamento, por exemplo, de traumas muitas vezes deixados nessas relações (SILVA, 2018).

Ressalta-se a maior importância e prevalência de palavras ligadas às características da vítima em comparação com as características do abusador, a partir da comparação de categorias criadas e analisadas neste estudo. A maior relevância dada, portanto, às características da vítima, tem implicações nas diretrizes de tratamento e recuperação de pessoas que passaram por tais relacionamentos. Isso é, o tratamento passa a ser mais direcionado à vítima, que, além de se recuperar dos traumas deixados pelo relacionamento, precisa mudar suas escolhas de parceiros românticos (SILVA, 2018), e não ao abusador, que precisaria mudar aspectos como traços de personalidade, crenças centrais, resolução de conflitos e impulsividade, ou seja, deixar

de ser abusivo. Com isso, alerta-se para o risco de culpabilização da vítima de se submeter a tal situação e manter-se num relacionamento abusivo e danoso (PEIXOTO; NOBRE, 2015; SOMMACAL; TAGLIARI, 2017).

Setenta por cento dos artigos analisados destacaram a dificuldade da vítima em perceber que está em um relacionamento abusivo (D'AGOSTINI *et al.*, 2021; SANTOS *et al.*, 2019; CARVALHO; FREITAS, 2022; SILVA, 2021; SILVA *et al.*, 2020; FERNANDES *et al.*, 2019). Por exemplo, Leandro *et al.* (2022) e Carvalho e Freitas (2022) destacam a forma quase imperceptível que o relacionamento abusivo começa, modificando as configurações do relacionamento de forma sutil. Ainda, comportamentos abusivos são muitas vezes naturalizados ou romantizados (FERNANDES *et al.*, 2019; SILVA *et al.*, 2020), entendidos muitas vezes como formas de cuidado. Tais dados alertam para um dos obstáculos que constituem a dificuldade da vítima em romper o relacionamento e/ou procurar ajuda relativa a uma queixa relacional. Destaca-se portanto a importância de amigos e familiares interferirem no relacionamento e alertarem para o perigo da integridade física e mental da vítima. Além disso, a falta de percepção sobre estar em um relacionamento abusivo também se constitui como uma limitação para a construção de instrumentos de autorrelato para avaliação de abusos em relacionamentos.

Em relação aos atributos do abusador, a categoria contém palavras ligadas a emoções e sentimentos (raiva, remorso, arrependimento), ao uso de drogas (álcool, drogas) e a formas de tratamento da vítima (possessividade, ciúme, desconfiança, indiferença). Apesar de ser comum que parceiros que façam uso abusivo de substâncias, como álcool e outras drogas, apresentem condutas agressivas e violentas (SILVA, 2014; SILVA, 2020), não é mandatório que esse diagnóstico esteja presente para definir um relacionamento como abusivo. Ou seja, existem relacionamentos abusivos nos quais não há uso de álcool e outras drogas por parte do abusador, e apenas o uso abusivo de substâncias não caracteriza um relacionamento como abusivo. O mesmo vale para a presença de ciúme. Sentir ciúmes pode ser um gatilho para o uso de violência em relacionamentos (KYEGOMBE, 2022; PICHON *et al.*, 2020), o que justifica a relação entre tais conceitos, mas é o ato de violência que irá caracterizar o relacionamento como abusivo, e não apenas o sentimento de ciúmes. Já os sentimentos de raiva, remorso e arrependimento, são inerentes ao “ciclo da lua de mel” presente em tais relacionamentos (NORONHA; DOURADO, 2012) e, assim, são esperados como elementos constituintes destas relações.

No presente estudo, setenta por cento dos artigos descreveram os relacionamentos abusivos a partir de uma perspectiva amorosa e heterossexual, por meio de uma dinâmica

conjugal. Assim, observou-se que na maioria dos artigos não há uma diferenciação entre violência conjugal e relacionamento abusivo, sendo termos frequentemente utilizados como sinônimos pelos autores. Em Falke *et al.* (2009, p. 86), as autoras apontam que a “violência conjugal é evidenciada pela constituição da dinâmica de interação entre o casal que alimenta e perpetua as características do vínculo violento”, forma similar como o relacionamento abusivo é abordado pelos autores nos artigos analisados no presente estudo.

Contudo, apesar das similaridades entre esses dois conceitos, compreende-se que os relacionamentos abusivos podem englobar as demais relações, não sendo exclusivamente resultante de uma dinâmica conjugal. Ademais, apesar de muito relacionada, relacionamentos abusivos também não podem ser compreendidos como sinônimo de violência contra a mulher, porque o conceito engloba todo tipo de relacionamento e gênero, seja ele homoafetivo, familiar, ou de demais configurações, onde nem sempre a vítima será uma mulher.

Ainda, entende-se que os relacionamentos abusivos também não estão restritos aos casos de violência doméstica, pois apesar deste conceito considerar de forma mais ampla os atos de violência que não se restringem somente às relações conjugais e contra as mulheres, se limitam aos casos de violências que ocorrem no ambiente familiar. Segundo Diniz e Angelim (2003, p. 22) exemplos de violência doméstica são “abuso sexual de crianças e adolescentes, incesto, estupro conjugal, espancamento, abuso de idosos”. As autoras postulam que, diferente de simples atos de violência que ocorrem no ambiente doméstico, ainda permeia um cenário complexo onde a lealdade familiar impossibilita o rompimento desse ciclo de violência.

Portanto, destaca-se a importância de diferenciar o conceito de relacionamento abusivo dos demais conceitos relacionados às práticas de violência, promovendo maior consciência acerca desses fenômenos e de formas de intervenção. A partir da definição sugerida de relacionamentos abusivos como relacionamentos marcados por dinâmicas de poder e domínio, exercidas por meio de algum tipo de violência, enquadra-se a violência doméstica, a violência conjugal, e a violência contra a mulher como tipos de relacionamentos abusivos. Sugere-se que o uso do termo relacionamentos abusivos vise nomear relacionamentos marcados por dinâmicas abusivas de modo abrangente e não-excludente a partir de suas especificidades.

Este estudo apresenta limitações. A definição de marcadores restritos para a presente pesquisa de revisão limitou o alcance da mesma. Além disso, há limitações quanto aos próprios artigos analisados. Ressalta-se que, no presente estudo, não foi analisado um grande volume de artigos. Quando inseridos os critérios de pesquisa deste estudo, não foi encontrado um grande

número de pesquisas, o que sugere a necessidade de mais estudos sobre a temática de relacionamentos abusivos em uma perspectiva científica. Ainda, nenhum dos artigos analisados utilizou-se de método quantitativo ou de entrevistas qualitativas, ou seja, nenhum artigo abordou participantes, para explorar representações sociais ou pessoas que tivessem passado por relacionamentos abusivos, para a definição do construto. Todos os artigos contavam com método não-experimental e nenhum realizou estudos longitudinais. Ademais, nenhum estudo abordou relacionamentos abusivos em casais não-monogâmicos.

Estudos futuros devem superar as limitações deste, ampliando o método, a partir da inclusão de novas palavras chaves e marcadores de pesquisa, para acessar um maior número de artigos sobre essa temática. Também podem ser abordados estudos em outras línguas, além da língua portuguesa. Além disso, sugere-se a estudos futuros que investiguem mais as características do abusador, abordem relacionamentos abusivos em casais não monogâmicos e outras configurações de relacionamentos amorosos, e acessem, por meio de entrevistas e questionários, participantes para estudos experimentais e/ou empíricos para a definição e validação do construto relacionamento abusivo.

O presente estudo trouxe avanços para a cientificidade do conceito de relacionamentos abusivos e formulou uma definição uniforme para tal construto. Assim, procura-se facilitar a identificação destes relacionamentos em contextos, como jurídico, psicologia e psiquiatria clínica. O reconhecimento de um relacionamento abusivo em um paciente ou cliente auxilia em um tratamento de saúde mais apurado, tal como na formulação de laudos e pareceres precisos. Espera-se também, com este estudo, auxiliar na criação de instrumentos que investiguem a presença de relacionamentos abusivos, sobretudo medidas indiretas, como testes de associação implícita, e entrevistas que acessem amigos e familiares da vítima, dada a dificuldade de auto-percepção de estar em um relacionamento assim. Por fim, reflete-se que “O amor não é cruel/ Nós somos cruéis/ O amor não é um jogo/ Fomos nós que fizemos um jogo do amor” (KAUR, 2017, p. 155).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. Violência nos relacionamentos amorosos. **Brasil medicina**, [S. l.], p. 1-7, 23. 2001. Retirado de <https://www.academia.edu/download/6232374/artigo15.pdf>. Acessado em: Set. 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**, Fifth Edition (DSM-V). Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.

ARAÚJO, M. F. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicologia para América Latina**, (14), 2008 versão On-line ISSN 1870-350X. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012. Acessado em: Set. 2022.

BRASIL. **Código de processo civil e normas correlatas**. – 9. ed. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. ISBN: 978-85-7018-710-9.

CARVALHO, V. S.; FREITAS, T. M. M. Relacionamento abusivo: O ciclo de aprisionamento e dependência emocional. **Facit Business and Technology Journal**, 2(36) 2022. ISSN: 2526-4281. Disponível em: <https://jnt1.websiteseuro.com/index.php/JNT/article/view/1591>. Acessado em: Set. 2022.

CRUZ, J. M. *et al.* Relacionamento abusivo: O silêncio dentro do lar. **Anais do Evinci-UniBrasil**, 4(2), 2018, 434-446. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisvinci/article/view/4278>. Acessado em: Set. 2022.

D' AGOSTINI, M. *et al.* Representações sociais sobre relacionamento abusivo / Social representations about abusive relationships. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 20701–20721, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n2-627. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/25423>. Acessado em: Mar. 2023.

DA SILVA, F. B. *et al.* Homens agressores de mulheres: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, (53), 2020, e3481-e3481. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e3481.2020>. Acessado em: Set. 2022.

DINIZ, G. R. S.; ANGELIM, F. P. Violência doméstica. **Revista de Psicologia da UNESP**, 2(1), 2003, 16-16. ISSN 1984-9044 versão on-line. Disponível em: <https://revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/view/14/15>. Acessado em: Set. 2022.

SANTOS, E. Q. de. Crimes Passionais ou Femicídio? Conceitos e a Relação entre os Relacionamentos Tóxicos e o Ciúme Patológico. **Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics**, 8(4), 2019, p.272-292. Disponível em: [https://doi.org/10.17063/bjfs8\(4\)y2019272](https://doi.org/10.17063/bjfs8(4)y2019272). Acessado em: Set. 2022.

FALCKE, D. *et al.* Violência conjugal: um fenômeno internacional. **Contextos Clínicos**, 2(2), 2009, p.81-90. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822009000200002. Acessado em: Set. 2022.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3.ed. rev. e atual. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2009.

GOMES, I. R. R.; FERNANDES, S. **A intenção feminina de permanecer em um relacionamento abusivo**. 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3223>. Acessado em: Set. 2022.

GNOATO, G. O amor romântica no epicentro da violência doméstica contra a mulher no contexto da cultura da agressão. **Contradição-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais**, 2(1). 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33872/revcontrad.v2n1.e019>. Acessado em: Set. 2022.

KAUR, R. **Outros jeitos de usar a boca**. São Paulo: Planeta, 2017.

KYEGOMBE, N.; STERN, E.; BULLER, A. M. We saw that jealousy can also bring violence: A qualitative exploration of the intersections between jealousy, infidelity and intimate partner violence in Rwanda and Uganda. **Social Science & Medicine**, 2022. p. 292, 114593. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2021.114593>. Acessado em: Set. 2022.

LEANDRO, G. V.; MATA, A. L. S.; TOMÉ, S. F. Violência Doméstica e Femicídio: Uma Análise Acerca das Consequências de um Relacionamento Abusivo. **Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC)**, 6. 2019. Disponível em: <http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/eedic/article/view/3832/3301>. Acessado em: Set. 2022.

LOPES, C. D. M.; SILVA, I. P. Considerações acerca do relacionamento abusivo e uma análise das contingências que o envolvem. **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, 37(72), 2021, p. 160-168. ISSN 2596-2809. Disponível em: <http://periodicos.unifil.br/index.php/Revistatest/article/view/2344>. Acessado em: Set. 2022.

MELLO, A. R. Violência psicológica contra a mulher: breves comentários à Lei 14.188/2021. In: COSTA, L. B. M. F.; COSTA, C. E. F.; PESSIN, G. (Org). **Justiça e dignidade social: múltiplas perspectivas**. Encontrografia, 2022, p. 100-116. ISBN 978-65-88977-69-9. Versão impressa.

MOURA, J. Q. *et al.* Escala de Crenças Sobre Violência Conjugal (ECV): Versão Brasileira. **Psico-USF**, 26, 2022, 603-616. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712021260401>. Acessado em: Set. 2022.

NORONHA, C. V.; DOURADO, S. Violência intencional entre parceiros íntimos no contexto baiano. **Violências intencionais contra grupos vulneráveis**, p. 151, 2012. ISBN 978-85-232-1026-7. Disponível em: https://www.academia.edu/download/63519121/violencias_intencionais_contra_grupos_vulneraveis20200603-110675-1ciwvn.pdf#page=152. Acessado em: Set. 2022.

PAIVA, C. A.; FIGUEIREDO, B. **Factores de risco de abuso no relacionamento íntimo: Estudo de validação da versão portuguesa do questionário “Personal and Relationships Profile”**, 42, 2006, 185-212. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/41688/1/2006%20Estudo%20de%20valida%20a7%20c3%20a3o%20da%20vers%20a3o%20portuguesa%20das%20escalas%20Personal.pdf>. Acessado em: Set. 2022.

PEIXOTO, A. F.; NOBRE, B. P. R. A responsabilização da mulher vítima de estupro. **Revista Transgressões**, 3(1), 2015, p. 227-239. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/download/7203/5331/0>. Acessado em: Set. 2022.

PEREIRA, R. Por que não se separam: A perda da confiança no relacionamento conjugal. **Pensando famílias**, 19(2), 2015, p.3-20. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200002.
Acessado em: Set. 2022.

PICHON, M. *et al.* A mixed-methods systematic review: Infidelity, romantic jealousy and intimate partner violence against women. **International journal of environmental research and public health**, 17(16), 2020, p. 5682. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph17165682>. Acessado em: Set. 2022.

RIBEIRO, I. E. S.; JÚNIOR, G. A. Relacionamento abusivo: A relação se tornou um problema. **Revista Saúde e Educação**, 3 (suplemento), 2018, p. 145-145. ISSN 2595-0061. Disponível em: <https://ojs.fccvirtual.com.br/index.php/REVISTA-SAUDE/article/view/226>. Acessado em: Set. 2022.

ROCHA, R. L. *et al.* Violência doméstica contra a mulher e seus impactos sociais. **Brazilian Journal of Health Review**, 4(1), 2021, p. 1542-1565. Disponível em: <https://doi.10.34119/bjhrv4n1-131>. Acessado em: Set. 2022.

SANTOS, A.; SANCHOTENE, N.; VAZ, P. A invenção do relacionamento abusivo: Sofrimento e sentido nas relações amorosas ontem e hoje. **Líbero**, (44), 2019, p.122-135. ISSN 2525-316. Retirado de <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1072>. Acessado em: Set. 2022.

SOUZA, S. *et al.* A idealização do relacionamento abusivo e a Lei Maria da Penha. **Brazilian Journal of Development**, 6(9), 2020, p. 72949-72953. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n9-664>. Acessado em: Set. 2022.

SILVA, A. C. L. G.; COELHO, E. B. S.; MORETTI-PIRES, R. O. O que se sabe sobre o homem autor de violência contra a parceira íntima: uma revisão sistemática. **Revista Panamericana de Salud Publica**, 35(4), 2014, p. 278-283. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/v35n4/07.pdf>. Acessado em: Set. 2022.

SILVA, M. S.; COAGLIO, P.; ASSUMPÇÃO, A. A. Relação entre violência psicológica e depressão em mulheres: revisão narrativa. **Pretextos - Revista Da Graduação Em Psicologia Da PUC Minas**, 3(6), 2018, p. 102 - 115. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/18408>. Acessado em: Set. 2022.

SILVA, F. V. Depois a louca sou eu: estratégias biopolíticas e produção de subjetividade em discursos sobre relacionamento abusivo. **MOARA–Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras** ISSN: 0104-0944, 2(57), 2021, p.103-122. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/moara.v2i57.8561>. Acessado em: Set. 2022.

SOMMACAL, C. L.; TAGLIARI, P. A. A cultura de estupro: o arcabouço da desigualdade, da tolerância à violência, da objetificação da mulher e da culpabilização da vítima. **Revista da ESMESC**, 24(30), 2017, p.245-268. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/revistadaesmesc.v24i30.p245>. Acessado em: Set. 2022.

SOUZA, D. C. **Relacionamentos abusivos: significados atribuídos por um grupo de jovens acadêmicos da UFAM. 2018.** 81 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6809>. Acessado em: Set. 2022.

TOSTA, A. S.; CASSEPP-BORGES, V. Understanding intimate relationships with abusive behavior through attachment theory. **Revista Interamericana De Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, 55(1), 2021, p. 1-17. Disponível em: <https://doi.org/10.30849/ripijp.v55i1.1276>. Acessado em: Set. 2022.

VIEIRA, C. C. B. *et al.* 50 tons de cinza e relacionamento abusivo: um olhar do cárcere. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, 15, 2019, p.390-405. ISSN: 1980-6949. Retirado de <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1344>. Acessado em: Set. 2022.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012**. 2012. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/Mapa_do_Homic%C3%ADdio_de_Mulheres_no_Brasil.pdf. Acessado em: Set. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Classification of diseases**. [Genebra]: WHO, c2021. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en#/http://id.who.int/icd/entity/1448597234>. Acessado em: Set/2022.

ZANINI, S. B. *et al.* Saúde mental da mulher no alvo da violência de gênero: o desenrolar psicopatológico de relacionamentos abusivos. **Anais de Medicina**, 2018, p. 87-88. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/anaisdemedicina/article/view/18999>. Acessado em: Set. 2022.

CAPÍTULO 4

O AUMENTO DO USO DE ANTIDEPRESSIVOS E ANSIOLÍTICOS PÓS PANDEMIA E SEUS IMPACTOS

Ellen Oliveira Araújo
Gabriella Silva Ramos
Julia Silva Carrijo
Luan Mendes de Freitas
Mayara Beatriz Carvalho Gonçalves
Nayara Sílvia Santos
Janaina Jácome dos Santos

RESUMO

O presente trabalho buscou compreender como a pandemia da COVID-19 levou ao aumento do uso de medicamentos como ansiolíticos e antidepressivos, os problemas do autodiagnóstico, os impactos que a automedicação tem na vida dos sujeitos, além de descrever como ocorre o processo de mal uso, a fim de identificar formas de reduzir a dependência e conscientizar a população sobre os riscos do uso inadequado e prolongado das medicações. O trabalho se estrutura com a revisão bibliográfica e análise de dados coletados através de uma pesquisa com profissionais médicos, psicólogos e farmacêuticos, que tem contato direto com esses pacientes. Com a pesquisa realizada e o exame dos textos teóricos (ALVES, 2021), (FÁVERO, 2018) que embasaram o trabalho, identificou-se que como esperado, houve o aumento do uso dos ansiolíticos e antidepressivos durante a pandemia da COVID-19, como também o aumento pela busca solitária do autodiagnóstico, o despreparo das equipes que atendem os pacientes em tratamentos de quadros ansiosos e depressivos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), e ainda ressalta a importância de se manter o acompanhamento médico tal como o acompanhamento psicológico dos sujeitos acometidos por esses transtornos e assim garantir que o uso de medicamentos controlados seja acompanhado mais de perto e que não ultrapasse o tempo extremamente necessário para tratar os sintomas e, evitar abusos e dependência.

PALAVRAS-CHAVE: Medicalização. Ansiolíticos. Antidepressivos. Pandemia. COVID-19.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda uma questão atual na recém realidade pós pandêmica, que aponta indícios de um possível aumento no uso de ansiolíticos e antidepressivos. Devido a pandemia pelo COVID-19, mudanças drásticas e repentinas se fizeram presentes na vida de milhões de pessoas no mundo e no Brasil não foi diferente, e muitos viram nos medicamentos uma forma de lidar com essa fase.

As doenças mentais mais frequentes são a depressão e os transtornos de ansiedade, atingindo 10-15% da população mundial, considerando a estimativa de que 350 milhões de pessoas no mundo sofram com a depressão (PREVEDELLO, 2017, *apud* PIGA, 2021). Os antidepressivos e ansiolíticos, muito utilizados no tratamento desses transtornos, são uma busca frequente de muitas pessoas, diagnosticadas ou não.

Os medicamentos psicotrópicos atuam no Sistema Nervoso Central e podem ser classificados nas categorias ansiolíticos-sedativos, antidepressivos, estabilizadores do humor e antipsicóticos ou neurolépticos, atuando no controle da ansiedade com efeitos sobre as emoções, o humor e o comportamento (FIGUEIREDO, 2015, *apud* FÁVERO *et al.*, 2017). O principal representante são os benzodiazepínicos, um dos mais prescritos atualmente, como Diazepam, Clonazepam, Alprazolam e Midazolam (CARVALHO *et al.*, 2016, *apud* FÁVERO *et al.*, 2017).

Tendo em vista as definições dos medicamentos psicotrópicos, ao decorrer do trabalho será abordado tópicos que buscam compreender de que forma os efeitos da pandemia levaram ao aumento do uso desses fármacos, identificar os problemas do autodiagnóstico, mal uso e dependência, e como reduzi-los. A fim de demonstrar de forma empírica o estudo dos autores citados, foi realizada uma pesquisa que consiste no envio de um questionário para psiquiatras, psicólogos e farmacêuticos com questões que remetem ao aumento do uso desses medicamentos. Desse modo, a importância deste estudo está em compreender os impactos do aumento no uso de psicotrópicos e promover a busca por formas de minimizá-los.

2. A PANDEMIA E A MEDICALIZAÇÃO

A pandemia da COVID-19 trouxe prejuízos reais à vida das pessoas, como a perda de familiares e amigos, o risco eminente de morte, o desemprego, as medidas sanitárias para evitar o contágio e transmissão da doença, que incluíam o uso de máscaras e distanciamento social, além da passagem de algumas empresas para o *home office* e das escolas para o ensino remoto. Todas essas mudanças bruscas afetaram a saúde mental e o comportamento dos indivíduos, que encontraram nas medicações, como antidepressivos e ansiolíticos, certo alívio e condições psíquicas para enfrentar o momento. Com isso, algumas pesquisas buscam entender os impactos que essas medicações têm provocado na vida dos indivíduos, e já se pode observar alguns dados estatísticos a respeito do tema.

Segundo relatado por Melo *et al.* (2022), foi realizado um estudo transversal via redes sociais que contou com a participação de 349 pessoas, com idade entre 18 e 35 anos. Todos responderam a um questionário sociodemográfico e a perguntas sobre o uso de antidepressivos e ansiolíticos, nos resultados, obtiveram os seguintes dados: 71 pessoas (20,3%) faziam uso de antidepressivos e/ou ansiolíticos durante a pandemia. Destes, 20,5% faziam uso de ansiolíticos, 31,8% de antidepressivos e 28,4% de ambos concomitantemente. Os medicamentos mais

relatados foram clonazepam na classe de ansiolíticos e a fluoxetina na classe de antidepressivos (MELO, 2022).

Com a análise de Alves (2022), observa-se que momentos estressores são desencadeantes ou agravantes dos transtornos mentais, e em consequência disso ocorre muitas vezes o abuso de álcool, cigarro, medicamentos e drogas ilícitas. Especialmente nos últimos dois anos, com tantas perdas, é possível entender a importância de se falar sobre o consumo, uso e abuso desses medicamentos durante a pandemia, assim como os fatores críticos para o aumento da medicalização associada ao uso de psicofármacos (ALVES, 2022).

De acordo com Ribeiro *et al.* (2020) os problemas psicológicos são realidades recorrentes da pandemia. Para Carvalho (2021) o cenário provocou um aumento do consumo de ansiolíticos e antidepressivos, e os estudos apontados revelam que houve prolongamento de crises de ansiedade, suicídio e depressão.

Segue abaixo o quadro com os dados de um levantamento feito pela Consulta Remédio e publicado pela revista Medicina S/A:

Figura 1: Buscas comparativas antes e durante a pandemia no período de – 08/20 a 02/21 em relação ao ano anterior (08/19 a 02/20), seis meses antes de iniciar a pandemia.

Medicamento	Finalidade	08/19 a 02/20	08/20 a 02/21	Crescimento
Hemitartarato de Zolpidem	Insônia	405.374	865.985	113,63
Cloridrato de Fluoxetina	Depressão	443.831	806.625	81,74
Oxalato de Escitalopram	Depressão	552.590	714.727	29,34
Sertralina	Depressão	416.924	647.699	55,35
Clonazepam	Transtornos de humor	270.301	495.821	83,43

Fonte: Medicina/AS (2021).

Os dados apresentados mencionam a comparação de antes e durante a pandemia no período de 08/20 a 02/21 em relação ao ano anterior (08/19 a 02/20), seis meses antes de iniciar a pandemia, demonstram a notória elevação no consumo após a chegada da COVID-19 no Brasil. Esse aumento pode estar justamente relacionado com os acontecimentos cada vez mais frequentes de ansiedade e depressão no país, diante do isolamento e distanciamento social, por conta das medidas preventivas contra a contaminação, além das incertezas de futuro provocadas pela pandemia.

Segundo dados Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), relatados no portal de notícias R7, entre

1º de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2021 o Brasil comprou 345,5 mil caixas de cinco dos ansiolíticos (benzodiazepínicos) mais vendidos: Alprazolam (Frontal), Bromazepam (Lexotan), Clonazepam (Rivotril), Diazepam (Valium) E Lorazepam (Lorax). Em 2020, primeiro ano da pandemia de Covid-19, as vendas desses cinco princípios ativos somaram 47,3 milhões, uma alta de 4,26% em relação ao ano anterior.

Ao analisar esses dados, é possível perceber que houve um considerável aumento do uso de antidepressivos e ansiolíticos com a pandemia. Dessa forma, é importante entender como o autodiagnóstico, tão frequente entre as pessoas, impacta nesses índices.

3. A MEDICALIZAÇÃO E O AUTODIAGNÓSTICO

Vasconcelos *et al.* (2009) traz a ideia de que, com a evolução das tecnologias, vários sites especializados em autodiagnóstico surgiram na internet. Ele ainda diz que é perceptível como os consumidores em saúde tendem à solidão e à busca solitária de informações a respeito de como estão. Tudo isso pode fazer com que as pessoas fiquem perdidas em meio a tantos aconselhamentos, que por vezes não são reais ou são alarmistas.

Melo *et al.* (2021) citando Garcia LP, Duarte E. (2020), relata sobre o conceito de “infodemia”, termo que tem por significado o excesso de informações, nem sempre verdadeiras, que ocorrem em resposta a situações graves como, por exemplo, a pandemia. Com isso, Melo *et al.* (2021) comentam que o resultado desse estímulo e exposição a esse tipo de informações pode ser um impulso tanto coletivo como individual a um autodiagnóstico, que leva ao uso, sem comprovação médica/científica, de medicamentos. Vale ressaltar a fala de Domingos *et al.* (2017), que no Brasil ocorreu uma avalanche de informações, medo e incertezas contribuindo para a busca irracional nas farmácias.

De acordo com artigo publicado pela Organização Mundial da Saúde (1998) conceitua-se a auto medicalização como sendo a seleção de medicamentos para tratar doenças autodiagnosticadas ou sintomas. Segundo Domingos *et al.* (2017), os remédios são parte importante para tratamento de doenças e melhora na qualidade de vida dos indivíduos. Porém, o uso desses medicamentos de modo irresponsável e sem uma orientação médica pode trazer prejuízos para a saúde. Esses autores também alertam que em decorrência da auto medicalização foi gerado um aumento nas vendas de medicamentos, assim como crescem também as anomalias derivadas, como resistência bacteriana e outras reações adversas.

Por fim, conforme artigo publicado pela Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (2012), a auto medicalização (problema muitas vezes gerado pelo autodiagnóstico) pode acarretar uma série de problemas como agravamento de doenças preexistentes.

Caso seja feita uma combinação errada entre medicamentos, pode-se gerar consequências, tendo como exemplo reações alérgicas, dependência de medicamentos e até a morte. Importante destacar que todos os remédios possuem efeitos colaterais. Tendo isso em mente, aquilo que se imagina ser a solução, pode se tornar um grave problema. Vale ressaltar que somente médicos podem diagnosticar doenças e indicar tratamentos e/ou medicações.

Um estudo realizado em Curitiba (Paraná) e citado por Alves *et al.* (2021), em 2017, constatou que 84,4% das indicações de uso de psicofármacos, em especial os ansiolíticos, foram realizadas por médicos, principalmente clínicos gerais (47%), psiquiatras (25%) e neurologistas (15,6%). Os entrevistados que tinham recebido o medicamento de conhecidos somavam 25%, e 15,6% disseram ter usado sem prescrição. Algumas das queixas que levaram ao uso foram a insônia (62,5%), depressão (53,1%) e ansiedade (43,8%), embora alguns dos entrevistados tivessem usado sem acompanhamento profissional e possivelmente sem terem diagnóstico. O tempo de uso ultrapassava um ano em 68,7%, sendo que 30% relataram tentativa de parar com o uso. Como justificativa, relataram a volta das queixas, como nervosismo e insônia.

Tendo em vista o atual problema do autodiagnóstico e uso incorreto dessas medicações controladas, convém entender como se caracteriza a dependência medicamentosa e buscar possíveis intervenções.

4. DEPENDÊNCIA MEDICAMENTOSA E POSSÍVEIS INTERVENÇÕES

Para o psiquiatra Guido Boabaid May (2022), do corpo clínico do Hospital Israelita Albert Einstein, em entrevista relatada pelo portal de notícias R7, é possível que muitos brasileiros que usam esses medicamentos não necessitem deles ou estejam fazendo mal uso, e também ressalta que a maioria dessas pessoas usam sem acompanhamento psiquiátrico. May (2022) ressalta ainda que os benzodiazepínicos causam tolerância e possível abuso e dependência, e por isso não são todos os indivíduos que podem usá-los, como aqueles que possuem histórico de abuso de substâncias e com alguns tipos de transtorno.

Segundo a Clínica Jequitibá (2020) o abuso de substância é caracterizado pelo uso incorreto da medicação e em excesso, chegando assim, em algum momento, ao ponto de a falta dessa substância causar abstinência. Por mais que o vício possa estar relacionado às drogas

ilícitas, esquece-se que o vício em drogas lícitas como os medicamentos causa danos parecidos a estes usuários.

A abstinência surge pela interrupção das medicações após 5 a 10 dias, o que causa impacto na vida social do indivíduo por seus sintomas como a irritabilidade, estresse, insônia, à sudorese (transpiração excessiva), agitação, náusea, dores no corpo a até mesmo às convulsões, lembrado que cada organismo reage de uma maneira diferentes, então esses sintomas não são padronizados; o recomendado é que essa retirada de medicação seja gradual, com orientação e acompanhamento médico por volta de 8 meses (CARLINI *et al.*, 2001).

De acordo com estudo realizado por Orlandi e Noto (2005), citado por Higa (2018), essa dependência está ligada a diversos fatores: médicos, como a indicação inadequada da medicação, falha na orientação e manutenção da prescrição sem um planejamento prévio do tempo de tratamento; e do usuário, com o uso inadequado da medicação, aumento da dosagem por iniciativa própria, uso de artimanhas para conseguir o receituário e a não realização do acompanhamento psicológico.

Dessa forma, ao se considerar os efeitos prejudiciais que o uso inadequado das medicações psicotrópicas pode provocar no indivíduo, é imprescindível que estratégias sejam pensadas para reduzi-lo. “Há a necessidade de garantir acesso a essas medicações, mas de acordo com protocolos de tratamentos previamente aprovados a serem empregados por profissionais treinados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) (ROCHA; WERLANG, 2012, *apud* TÁVORA, 2018, p.10).

Conforme relatado em pesquisa de Távora (2018) na UBS São Francisco de Pedra Branca (São Paulo), notou-se a prevalência de pacientes que iam à unidade para renovar a receita dos medicamentos psicotrópicos sem acompanhamento adequado. Como intervenção a esse problema, foi proposto a revisão de prontuários e consultas individuais quando o paciente procurasse a UBS para renovação da medicação, sendo feita também uma busca ativa desses pacientes pelos agentes de saúde. Távora (2018) também relata que nessas consultas individuais, além de avaliar o uso da medicação também é estimulado o desmame medicamentoso, quando necessário. O autor reforça que todos os profissionais envolvidos no atendimento devem estar aptos a realizar o acolhimento do paciente.

Além da renovação dos receituários de psicotrópicos sem a devida avaliação do paciente pelo médico, a falta de acompanhamento psicológico também é um grande fator que pode levar

ao abuso desses medicamentos, tendo em vista a importância da ação conjunta do tratamento medicamentoso e psicológico.

Em projeto de intervenção realizado por Higa (2018) no Centro de Saúde Paranapanema em São Paulo, notou-se alto índice de dependentes em antidepressivos e benzodiazepínicos. Dentre as estratégias pensadas, destacam-se o matriciamento de profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF) para realização de prescrições mais adequadas e a criação de grupos de saúde mental que estabeleçam um trabalho conjunto que envolva tanto o tratamento medicamentoso quanto psicossocial. Além disso, também buscou-se fazer a reavaliação pelos profissionais e garantir o retorno dos pacientes de Saúde Mental para o acompanhamento.

Por fim, é importante que haja uma conscientização acerca do uso de ansiolíticos e antidepressivos pela população. Conforme proposto por Higa (2018) no projeto de intervenção, os pacientes devem compreender seu adoecimento mental, o porquê do uso do medicamento, seus efeitos e, principalmente, precisam estar conscientes de que o tratamento não é feito apenas ingerindo os medicamentos, mas também através do acompanhamento psicológico adequado.

Desse modo, após a obtenção de dados de diversos autores sobre a temática, é importante analisar o estudo prático realizado com profissionais que possuem contato direto com os pacientes, seja na venda desses medicamentos ou na entrega de receitas e atendimento psicológico. Busca-se assim, relacionar os resultados obtidos pela pesquisa e os estudos realizados pelos autores referenciados.

5. AMOSTRA E DISCUSSÕES: RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa foi aplicada via *google forms* e contou com a participação de seis profissionais, incluindo psicólogos, psiquiatras e farmacêuticos. Todos eles possuem entre oito e vinte anos de experiência em suas respectivas áreas e foram escolhidos devido a suas áreas de atuação na saúde. As perguntas realizadas se relacionam com as questões tratadas no referencial teórico, sendo relacionadas principalmente às causas e impactos da medicalização. Consistem:

1. Percebeu aumento na procura por antidepressivos e ansiolíticos após a pandemia?
2. Qual das duas classes de medicamentos notou maior procura?
3. Qual público mais consome esses medicamentos?
4. Qual a faixa etária das pessoas que mais buscam esses medicamentos?
5. Sobre o aumento da procura após a pandemia: Caso souber, informar os medicamentos mais usados.

6. Em sua prática, você notou os seguintes problemas: automedicação, dependência, mau uso, abuso, uso inadequado, não sei informar ou não notei, no que se refere à medicalização de antidepressivos ou ansiolíticos?

7. Caso tenha identificado dependência, mal uso ou abuso, indique os medicamentos mais recorrentes e explique.

8. Quais os principais diagnósticos dos pacientes que fazem uso de ansiolíticos e de antidepressivos?

9. De acordo com as vivências em sua área de atuação, quais as queixas que mais incitaram o aumento da procura por antidepressivos e ansiolíticos após o surgimento da pandemia?

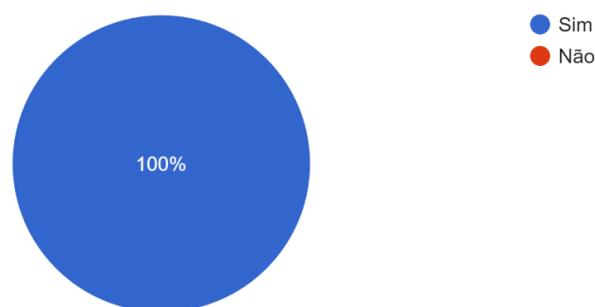
10. Você notou ou o paciente relatou impactos dessa medicalização na vida pessoal e profissional?

11. Na sua opinião, de que formas é possível reduzir essa dependência em antidepressivos ou ansiolíticos?

Os resultados da pesquisa realizada apontam que de fato houve um aumento na procura por antidepressivos e ansiolíticos após a pandemia, cujos dados confirmam a pesquisa realizada por Carvalho (2021) que citou esse crescimento na procura por medicamentos psicotrópicos perante a situação que as pessoas viveram por conta do COVID-19.

Figura 2: Percebeu aumento na procura por antidepressivos e ansiolíticos após a pandemia?.

Percebeu aumento na procura por antidepressivos e ansiolíticos após a pandemia?
6 respostas



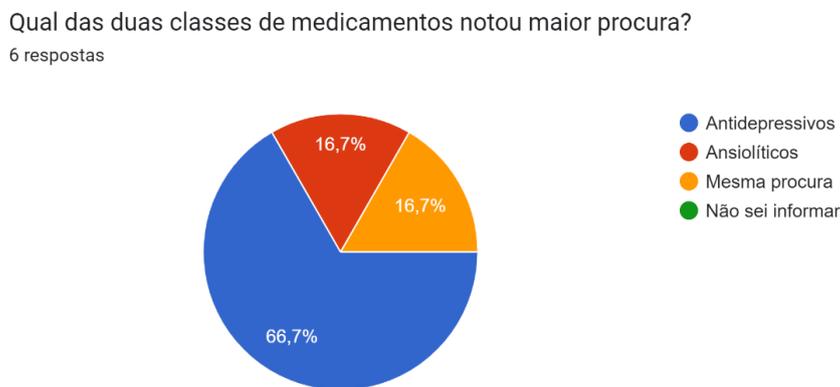
Fonte: Autoria própria (2022).

Ao serem perguntados sobre as causas que motivaram o uso desses fármacos, os entrevistados concordaram que houve grande influência da pandemia, como o medo de se infectar, a solidão, a morte dos familiares, ansiedade, insegurança, aflição pela falta de

perspectiva ao futuro e os sintomas psiquiátricos pós pandemia. Dessa forma, compreende-se que essas mudanças repentinas afetaram de forma significativa a vida das pessoas, causando desafios e angústias que ocasionaram em uma maior busca pelo uso de ansiolíticos para uma melhor qualidade de vida.

Segundo 66,7 % dos entrevistados, a classe de medicamentos que teve uma maior procura por parte dos consumidores nesse período pós pandemia foram os antidepressivos. Já 16,7% disseram que a alta do consumo foi de ansiolíticos, enquanto os outros 16,7% afirmaram que a busca desses medicamentos ocorreu da mesma forma, havendo um nivelamento entre eles.

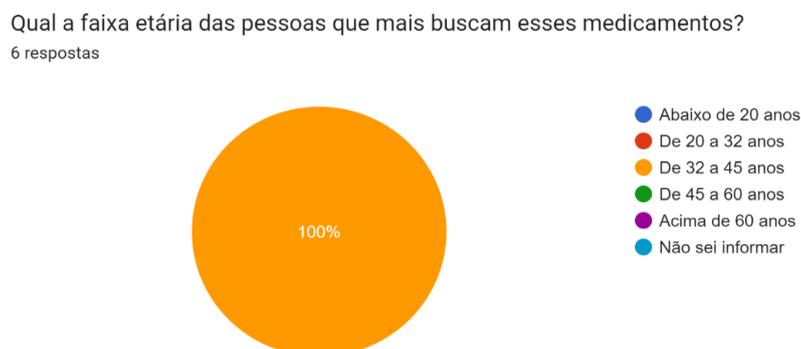
Figura 3: Qual das duas classes de medicamentos notou maior procura?.



Fonte: Autoria própria (2022).

Segue os dados obtidos das perguntas relacionadas à faixa etária e gênero mais observados nos pacientes.

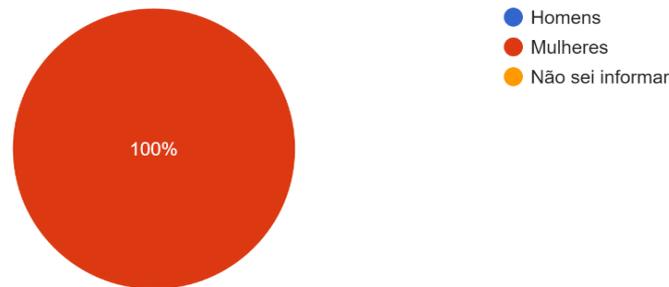
Figura 4: Qual a faixa etária das pessoas que mais buscam esses medicamentos?.



Fonte: Autoria própria (2022).

Figura 5: Qual público mais consome esses medicamentos?.

Qual público mais consome esses medicamentos?
6 respostas



Fonte: Autoria própria (2022).

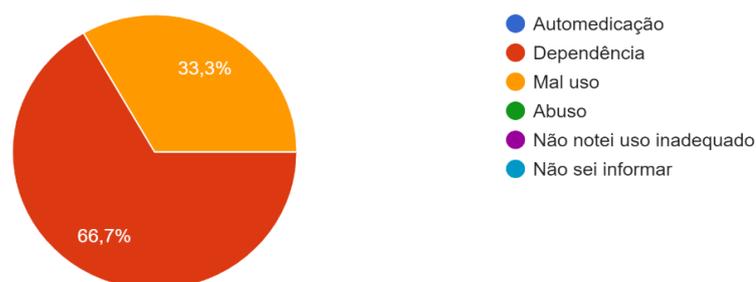
Ao questionar o sexo e faixa etária das pessoas que mais buscaram adquirir e consumir essas medicações, 100% dos participantes da pesquisa responderam que os maiores consumidores desses remédios são mulheres que possuem entre 32 e 45 anos de idade.

Sobre o aumento da procura de medicações após a pandemia, questionou-se quais remédios foram mais procurados e vendidos. Como resultado, entre os mais procurados estão os citados por Melo *et al.* (2022): Fluoxetina e Clonazepam. Além desses, os entrevistados apontaram outros medicamentos, como: Rivotril, Zolpiden, Sertralina, Pregabalina, ISRS, IRSN, Escitalopran e Citalopram.

Em relação aos possíveis problemas provocados pela medicalização, as respostas destinadas a 'dependência' foram de 66,7%, sendo que 33,3% responderam 'mal uso'.

Figura 6: Em sua prática, você notou os seguintes problemas no que se refere à medicalização de antidepressivos ou ansiolíticos?.

Em sua prática, você notou os seguintes problemas no que se refere à medicalização de antidepressivos ou ansiolíticos?
6 respostas



Fonte: Autoria própria (2022).

Quando questionado sobre os medicamentos mais recorrentes no caso de identificação de dependência, mal uso ou abuso, a resposta mais colocada foi benzodiazepínicos como Clonazepam, Diazepam e também Zolpidem.

Nota-se que são remédios utilizados para insônia e efeito calmante, o que leva à necessidade de utilizá-los para regular o sono, como o Zolpidem, um medicamento bastante ressaltado em uma das respostas: ‘Muitas pessoas relataram dependência dele para conseguir dormir!’. Percebe-se que essas pessoas não conseguem dormir à noite sem o uso da medicação, e isso se reflete no proposto pela Clínica Jequitibá (2020), em que o abuso de substância se manifesta pelo uso incorreto da medicação, chegando assim ao ponto de a falta da substância causar abstinência.

Quando perguntados sobre os principais diagnósticos dos pacientes que fazem o uso de antidepressivos e ansiolíticos, foram confirmadas as expectativas, tendo em mente, que as doenças mentais mais frequentes são depressão e os transtornos de ansiedade (PREVEDELLO, 2017, *apud* PIGA, 2021), algo amplamente relatado pelos entrevistados, acrescentando a isso, síndrome do pânico e dores crônicas.

Também foi questionado se os profissionais notaram ou ouviram relatos dos pacientes sobre os efeitos provocados pela medicalização. Dos quatro entrevistados, foram obtidas três respostas afirmativas. Dentre as respostas, está o estado de apatia, esquecimento, confusão, perda de memória e os efeitos colaterais já previstos por certos medicamentos.

Tendo em vista esses impactos, muitas vezes decorrentes do mal uso dos psicotrópicos, também foi questionado sobre as possíveis alternativas para reduzir essa dependência. Uma das respostas foi “profissionais mais capacitados para saber orientar o paciente”, o que condiz com os estudos de que a dependência está ligada a fatores médicos como a indicação inadequada da medicação, falha na orientação e manutenção da prescrição sem um planejamento prévio do tempo de tratamento (ORLANDI; NOTO, 2005, *apud* HIGA, 2018).

Os outros entrevistados concordaram que a principal forma de reduzir o risco de dependência é fazendo o acompanhamento psicológico, e não somente o tratamento medicamentoso, que deve ser seguido corretamente pelas orientações do médico. Isso se revela na pesquisa de Távora (2018) na UBS São Francisco de Pedra Branca, em que se notou a prevalência de pacientes que iam à unidade para renovar a receita dos medicamentos psicotrópicos sem acompanhamento adequado.

Por fim, foi colocado que o desmame deve ser feito com acompanhamento médico sempre que possível, assim como a realização de práticas como o exercício físico regular, atividades de lazer e alimentação adequada. Dessa forma, fica evidente os riscos do uso inadequado dos psicotrópicos e a necessidade de seguir corretamente a orientação médica, assim como a importância do acompanhamento psicológico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve por objetivo compreender como ocorreu o aumento do uso de ansiolíticos e antidepressivos, assim como seus impactos. Os objetivos levantados, portanto, foram respondidos, visto que os estudos citados no referencial teórico e os resultados da pesquisa evidenciaram que o aumento de fato ocorreu, revelando uma série de questões relevantes sobre o tema.

Entendeu-se que a pandemia pelo COVID-19 trouxe uma série de consequências que afetaram a saúde mental das pessoas, o que acarretou na busca pela medicalização. Também se revelou que este uso, quando realizado de forma incorreta, pode levar ao abuso de medicamentos e uma possível dependência. Além disso, através dos estudos foi possível concluir que o desmame deve ser incentivado nos casos em que for possível, e que o acompanhamento psicológico é de suma importância para o tratamento efetivo dos pacientes, realizado juntamente com o uso de medicamentos indicados pelo médico.

Dentre os desafios observados na construção do referencial teórico está a escassez de artigos publicados sobre o tema, já que é um assunto recente trazido pela pandemia. Em relação aos resultados obtidos através do formulário enviado para os profissionais da saúde que fizeram parte da pesquisa, também se observou algumas dificuldades. As respostas abertas foram bem sucintas, provavelmente por ser um assunto novo que ainda traz muitos questionamentos e que pode ter provocado certo receio nos entrevistados, por medo de generalizar o perfil dos pacientes que procuraram os psicotrópicos.

Dessa forma, a importância do trabalho está em propiciar a reflexão e debate sobre o tema com o auxílio dos estudos dos autores e dos resultados da pesquisa que foram apresentados, tendo em vista que a pandemia é um tema recente que ainda resulta em muitos estudos e questionamentos sobre seus impactos na saúde mental das pessoas.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A. *et al.* Medicalização do luto: limites e perspectivas no manejo do sofrimento durante a pandemia. **Cadernos de Saúde Pública**, ISSN 1678-4464 37 n°9 Rio de Janeiro, Setembro 2021. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1505/medicalizacao-do-luto-limites-e-perspectivas-no-manejo-do-sofrimento-durante-a-pandemia>. Acessado em: Out. 2022.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Dicas em Saúde: Auto Medicação**. 2012. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/dicas/255_automedicacao.html. Acessado em: Out. 2022.

CARVALHO, E. **Ansiedade e depressão: o uso de substâncias na busca pela qualidade de vida**. Centro Universitário AGES (UniAGES). Paripiranga, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/14497/1/TCC%20%20revisado%20Adriano%20Carvalho%20OFC%20pdf.pdf>. Acessado em: Out. 2022.

CLINICA JEQUITIBA. **Uso, Abuso ou Dependência?**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.clinicajequitiba.com.br/blog/uso-abuso-ou-dependencia/>. Acessado em: Set. 2022.

DOMINGUES, P. H. F. *et al.* Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional. **Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília**, v. 26, n. 2, p. 319-330, jun. 2017. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742017000200319&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: Out. 2022.

FÁVERO, V. R.; SATO, M. del O.; SANTIAGO, R. M. USO DE ANSIOLÍTICOS: ABUSO OU NECESSIDADE?. **Visão Acadêmica**, [S.l.], v. 18, n. 4, fev. 2018. ISSN 1518-8361. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/academica/article/view/57820/34821>. Acessado em: Out. 2022.

HIGA, V. **Alto índice de dependentes de antidepressivos e benzodiazepínicos, como enfrentar esse problema?** Universidade Federal de São Paulo, Universidade Aberta do SUS (Una-Sus). São Paulo, 2018. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/24977/1/viviane_raquel_higa.pdf. Acessado em: Set. 2022.

MEDICINA/SA. **Busca por ansiolíticos e antidepressivos cresce mais de 100% na pandemia**. 2021. Disponível em: <https://medicinasa.com.br/busca-ansioliticos-antidepressivos/>. Acessado em: Out. 2022.

MELLIS, F. **Farmácias vendem em média 123 mil caixas de calmantes por dia no Brasil**. R7 Saúde, março de 2022. Disponível em: <https://noticias.r7.com/saude/farmacias-vendem-em-media-123-mil-caixas-de-calmantes-por-dia-no-brasil-03032022>. Acessado em: Set. 2022.

MELO, C. da S. *et al.* **Avaliação da saúde mental e uso de antidepressivos e ansiolíticos em adultos jovens durante a pandemia de COVID-19 no Brasil**. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, [S. l.], v. 11, n. 7, pág. e40511730095, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i7.30095. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/30095>. Acessado em: Set. 2022.

PIGA, B.; SHIMA, V.; ROMANICHEN, F. Análise das prescrições de ansiolíticos e antidepressivos antes e durante a pandemia da COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.11, p. 107178-107193 nov. 2021. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/39996>. Acessado em: Out. 2022

RIBEIRO, O. C. F. *et al.* Os Impactos da Pandemia da Covid-19 no Lazer de Adultos e Idosos. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/25456>. Acessado em: Out. 2022.

TÁVORA, E. **Dependência medicamentosa a ansiolíticos e antidepressivos: intervenção em unidade básica de saúde**. Universidade Federal do Ceará, Universidade Aberta do Sus (Una-Sus). Fortaleza, 2018. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/20029/1/EDUARDO_MATHEUS_DE_OLIVEIRA_TAVORA.pdf. Acessado em: Set. 2022.

VASCONCELLOS, S. P. R.; CASTIEL, L. D. As novas tecnologias de autocuidado e os riscos do autodiagnóstico pela Internet. **Rev Panam Salud Publica**. 2009;26(2):172–5. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rpsp/2009.v26n2/172-175>. Acessado em: Out. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The role of the pharmacist in self-care and self-medication** [Internet]. Geneva: World Health Organization; 1998 [cited 2016 Dec 13]. Available from: <http://apps.who.int/medicinedocs/pdf/whozip32e/whozip32e.pdf>. Acessado em: Set. 2022.

CAPÍTULO 5

MODOS DE CONSUMO: A INFLUÊNCIA DA INDÚSTRIA CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO JOVEM

Thiago Frederik Mendes Batista
Jaciany Soares Serafim

RESUMO

Os fenômenos midiáticos contribuíram para modificar a relação estabelecida entre o homem e o mundo. A identidade deste cenário está marcada pela Indústria Cultural do consumo que provê o que se consome seja simbólico ou materialmente, bem como a maneira de lidar com o não consumo, tendo em vista as vicissitudes que abarcam o social. A juventude em situação de vulnerabilidade social vivencia a experiência do consumo em processos que acentuam a relação com o mundo do trabalho para consumir. Objetivo: Analisar a construção da identidade do jovem influenciada pela Indústria Cultural. Metodologia: Estudo de abordagem qualitativa, com pesquisa de campo de corte transversal. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada e interpretados pela análise de conteúdo. A amostra foi constituída por 06 jovens estudantes da Educação para Jovens e Adultos (EJA), de uma escola pública da cidade de Montes Claros - MG. Resultados: Foi possível se criar as categorias de análise 'Mídias sociais e suas utilizações': Identificação das mídias utilizadas e seus modos de uso, os quais compreendem o aparelho celular, internet e televisão; 'As motivações e as viabilidades do consumo': se pautam na baixa renda e restrição financeira; 'Consumo e sua relação com a identidade': identidade de trabalhador como via de acesso ao consumo. Considerações finais: Os resultados encontrados contribuíram para um aprofundamento nos estudos sobre a Indústria Cultural e a massificação do consumo pela via dos veículos de comunicação e sua conexão com a identidade dos jovens. Igualmente, pensar como em uma sociedade capitalista os jovens constroem suas identidades com base nos modos de consumo.

PALAVRAS-CHAVE: Indústria Cultural. Identidade. Juventude.

1. INTRODUÇÃO

Com a ascensão dos meios de comunicação, as relações de produção e consumo passaram a transcender as vivências coletivas e individuais, moldando assim, as identidades e as configurações sociais. As mídias por sua vez, trataram de modificar a relação estabelecida entre aquilo que se deseja com o que se consome, bem como a maneira de lidar com o não consumo, tendo em vista a vulnerabilidade social (SANTOS; BRAMBILLA, 2017). A partir disso o consumo se aferra ao conceito de Indústria Cultural, se materializando sobretudo na publicidade e sustentando um caráter fundamental do capitalismo (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Conceitua-se Indústria Cultural pela produção em larga escala de bens culturais e artísticos para fins de comercialização para as massas, que por sua vez, se tornam objeto dessa indústria, fomentando a perpetuação do consumo e *status quo* capitalista, como escrito na obra Indústria Cultural do ano de 1986 (RIBEIRO; ABECHÉ, 2013). Assim, o consumo se coloca socialmente como um comportamento cultural e social constitutivo da formação subjetiva do

indivíduo e do grupo social ao qual pertence. Tomados pela ideologia consumista, difundida pelas mídias, o indivíduo cria identificações e constrói identidades através do reconhecimento social e dos pares (CASTRO, 2014).

Por meio das escolhas que fazemos sobre como organizar e preencher o espaço onde vivemos, como nos vestimos, os lugares que frequentamos, as comidas que elegemos e as que rejeitamos, dentre outras escolhas, criamos significados e alimentamos circuitos simbólicos. Sendo assim, nossas práticas de consumo vão muito além do aspecto material, pois o que comunicamos se torna simbólico, representativo de um estilo de vida, uma maneira de ser e de agir (CASTRO, 2014, p. 61).

Se por um lado o consumo contribui na construção de uma identidade social e cultural através da identificação, por outro é preocupante, já que nem sempre é possível se consumir, tendo em vista os empecilhos inerentes às classes socialmente e economicamente minoritárias; fruto da categoria dialética inclusão/exclusão.

É, sobretudo, nas periferias das grandes cidades de baixa renda e maior dificuldade econômica que se concentram os jovens que compõem uma das parcelas da população brasileira em maior situação de vulnerabilidade³. Como dispositivos desta Indústria Cultural, os veículos de comunicação de massa, tais como a televisão, o cinema, o rádio, revistas, jornais e a internet, objetivam a atração máxima de compradores dos produtos ali veiculados (THIAGO; RUSSO; JUNIOR, 2016).

A perspectiva de uma constituição da subjetividade humana formada a partir de um contexto social e histórico é a grande referência para que se pense nas relações de interdependência e identificações (RIBEIRO; ABEICHE, 2013). A partir das considerações supracitadas, é relevante levantar o questionamento a respeito do consumo de modo geral, como fator constituinte do processo identificatório coletivo e individual, de jovens, sobretudo aqueles pertencentes a contextos de vulnerabilidade social e vítimas de movimentos excludentes da Indústria Cultural. Diante do exposto, surgiu o questionamento: A Indústria Cultural influencia na construção da identidade de jovens em situação de vulnerabilidade social? O objetivo desta pesquisa foi o de analisar a construção da identidade do jovem influenciada pela Indústria Cultural.

³ O conceito de vulnerabilidade é explorado por duas categorias distintas podendo ser compreendida primeiramente pela integração à exclusão no que concerne a atividade laboral e da inserção ao isolamento na ordem da sociabilidade básica. Dessa forma, a vulnerabilidade reside no fato de que o trabalho se torna insuficiente diante do que se pode perceber de fragilidades inerentes às posições sócio econômicas desfavorecidas (CARINHANHA; PENNA; OLIVEIRA, 2014).

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Tratou-se de um estudo de abordagem qualitativa, com pesquisa de campo e de corte transversal, com Análise do Conteúdo de Bardim, empregando-se uma entrevista semiestruturada com 17 questões abertas, construída pelos pesquisadores. O projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Associação Educativa do Brasil onde aprovado previamente para a realização do estudo, com o CAAE 86332517.0.0000.5141 na data de 27/03/2018.

A amostra foi constituída por saturação composta por 06 jovens (05 homens e 01 mulher) estudantes na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) com idade entre 18 a 27 anos, de uma escola pública na cidade de Montes Claros – MG. Nesta pesquisa, compreendeu-se que os participantes possuíram similaridades nas respostas, uma vez que a amostra apresenta a faixa etária, local de moradia e vulnerabilidades similares.

A coleta dos dados foi realizada durante o mês de julho de 2018, aplicada pelos próprios investigadores, com aproximadamente 40 minutos de duração, em local seguro e sigiloso. As entrevistas foram gravadas em aparelho celular da marca LG e desgravadas após a transcrição. Os participantes foram informados do procedimento através da leitura, explicação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O presente estudo preconizou a Resolução 466/12 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP. Os riscos foram considerados mínimos, considerando o constrangimento dos participantes pelo cunho das perguntas. Assim sendo, prevendo esse risco e pensando na possibilidade de evitá-lo, foi esclarecido o real objetivo dessa pesquisa, bem como da entrevista, como modo de amenizar eventuais riscos, com possível desistência em qualquer momento.

3. RESULTADOS

A partir da interpretação dos dados foi possível construir as seguintes categorias:

- I. Mídias sociais e suas utilizações:** Identificação das mídias utilizadas pelos jovens e seus modos de uso, os quais compreendem o aparelho celular, internet e televisão;
- II. As motivações e as viabilidades do consumo:** As motivações e impossibilidades de consumo e o que se consome se justificam na baixa renda e restrição financeira;
- III. Consumo e sua relação com a identidade:** A identidade de trabalhador como via de acesso ao consumo.

3.1 Mídias sociais e suas utilizações

Os jovens demonstraram conhecimento sobre as mídias sociais que se distancia do conceito da palavra mídia enquanto um veículo de comunicação para vender bens de consumo. Mídia foi associada a um status quo ocupado por celebridades, possuindo um sentido de um espaço virtual, que durante um período de tempo, produz “pessoas famosas”. Em sua maioria relataram ter acesso à mídia (a esse status) através do aparelho celular, internet e televisão, no entanto, há ainda aqueles que dizem não ter esse acesso.

Esta concepção de mídia como um lugar ocupado por celebridades e foco de atenção se apresenta como fato de interlocução com a sociedade do espetáculo, considerada como a forma mais contemporânea da indústria cultural. Sociedade do espetáculo pode ser compreendida como mecanismo de supervalorização da imagem em detrimento do discurso (KEHL, 2015). Este lugar ocupado por celebridades é difundido pela televisão; veículo eleito pelos adolescentes como meio de comunicação mais utilizado entre eles, o que corrobora a afirmação de que “a televisão é a mais espetacular tradução da indústria cultural” (KEHL, 2015).

Outras mídias tais como o cinema, jornal impresso, rádio, revistas não foram mencionadas. O não uso do jornal impresso ilustra o quadro de um país onde 27% da sua população é composta por analfabetos funcionais (LEITE; MARTINS; PINHEIRO, 2018). Neste cenário, o uso exacerbado dos veículos de comunicação digitais como a televisão e a internet, em detrimento do jornal impresso parece refletir o imediatismo das relações sociais atuais agravadas pela mídia, bem como uma reformulação das noções de tempo e espaço (SOUSA; MORAIS; PRIOR, 2015). Estas relações e novos modos de consumo são responsáveis pela produção de uma sociedade hedonista onde o hiperconsumo fomenta a satisfação imediata das necessidades (VIEIRA; MARTINS; BRUGNEROTTO, 2018). Num outro modo de compreender, estas necessidades refletem as experiências vivenciais e as suas condições sociais, exercendo influência significativa na maneira como o sujeito se molda e, conseqüentemente, as suas ações sociais e seus *habitus* (BOURDIEU, 2017).

Quando questionados sobre o tempo de utilização destas mídias, a resposta predominante é a de que há uma conciliação entre o tempo de uso destas mídias com o trabalho, sendo que as utilizam em horário contraposto à atividade laboral. O fenômeno da inserção juvenil no mercado de trabalho constitui-se como uma condição necessária à complementação da renda familiar. No caso dos participantes desta pesquisa situa-se em torno de uma renda mensal familiar de meio a um salário mínimo. As principais atividades laborais são

desenvolvidas em oficinas mecânicas, loja de vestuário e supermercado varejista (LEITE; SILVA, 2016).

3.2 As motivações e as viabilidades do consumo

Ao investigar os fatores que motivam e que impossibilitam os jovens ao consumo e o que se consome, percebeu-se que a restrição financeira foi o principal fator motivador, sendo que parte do dinheiro proveniente da atividade laboral, ora é investido em alimentos e produtos de higiene pessoal, ora em produtos e artigos do vestuário. Conforme entrevistado 1:

Dificuldade, sei lá [...] Crise. Falta de dinheiro, né?! (risos) [...] Não compro tudo o que eu quero, né [...], mas eu compro tudo o que eu preciso [...] O básico né!? Feira, essas coisas [...] Iogurte, essas coisas naturais todo mundo gosta de usufruir, né... É coisa básica mesmo pra comer bem, mas a gente compra uma coisinha melhor quando o bolso deixa comprar (Entrevistado 1, 2018, entrevista concedida em 17/09/2018).

Do mesmo modo, o Entrevistado 2:

Consumir é coisa diária, igual lanche, essas coisas do dia a dia [...] Normal [...] Porque a renda tá baixa, não tá dando pra comprar ainda não, uai, porque é muito caro né, tem coisa que não tá no orçamento que a gente ganha, mas a gente faz o que pode, o que dá e quando dá e mesmo assim, depois de ajudar em casa com o básico (Entrevistado 2, 2018, entrevista concedida em 17/09/2018).

A baixa renda obtida pela atividade laboral foi o principal fator para a impossibilidade de se consumir o que deseja. A vulnerabilidade social, situação que se inserem os adolescentes, é condição multidimensional e complexa que dificulta o acesso de grande parte da população a alimentação. Por vulnerabilidade social compreende-se por uma expressão de segregação social e de não contemplação dos seus direitos fundamentais (ROSANELI, 2015).

Entretanto, no caso desta pesquisa, a amostra parece ter a pobreza como uma condição de agravamento, já que o alimento aparece como um principal item de consumo entre os entrevistados. O investimento em alimentos, bem como relatados por alguns adolescentes diz de uma insegurança alimentar⁴ que se insere em suas experiências corpóreas de submissão e subalternidade na dinâmica social dominante (SAWAIA *apud* BERTINI, 2014).

Os entrevistados com faixa etária entre 18 e 19 anos consideraram bens de vestuário como principais produtos consumidos, enquanto outros poucos mais velhos, além de também consumirem bens de vestuário, também mencionaram produtos alimentícios. Assim, compreende-se que o consumo de ambos os tipos de produtos mencionados se configuram nas

⁴ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Montes Claros apresenta 36,3% de famílias com renda de até ½ salário mínimo.

dimensões material e cultural, pois ao consumirem alimentos satisfazem suas necessidades objetivas, enquanto os bens de vestuário os completariam em sentido material da expressão das suas imagens sociais fomentadas pelo mercado da moda difundido pelos meios de comunicação de massa (MARTINS; MARTINS, 2017).

A insatisfação apareceu como sentimento mais evidente diante da impossibilidade de consumo e se apresentou como fator precedente ao sentimento de conformidade. Em resposta ao sentimento de conformidade, notou-se que os adolescentes recorrem ao trabalho como um meio na direção de um fim, neste caso, sobre o consumo do que se deseja é expresso pelo Entrevistado 1:

Eu nem vou olhar [...] Eu nem vou, nem olho. Eu só vou comprar uma coisa quando eu sei que vou chegar, comprar e levar [...] porque chegar numa loja, e fica ‘ah eu quero comprar esse tênis aqui’ e não tem dinheiro não, eu nem vou e a gente fica sem graça passando vontade na frente do vendedor e ele achando que eu vou poder levar [...] (Entrevistado 1, 2018, entrevista concedida em 17/09/2018).

E também corroborado pelo Entrevistado 4:

Uá! Eu me conformo. Porque tipo assim, eu não vou fazer nada demais [...] E aquele trem, eu vou correr atrás. Trabalhar e levantar o dinheiro pra eu conseguir comprar o que eu tô querendo. Não tem jeito, tem que trabalhar porque é a única coisa que vai me dar dinheiro pra me sustentar (Entrevistado 4, 2018, entrevista concedida em 17/09/2018).

O consumo mensal foi a principal resposta em questionamento quanto à frequência que consomem, onde percebeu-se uma satisfação diante da possibilidade de obtenção de um produto desejado, ainda que mensalmente. Tal periodização vincula-se à condição de assalariado, com recebimento mensal de “pagamento” pela mão de obra vendida (grifo nosso). Nesse sentido, o trabalho pode ser compreendido como um atributo constituinte no processo de construção de uma identidade desse adolescente e de sua representação social (DUTRA-THOMÉ; KOLLER, 2014).

Outro ponto relevante observado foi o de que os jovens não mencionaram alguns bens de consumo, tais como o cinema, lazer, livros, cursos, viagens e curso superior, pois não são contemplados em suas experiências nos seus contextos socioeconômicos, o que parece restringir por estas vias de manifestação subjetiva como possibilidade de sublimação (COELHO; PAULA, 2017). Quando questionados sobre os produtos que gostariam de consumir e não consomem, os adolescentes do sexo masculino relataram desejo de consumo de motocicleta e mais produtos de vestuário pessoal, sendo que a única entrevistada do sexo feminino relatou desejo de consumo de produtos de vestuário, bem como produtos de cuidados estéticos como maquiagem e cabelo.

O trabalho, portanto, é materializado como meio de obtenção de renda para aquisição de produtos desejados, e como uma via de expressão simbólica e de representação do seu lugar no meio em que se insere. Nesta relação, percebeu-se que esta expressão do desenvolvimento da atividade laboral recebe considerável influência de veículos midiáticos de comunicação como a televisão e a internet (COELHO; PAULA, 2017).

3.3 Consumo e sua relação com a identidade

Por toda a análise exposta até este ponto do texto, pode-se inferir que estes jovens vivenciam situações de vulnerabilidade social agravada pela situação de pobreza, que produz uma “consciência homogeneizada”, conformismo, o que conduz ao trabalho como via de acesso ao consumo, ainda que tenha restrições. Essa situação de conformismo funciona segundo comportamentos que agradem à sociedade e na condição de produção e de representação de indivíduos que se localizam mais na heteronomia do que na autonomia (ENRIQUEZ, 2014). Neste sentido, a responsabilidade da qualidade e da quantidade do consumo é significada de modo individual, a-crítico e a-histórico (SAWAIA *apud* BERTINI, 2014).

É através do trabalho que estes adolescentes se veem em espaço onde podem construir seus modos de ser no meio em que se inserem, a partir da sua submissão às necessidades externas (NETO *et al.*, 2015). Assim, pode-se entender que estas identidades circunscritas no campo do trabalho são fruto do processo de vulnerabilização, fragilização e diminuição da capacidade de consumo e da supervalorização das expressões laborais dos indivíduos, “o trabalho que era tão desvalorizado nas sociedades antigas, torna-se um elemento fundamentalmente integrador da sociedade, isto é, permite efetivamente a uma sociedade engendrar, ou reforçar os laços sociais” (ENRIQUEZ, 1999, *apud* NETO *et al.*, 2015).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Indústria Cultural e a difusão de bens pelos meios de comunicação de massa, tem moldado de maneira significativa os modos de consumo e a constituição das identidades coletivas e individuais. O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como os diferentes modos de consumo exercem influência na construção das identidades de adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Os resultados mostraram que essas identidades, por ora dissidentes, se ancoram numa consciência homogênea ao trabalho como via de acesso aos ícones vendidos pela publicidade, sobretudo pelos meios de comunicação de massa. Estes ícones identificados em entrevistas, se

definiram como roteadores da Indústria Cultural da moda e da alimentação, este último, justificando as situações de pobreza e vulnerabilidade social identificadas.

Outrossim, a experiência vivida em campo de pesquisa, revela o espaço dessa área de atuação em Psicologia para o diálogo com as políticas públicas; um espaço que permite potencializar o reconhecimento do lugar dos jovens enquanto sujeitos, cuja expressão se torna de suma importância na compreensão da influência do consumo no seu processo de subjetivação, sobretudo na construção das suas identidades. Contudo, apesar do alcance dessa pesquisa, o trabalho obviamente não se esgota aqui, mas merece a realização de novas pesquisas alinhados com o combate a estigmatização das situações de vulnerabilidade e risco social, na desconstrução de preconceitos e a promoção do bem-estar psíquico.

Por fim, o objeto mais consumido na relação dos jovens participantes desta pesquisa está atrelado ao símbolo da categoria trabalho, entretanto, esses não apresentaram nas falas ou possíveis interpretações para esta representação de si, mas enquanto um trabalhador sem liberdades de escolha de consumo, conformado ao consumo restrito.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BERTINI, F. M. A. Sofrimento Ético-Político: uma análise do estado da arte. **Psicologia & Sociedade**, 26 (n. spe. 2), 60-69. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/RX4JKfPnj63wjXRhCpjryRx/abstract/?lang=pt>>. Acessado em: Out. 2018.

BOURDIEU, P. A formação do *habitus* económico. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 14, 2017. Disponível em: <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2458/2248>>. Acessado em: Set. 2018.

CARINHANHA, J. L.; PENNA, L. H. G.; OLIVEIRA, D. C. Representações sociais sobre famílias em situação de vulnerabilidade: uma revisão da literatura. **Rev. enferm UERJ**, Rio de Janeiro, 2014 jul/ago; 22(4):565-70. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/15442/11672>>. Acessado em: Mar. 2018.

CASTRO, G. G. S. Comunicação e consumo nas dinâmicas culturais do mundo globalizado. **PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, [S.l.], n. 6, p. 58-71, apr. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10373/7212>>. Acessado em: Mar. 2018.

COELHO, N. E. S.; PAULA, P. A. F. A expressão do jovem na contemporaneidade: uma análise sobre cultura e criminalidade. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 2, n. 3, p. 20-39, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/14270/11226>>. Acessado em: Nov. 2018.

DUTRA-THOMÉ, L.; KOLLER, S. H. O significado do trabalho na visão de jovens brasileiros: uma análise de palavras análogas e opostas ao termo "trabalho". **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 14, n. 4, p. 367- 380, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572014000400004>. Acessado em: Nov. 2018.

ENRIQUEZ, E. O trabalho, essência do homem? O que é o trabalho?. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 17, n. spe1, p. 163-176, 2014. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/80645/84295>>. Acessado em: Nov. 2018.

ROSANELI, C. F. *et al.* A fragilidade humana diante da pobreza e da fome. **Revista Bioética**, v. 23, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bioet/a/njrXjwDGTcKgDhTxYKYQ3fH/?lang=pt>>. Acessado em: Out. 2018.

KEHL, M. R. O espetáculo como meio de subjetivação. **Revista Concinnitas**, v. 1, n. 26, p. 86-96, 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/20102/14422>>. Acessado em: Set. 2018.

LEITE, P. G. P. G.; SILVA, D. B. N. Análise da situação ocupacional de crianças e adolescentes nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil utilizando informações da PNAD 1999. **Anais**, p. 1-25, 2016. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/312/pdf_293>. Acessado em: Out. 2018.

LEITE, R. C. D.; MARTINS, P. S. R.; PINHEIRO, A. M. V. A Alfabetização no Brasil: caminhos a seguir para o ensino efetivo da leitura. **Revista Paidéia**, v. 13, n. 19, 2018. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/6317>. Acessado em: Set. 2018.

MARTINS, C. C. S.; MARTINS, A. C. S. A dimensão cultural do consumo de moda: uma discussão teórica. **5º Contexmod**, v. 1, n. 5, p. 266-276, 2017. Disponível em: <<https://contexmod.net.br/index.php/quinto/article/view/771/0>>. Acessado em: Out. 2018.

NETO, M. T. R. *et al.* O significado do trabalho: um estudo com professores de administração em uma universidade. **Revista Lugares de Educação**, v. 5, n. 11, p. 3-27, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rle/article/view/17910/13357>>. Acessado em: Out. 2018.

RIBEIRO, K. C. R.; ABEICHE, R. P. C. A Repercussão da Sociedade de Consumo nos Vínculos Afetivos dos Adolescentes. **Revista Mal-estar e Subjetividade**. Fortaleza - Vol. XIII - Nº 1-2 - p. 81 - 112 - mar/jun 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482013000100004&script=sci_abstract>. Acessado em: Mar. 2018.

SANTOS, L. C. M.; BRAMBILLA, P. A. S. O mito da caverna de Platão x A alienação do homem pós-moderno influenciada pelo consumismo, Indústria Cultural, meios de comunicação

de massa e as novas tecnologias. **ETIC – Encontro de Iniciação Científica**. Vol. 13, nº 13. 2017. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/6048/5756>>. Acessado em: Mar. 2018.

SOUSA, J. C.; MORAIS, R.; PRIOR, H. Tempo e espaço como reconfiguradores das noções de público e privado: o papel dos dispositivos móveis. Covilhã: UBI, **Livros LabCom**, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/11929415/Tempo_e_Espa%C3%A7o_como_reconfiguradores_das_no%C3%A7%C3%B5es_de_p%C3%BAblico_e_privado_o_papel_dos_dispositivos_m%C3%B3veis>. Acessado em: Set. 2018.

THIAGO, C. C.; RUSSO, J. A.; JUNIOR, K. R. C. Hormônios, sexualidade e envelhecimento masculino: um estudo de imagens em websites. **Interface** (Botucatu), Botucatu, v. 20, n. 56, p. 37-50, Mar. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/cc7qKPYCf7ZwPbc4tzrrkRD/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: Mar. 2018.

VIEIRA, S. E. F.; MARTINS, P. H.; BRUGNEROTTO, L. P. A filosofia e sua possível contribuição educacional para pensar os desafios contemporâneos. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, n. 37, p. 59-68, ago. 2018. Disponível em: <<https://revistas.unifoa.edu.br/cadernos/article/view/1612/2129>>. Acessado em: Set. 2018.

ENTREVISTA CONCEDIDA

ENTREVISTADO 1. Modos de consumo. **Entrevista concedida a** Thiago Frederik Mendes Batista. Montes Claros. 19/09/2018.

ENTREVISTADO 2. Modos de consumo. **Entrevista concedida a** Thiago Frederik Mendes Batista. Montes Claros. 19/09/2018.

ENTREVISTADO 4. Modos de consumo. **Entrevista concedida a** Thiago Frederik Mendes Batista. Montes Claros. 19/09/2018.

CAPÍTULO 6

INTEGRAÇÃO DA ESPIRITUALIDADE NO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO: BENEFÍCIOS, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

Kahlinne Rocha Brandão
Ramon Silva Silveira da Fonseca

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma revisão integrativa da literatura concernente à integração da dimensão religiosidade/espiritualidade na prática clínica psicológica, investigando os benefícios da integração da R/E no *setting* terapêutico, os desafios encontrados pelos profissionais de psicologia para o manejo das questões religiosas/espirituais e as estratégias de intervenção clínica que estão sendo utilizadas pelos profissionais. A pesquisa bibliográfica realizada nos portais eletrônicos *PePSIC*, *SciELO* e *Google Acadêmico* resultou na seleção de 9 artigos na língua portuguesa e publicados no período de março de 2017 a 2022, além de outros artigos anteriores, uma tese de doutorado e um livro considerados pertinentes ao trabalho. A literatura analisada aponta haver resultados positivos na abordagem da R/E no processo psicoterápico, quando os pacientes trazem questões de cunho religioso/espiritual ao *setting*, por se tratar de uma dimensão humana, indispensável à compreensão integral de sua subjetividade. Assinala, ainda, haver muitos desafios enfrentados pelos profissionais no manejo de tais questões; contudo, constata-se a existência de diversos protocolos e ferramentas que já vem sendo utilizados como estratégias de intervenção na prática clínica.

PALAVRAS-CHAVE: Espiritualidade. Intervenção clínica. Psicologia clínica. Psicoterapia. Religiosidade.

1. INTRODUÇÃO

O tema da inter-relação entre religiosidade/espiritualidade e saúde vem pouco a pouco atraindo o interesse dos profissionais da saúde mental no Brasil. Ainda que a investigação seja escassa, verifica-se que estão surgindo diversos estudos, livros e discussões nesse campo e que vários profissionais começam a levantar a bandeira da importância de essa dimensão religiosa/espiritual ser também discutida no âmbito científico. Assim, no Brasil a R/E vem sendo cada vez mais levada em conta nos cuidados da saúde mental, notadamente, na seara da psiquiatria, da psicologia, da enfermagem etc., o que se justifica haja vista que a população brasileira é majoritariamente religiosa.

A pesquisa não pretendeu se estender muito na investigação da importância da dimensão religiosa/espiritual para saúde mental das pessoas, por considerar que as implicações da R/E na saúde física e mental já são alvo de numerosas publicações científicas, sendo, aqui, considerado algo evidenciado e de modo geral aceito no campo teórico, ainda que reconheça que, em sendo mal utilizada a dimensão religiosa/espiritual também pode promover malefícios para as pessoas, quando, por exemplo, as crenças são geradoras de culpa e ansiedade. Visou mais especificamente destacar a importância da integração da R/E na prática clínica psicológica, no

sentido da abordagem de tais questões quando se faz necessário ao processo, ou seja, quando surgem no *setting* terapêutico por serem importantes para os pacientes.

Razão pela qual, a partir de uma revisão integrativa da literatura nacional concernente à integração da dimensão religiosa/espiritual dos pacientes no atendimento psicológico, a presente pesquisa teve por objetivo responder aos seguintes questionamentos: A religiosidade/espiritualidade vem sendo considerada importante e favorável no contexto psicoterapêutico? Existem razões para não se menosprezar a dimensão religiosa/espiritual no âmbito psicoterapêutico? Os psicólogos estão abertos a abordar as questões referentes à R/E trazidas ao *setting* pelos pacientes? Encontram-se capacitados para tal abordagem? Quais as dificuldades e os desafios que se apresentam quando o profissional adentra nessa seara? E quanto aos limites éticos? Existem recursos terapêuticos ou intervenções disponíveis para auxiliar a abordagem da R/E na psicoterapia? Atualmente, quais abordagens levam em consideração a dimensão religiosa/espiritual no tratamento dos pacientes?

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva que buscou averiguar como a temática da religiosidade/espiritualidade vem sendo atualmente considerada pelos teóricos e profissionais da psicologia, bem como verificar quais as abordagens psicoterapêuticas estão mais voltadas a essa integração; em outras palavras, o que as principais linhas de psicoterapia pensam a respeito. Para tanto, desenvolveu três eixos de investigação, a fim de melhor organizar o levantamento e a reflexão do assunto: 1) os benefícios da integração da R/E na prática clínica; 2) os desafios encontrados pelos psicólogos na abordagem da R/E de seus pacientes; e 3) as possíveis estratégias de intervenção clínica quanto à R/E. Desse modo, através dos referidos eixos, a pesquisa buscou, de forma sintética, traçar o panorama da temática acima exposta, conforme o contexto da psicologia praticada no âmbito nacional.

Nessa mesma ordem, levantou como hipóteses que: 1) existem benefícios advindos da integração da R/E na prática clínica, 2) os desafios encontrados pelos psicólogos na abordagem da R/E de seus pacientes podem ser superados, 3) algumas estratégias de intervenção clínica quanto à R/E já estão sendo utilizadas pelos profissionais.

A pesquisa justifica-se pela importância do enfoque da R/E no atendimento psicológico; sendo, também, útil para incrementar as discussões em torno do assunto, ainda escassas no âmbito acadêmico brasileiro.

2. MÉTODO

A fim de atingir os objetivos desse artigo, foi utilizado unicamente o método de

pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo e descritivo, tratando-se de uma revisão integrativa da literatura brasileira concernente à temática da integração da espiritualidade no atendimento psicológico, através da qual foram investigados seus benefícios e desafios, bem como eventuais estratégias de intervenção clínica. Tal revisão utilizou artigos levantados nos portais eletrônicos *PePSIC*, *SciELO* e *Google Acadêmico*, selecionando-se a princípio apenas artigos na língua portuguesa e publicados no período de março de 2017 a 2022, os quais foram lidos na íntegra.

A busca dos artigos ocorreu no mês de março de 2022 da seguinte forma: primeiramente foram lançadas as palavras-chave “psicologia *AND* religião”, “psicologia *AND* religiosidade”, “psicologia *AND* espiritualidade”, “psicologia *AND* espiritual”, sendo repetida a mesma sequência trocando-se o primeiro termo por “psicoterapia”, “saúde mental” e “atendimento psicológico”. Após exclusão dos títulos que não atendiam ao período delineado e/ou publicados em língua estrangeira, assim como os repetidos e aqueles cujos resumos assinalavam temática que extrapolavam o interesse da presente pesquisa, foram selecionados 9 artigos, apontados nas referências. A fim de incrementar a pesquisa, foram selecionados, nas mesmas bases acima mencionadas, alguns artigos anteriores a 2017 considerados pertinentes ao trabalho e igualmente apontados nas referências. Alguns dos artigos selecionados, não obstante publicados em outros campos (medicina, psiquiatria e enfermagem), dizem respeito à temática de interesse do presente artigo.

Além dos referidos artigos, a pesquisa também fez uso do livro *Diante do Mistério Psicologia e Senso do Religioso* (org. MASSIMI; MAHFOUD, 1999) e da tese de doutorado intitulada *Religiosidade/espiritualidade em uma amostra nacional de psicólogos brasileiros: perfil e implicações na prática profissional* (publicada em 2019), os quais proporcionaram aos autores um aprofundamento e uma reflexão original do assunto ao sintetizar o material coletado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o bom entendimento da pesquisa, cumpre, primeiramente, esclarecer acerca dos conceitos de religião, religiosidade e espiritualidade, já que ainda é inexistente um consenso científico quanto ao significado de cada uma dessas categorias (RADDATZ; MOTTA; ALMINHANA, 2019), o que pode gerar alguma confusão em torno de tal conceituação, a qual vem sendo subjetivamente elaborada pelos pesquisadores e teóricos do assunto. Raddatz, Motta e Alminhana (2019) chamam também a atenção para o fato de que na prática clínica cabe ao profissional tão-somente acolher o sentido que a R/E tem para o paciente, ou seja, o seu ponto de vista acerca da dimensão religiosa/espiritual, e não tentar pré-estabelecer seu significado.

Portanto, na pesquisa busca-se conceituar tais categorias apenas didaticamente.

Lucchetti *et al.* (2010), em seu artigo, trazem de forma bastante sintetizada os conceitos de religião, religiosidade e espiritualidade. Para esses autores, a religião é “o sistema organizado de crenças, práticas, rituais e símbolos designados para facilitar o acesso ao sagrado, ao transcendente”, ou seja, diz respeito à institucionalização das crenças e práticas religiosas. Nessa mesma linha, para Oliveira e Junges (2012), o conceito de religião “refere-se ao aspecto institucional e doutrinário de determinada forma de vivência religiosa”. A religião, portanto, é definida como um conjunto estruturado de crenças e rituais que visam a conexão com o transcendente.

Por outro lado, os conceitos de religiosidade e espiritualidade são de ordem mais subjetiva. Para Lucchetti *et al.* (2010), a religiosidade diz respeito à maneira como o indivíduo acredita e pratica suas crenças religiosas, que pode ser mediante sua participação numa instituição religiosa (por exemplo, templo, igreja, etc.) ou mesmo através de práticas pessoais (por exemplo, orações, leituras, etc.), sem necessariamente se vincular a uma organização religiosa. Nas palavras dos referidos autores, a religiosidade “pode ser vista também como o enaltecimento de alguma prática religiosa, no sentido de valorização da experiência, não estando ligada necessariamente a nenhuma religião específica”.

Já a espiritualidade é definida como uma busca pessoal pelo significado e sentido da vida, ou seja, diz respeito à relação do indivíduo com o sagrado ou transcendente, o que pode ou não ocorrer através de práticas ou atividades religiosas (religiosidade), bem como também independe da existência ou participação em instituições/organizações religiosas (religião) (LUCCHETTI *et al.*, 2010). Depreende-se, portanto, que a experiência da espiritualidade não está necessariamente vinculada a instituições religiosas, rituais, dogmas etc., sendo entendida como uma relação pessoal com o sagrado/transcendente, isto é, a busca pela conexão com um poder ou força que o indivíduo considere existir acima de si próprio, visando encontrar um sentido existencial.

Assim sendo, diferentemente da religião, que se reporta ao caráter institucional, a religiosidade e espiritualidade referem-se a uma dimensão essencialmente *experencial* (OLIVEIRA; JUNGES, 2012), isto é, dizem respeito a experiências subjetivas do ser humano, razão pela qual tais conceitos devem, segundo tais autores, “levar em consideração a forma como o sujeito se deixa afetar e como interpreta essas experiências, e o que ela produz enquanto sentido para a sua vida”. Portanto, serão esses dois últimos conceitos que farão parte da presente

pesquisa, utilizando-se o termo combinado “R/E” para religiosidade/espiritualidade; terminologia que vem sendo adotada na literatura contemporânea, visando abordar suas relações.

Segundo os apontamentos de Cunha e Scorsolini-Comin (2019b), a utilização desse termo combinado tem por objetivo abranger a subjetividade dos fenômenos vivenciados, porquanto “o que está em discussão nos estudos não são os fenômenos em si, mas a relação vivenciada pelas pessoas quanto as suas questões religiosas/espirituais e a repercussão na saúde física e mental, o que inclui também os ateístas e agnósticos”.

3.1 Benefícios da integração da R/E na prática clínica

Segundo Oliveira e Junges (2012), a Psicologia vem se lançando no estudo da R/E e de sua relação com a saúde mental, o bem-estar psicológico e a integração do ser humano em todas as suas dimensões: biológico, psicológica, social e espiritual. Isto porque o papel da espiritualidade na saúde mental já vem sendo vastamente analisado no campo científico, havendo diversas pesquisas à disposição que demonstram a relação positiva entre R/E e saúde de uma forma geral. Os referidos autores mencionam, ainda, que a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1988, incluiu a espiritualidade no conceito multidimensional de saúde; considerando-a como “um conjunto de todas as emoções e convicções de natureza não material”, porquanto se reporta a questões subjetivas como, por exemplo, o sentido da vida.

Nessa mesma linha, Lucchetti *et al.* (2010) apontam que alguns estudos vêm evidenciando a relação entre R/E e saúde mental, já tendo sido demonstrado haver “menor prevalência de depressão, menor tempo de remissão da depressão após o tratamento, menor prevalência de ansiedade e menor taxa de suicídio”, bem como a relação da espiritualidade com “melhor qualidade de vida e maior bem estar geral”, além de outras comprovações científicas no campo dos distúrbios físicos. Portanto, os autores recomendam que o clínico deva conhecer tais evidências a fim de perceber suas repercussões na saúde do paciente. Ora, ainda que tais destaques e evidências correlacionando R/E e saúde/qualidade de vida estejam no campo da medicina, pode-se observar sua importância, igualmente, na prática clínica psicológica, haja vista a integração biopsicossocial/espiritual do ser humano, conforme acima pontuado.

Ademais, Raddatz, Motta e Alminhana (2019) esclarecem, com base em pesquisa estrangeira levantada, que os pacientes geralmente esperam dos profissionais que os tratam a abertura para ouvir seus questionamentos de cunho religioso/espiritual, tais como “por que isto está acontecendo comigo agora?”, “existe um Deus?”, “caso exista, ele estará lá quando eu

morrer?”, haja vista que esses pacientes tendem a fazer uso da dimensão religiosa/espiritual como estratégia para enfrentar o estresse decorrente de situações delicadas envolvendo a saúde-doença. Essa estratégia de enfrentamento do estresse através da utilização das crenças religiosas e espirituais vem sendo denominada de “*Coping* Religioso/Espiritual”, a qual, segundo os autores, pode acarretar benefícios ou malefícios no tratamento dos pacientes, uma vez que o *coping* negativo pode acarretar insatisfação, infelicidade ou ansiedade por medo de punição ou perseguição, por exemplo; razão pela qual, os profissionais precisam estar atentos a essas questões religiosas/espirituais de seus pacientes (RADDATZ; MOTTA; ALMINHANA, 2019).

Nessa mesma linha, Peres, Simão e Nasello (2007) trazem a importância da abordagem da R/E no tratamento de TEPT (transtorno de estresse pós-traumático), haja vista que diante de traumas psicológicos as pessoas tendem a buscar novos sentidos e significados em suas vidas, a fim de ressignificar as experiências sofridas, que são caracterizadas, sobretudo, pelo sentimento de desamparo. Ademais, conforme apontam os autores, estudos empíricos já demonstraram que o tratamento pós-trauma, visando a superação dos efeitos psicológicos traumáticos, pode se beneficiar do manejo da R/E, já que o acesso a essa dimensão promove “o sentimento de amparo, suporte e esperança” útil na recuperação e no restabelecimento do sentimento de proteção para os pacientes. Para tanto, faz-se necessário que o profissional possua abertura e prontidão para lidar com as perguntas existenciais dos pacientes.

Além disso, já se sabe o quanto a consideração das crenças religiosas/espirituais dos pacientes no *setting* ajuda na sua adesão/colaboração ao processo psicoterapêutico e nos resultados positivos das intervenções utilizadas; isso porque, sendo uma dimensão que também pertence ao mundo subjetivo dos indivíduos, as crenças religiosas/espirituais possuem influência direta no processamento cognitivo dos pacientes (julgamentos e processamento de informações), conforme destacado no estudo de Peres, Simão e Nasello (2007).

Oliveira e Junges (2012), em seu estudo, aduzem que, na prática clínica, o acolhimento e a escuta da dimensão da R/E dos pacientes pelo profissional favorecem “uma intervenção qualificada no campo da espiritualidade”; assim, mediante tal atitude, a integração da dimensão espiritual torna-se mais fácil e ajuda no processo de autoconhecimento e de autonomia promovida aos pacientes. Todavia, conforme ressaltado por Cunha e Scorsolini-Comin (2019b), “na maioria das vezes, a R/E não se trata do foco do atendimento, mas emerge como possibilidade de ancoragem do sujeito em sua história de vida, em suas diferentes experiências e também como recurso para o enfrentamento de situações e eventos de vida considerados adversos”.

Ora, diante de sua experiência clínica, os referidos autores observaram que os pacientes costumam justificar a origem de seus problemas por meio de explicações de ordem espiritual, psicológica ou orgânica, a depender do seu nível educacional, cultural ou religioso (CAMBURY; AMATTUZZI; ANTUNES, 2006). Diante disso, consideram que, para o clínico abordar as crenças religiosas/espirituais no processo terapêutico de modo adequado, faz-se necessário que ele primeiramente se desligue de suas imagens pré-estabelecidas, ou seja, de suas concepções pessoais acerca das diversas organizações religiosas, pois somente através de uma atitude neutra o profissional tem condições de compreender a vivência religiosa/espiritual dos pacientes (CAMBURY; AMATTUZZI; ANTUNES, 2006; LOPEZ, 1999).

Portanto, esses e outros desafios profissionais na integração da R/E à clínica psicológica são mais explorados no próximo tópico.

3.2 Desafios encontrados pelos psicólogos na abordagem da R/E de seus pacientes

Raddatz, Motta e Alminhana (2019) alertam para o fato de que, não obstante as evidências sobre a importância da R/E na saúde, na prática clínica ainda há barreiras entre os profissionais da saúde e os pacientes na abordagem dessa temática, sendo que alguns profissionais, por falta de treinamento adequado, acabam por deixar de ouvir seus pacientes em relação às suas crenças religiosas/espirituais, criando, assim, uma lacuna à compreensão integral da demanda sob seus cuidados. Assim, apontam haver “uma espécie de ‘círculo vicioso’ entre falta de treinamento e insegurança de inserir a temática R/E na prática clínica”, e que isso acontece não somente no âmbito da medicina como na área da saúde de modo geral. Por outro lado, ponderam que alguns profissionais, quando se permitem adentrar nessas questões de R/E junto a seus pacientes, acabam ressignificando suas próprias crenças.

Desse modo, destaca-se a carência de treinamento ou capacitação como um dos maiores desafios encontrados pelos psicólogos e psicoterapeutas, que se sentem inseguros e/ou despreparados para a abordagem da R/E de seus pacientes quando tal demanda surge na clínica. Valendo, ainda, salientar que a necessidade de tratar das questões envolvendo a R/E no *setting* terapêutico pode surgir de forma muito sutil, como por exemplo através de conversas informais ou de demandas implícitas por parte do paciente (RADDATZ; MOTTA; ALMINHANA, 2019), o que muitas vezes faz com que o profissional não considere a relevância em integrar tais demandas no atendimento psicoterapêutico.

Percebe-se, portanto, que a falta de capacitação profissional ou formação acadêmica para a abordagem da R/E faz com que a prática clínica psicológica vá de encontro às

necessidades demonstradas por muitos dos pacientes quanto a tocar na temática de suas atividades e crenças religiosas/espirituais.

Nesse ponto, assinala-se que uma das maiores preocupações dos profissionais da saúde em tratar da temática em questão é ultrajar a ética profissional, receando, por exemplo, que seus pacientes percam o senso de realidade ao abordarem sua R/E (RADDATZ; MOTTA; ALMINHANA, 2019). Todavia, apesar de louvável o cuidado em não extrapolar os limites éticos, tal preocupação dos profissionais advém da falta de treinamento nessa seara e de capacitação quanto à forma adequada para lidar com essas questões nos tratamentos a que se dedicam (no caso, em atendimento psicológico/psicoterapêutico), acarretando a lacuna acima mencionada. Além do que, há também o bom senso a ser levado em conta nesse enfoque da R/E do paciente, tendo em vista que em determinados momentos torna-se inadequado sua abordagem; por exemplo, “em situações extremas como acidentes e eventos isquêmicos coronarianos”, que podem promover o sentimento de medo, caso as questões de ordem espiritual partam do profissional (LUCCHETTI *et al.*, 2010).

No que tange à discussão ética da integração da R/E no atendimento psicológico, os estudos encontraram alguns posicionamentos norteadores interessantes. Peres, Simão e Nasello (2007), por exemplo, aduzem que explorar crenças religiosas e espirituais pode favorecer o processo psicoterapêutico, todavia, lançam a pergunta acerca de “quais são os limites entre o médico/psicólogo e o cliente que consideram temas religiosos e espirituais”. Por outro lado, ponderam que a inclusão da categoria diagnóstica denominada “Problema Religioso ou Espiritual” no DSM-IV⁵ justifica a abordagem dos temas religiosos e espirituais na consulta e no tratamento psiquiátrico/psicológico. Não obstante, alertam para o fato de que essa integração da R/E na psicoterapia exige “profissionalismo ético, alta qualidade de conhecimento e habilidades para alinhar as informações coletadas sobre as crenças e valores” a fim de proporcionar benefícios ao processo terapêutico; tendo em vista que, sem essa atitude ética por parte do profissional, alguns problemas podem acabar surgindo na abordagem inadequada da R/E, violando a liberdade do paciente e/ou a neutralidade do profissional, inerentes ao contrato terapêutico (PERES; SIMÃO; NASELLO, 2007). Ao final, esses autores concluem que os psicoterapeutas precisam estar confortáveis com as questões existenciais e espirituais

⁵ O DSM-V igualmente dispõe sobre Problemas Relacionados a Outras Circunstâncias Psicossociais, Pessoais e Ambientais, trazendo em seu código V62.89 (Z65.8) o denominado *Problema Religioso ou Espiritual*, como uma categoria que pode ser usada quando o foco da atenção clínica for um problema religioso ou espiritual, incluindo-se, a título de exemplos, experiências de perda, questionamento da fé, conversão a nova fé religiosa ou questionamento de valores espirituais (tendo ou não relação com alguma igreja ou instituição religiosa organizada) que podem estar causando sofrimento ao indivíduo.

levantadas no *setting* pelos pacientes, havendo um dever ético em respeitar as opiniões e crenças religiosas dos pacientes, com empatia, ainda que possua entendimento divergente em virtude de suas crenças pessoais. Levantam, ainda, alguns fatores que dificultam essa integração: “a orientação tradicional de escolas psicoterápicas de que a espiritualidade está fora da esfera da investigação e de conhecimento, a ausência de programas de supervisão e treinamento e o desconforto com os temas espirituais e religiosos por parte dos educadores e profissionais”.

Depreende-se, portanto, que a relação entre R/E e prática clínica vem sendo evocada significativamente nos últimos tempos no Brasil (CUNHA; SCORSOLINI-COMIN, 2019a). Todavia, esses autores alertam para o fato de ainda haver uma lacuna na formação acadêmica no que tange à referida temática, posto que os psicólogos recém-formados não se sentem preparados para lidar com as questões religiosas e espirituais trazidas pelos pacientes ao *setting* terapêutico, em seus discursos e experiências relatadas, e temem se envolver em dificuldades ético-profissionais caso adentrem nessa seara. Isso porque os profissionais atentam-se, principalmente, para o disposto no art. 2, item b, do Código de Ética do Psicólogo (CEP), segundo o qual é vedado ao psicólogo “Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005). Ocorre que, conforme pontuado pelos referidos autores, “as recomendações éticas existem no sentido de que o profissional não ‘influencie’ ou ‘induza’ seu paciente/cliente a determinados posicionamentos religiosos ou práticas espirituais, o que não significa desconsiderar ou negligenciar essa dimensão na escuta clínica”.

Entretanto, o que acontece na prática clínica é certo receio de abordar a dimensão da R/E por parte dos profissionais que não se sentem à vontade com esse manejo ou mesmo que, preferindo se resguardar de possíveis sanções éticas, afastam-se completamente dessa discussão (CUNHA; SCORSOLINI-COMIN, 2019a). Razão pela qual, os mencionados autores denunciam que, diferentemente do que ocorre no exterior, na literatura nacional ainda existe muito tabu acerca dessa necessidade de discutir o tema desde a formação acadêmica em Psicologia. Nesse ponto, como um vislumbre de avanço, ressaltam que, em 2013, o Sistema de Conselhos de Psicologia, em seu Posicionamento para a questão da Psicologia e R/E, dispôs que: “Pautar-se na obrigatoria laicidade não implica negar uma interface que pode ser estabelecida pela psicologia e a religião, e pela psicologia e a espiritualidade”; e que, em 2016, após realizar diversos debates acerca da interface entre psicologia, religiosidade/espiritualidade e saúde mental, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) publicou a coleção

Psicologia, laicidade e as relações com a religião e a espiritualidade, a qual “apresenta a necessidade de promover uma formação e discussão mais adequadas dos profissionais de Psicologia quanto ao tema” (CUNHA; SCORSOLINI-COMIN, 2019a).

Esmiuçando ainda os escritos de Cunha e Scorsolini-Comin (2019a), esses autores assinalam, apropriadamente, que a R/E do próprio psicoterapeuta já foi constatada como um fator que pode influenciar a relação psicoterápica, inclusive induzir o profissional a “ser tendencioso ou a elevar a quantidade de intervenções sobre o tema, provocando incômodos nos pacientes/clientes” em decorrência de conflitos de sentimentos e de identificação. Desse modo, chamam a atenção para a necessidade de o profissional ficar atento também à sua própria R/E, a fim de estabelecer uma relação terapêutica ética com os pacientes. Aqui vale ressaltar a distinção entre a abertura do profissional à dimensão R/E que se apresente no atendimento psicológico e o equivocado direcionamento do profissional para tal abordagem. Ou seja, a possibilidade de abrir espaço para essa dimensão no *setting* através de uma escuta atenta não significa que o profissional deva necessariamente incentivar um relato concernente à R/E, tendo em vista que a demanda deve partir do paciente. Logo, nas palavras de Cunha e Scorsolini-Comin (2019a), “recomenda-se a escuta da R/E como possibilidade, mas nem sempre como uma necessidade, o que irá depender do modo com que o próprio sujeito traz a sua narrativa e a conduz no espaço clínico”.

De outro giro, para Lopez (1999), um dos grandes desafios para o psicólogo clínico na abordagem da R/E é a falta de eixos referenciais que o orientem a considerar as experiências religiosas/espirituais dos pacientes quando surgem no *setting* terapêutico, ou seja, que o ajudem em seu raciocínio avaliativo diante das narrativas dos pacientes. Essa lacuna no embasamento teórico faz com que o profissional tente realizar suas considerações de cunho avaliativo à luz de sua abordagem teórica; ocorre que as abordagens psicológicas geralmente não contemplam as questões concernentes à R/E, deixando o profissional à deriva, buscando referenciais em outras disciplinas ou em sua experiência pessoal (LOPEZ, 1999), arriscando a neutralidade necessária.

Em face de tais dificuldades quanto aos referenciais para avaliação da experiência religiosa/espiritual na clínica psicológica, Lopez (1999) destaca o modelo das quatro atitudes básicas nessa abordagem e seus efeitos na atuação clínica proposto por David M. Wulff, as quais representam diferentes modos de se posicionar diante das questões de cunho religioso: negação literal, afirmação literal, interpretação redutiva e interpretação restauradora.

A atitude de negação literal manifesta-se quando os profissionais “reduzem a religião a um conjunto de afirmações irracionais a serem extirpadas ou apropriadas pelas ciências e esclarecidas racionalmente”, de modo que a religiosidade dos pacientes é ignorada por ser considerada um sintoma a ser ultrapassado ou, ainda, um sinal de irracionalidade e imaturidade psicossocial. Em contraposição, na atitude de afirmação literal, típica dos fundamentalistas e dos religiosos ortodoxos, os conhecimentos científicos só são aceitos se estiverem alinhados com as próprias crenças do profissional, que tendem, igualmente, a trabalhar de modo restrito haja vista que rejeitam as demais opiniões e crenças religiosas, em detrimento dos preceitos de neutralidade e aceitação total do paciente. A atitude de interpretação redutiva – que, juntamente com a negação literal, excluem a realidade transcendente – busca interpretar os conteúdos religiosos unicamente sob perspectivas científicas (eventos psicológicos, biológicos, históricos etc.), por considerar a religião como fenômeno social ingênuo e ultrapassado. Por sua vez, a atitude de interpretação restauradora – que, como a afirmação literal, afirma a realidade transcendente (todavia, sem julgar as ideias ou objetos religiosos) – tende a reorganizar os objetos da fé religiosa restaurando a ligação com a realidade transcendente (LOPEZ, 1999).

Segundo Lopez (1999), na perspectiva restauradora, os conteúdos religiosos “não são reduzidos a termos puramente cognitivos, mas se engajam na vida interna e expressam sentimentos, valores e esperanças que organizam e regulam o fluxo das interações dos sujeitos”; ademais, tal atitude reflete uma posição de maior maturidade psicológica na abordagem da R/E, sendo crítica e, ao mesmo tempo, flexível em face dos conteúdos religiosos, além de revelar um bom conhecimento de si e do outro e ser assumida com responsabilidade (LOPEZ, 1999). Em suas palavras:

A atitude de interpretação restauradora implica humildade epistemológica. As realidades da religião, rituais, símbolos e metáforas são reconhecidos em sua multidimensionalidade e a pessoa vivencia o poder iluminativo e a densidade dos símbolos. Cliente e psicólogo abrem-se aos mitos, rituais e pensamentos metafóricos abordando a religião por seus referenciais experienciais: sentimentos profundos e estados internos que vão desde vivências cotidianas a estados transcendentais, sutis ou claramente reconhecidos como místicos. Essa posição exige que o cientista tenha clareza quanto à sua posição religiosa e esteja livre para afirmá-la e incluí-la, de forma adequada em seu trabalho (LOPEZ, 1999, p. 81).

Por fim, a autora pondera que a interpretação restauradora é uma posição que nos coloca diante do mistério, implicando numa abertura para a ausência de respostas e de certezas absolutas, tão significativo no trabalho clínico, por se tratar de uma interpretação simbólica. Indica que a integração da experiência religiosa na prática clínica psicológica exige que o profissional se mantenha aberto para metáforas e símbolos (LOPEZ, 1999), considerando a transcendência enquanto dimensão psíquica humana e lidando com a espiritualidade de forma

amadurecida e sem julgamentos ou ilusões (CAMBURY; AMATTUZZI; ANTUNES, 2006).

3.3 Estratégias de intervenção clínica quanto à R/E

Oliveira e Junges (2012) levantam a importância de o psicólogo, em sua prática clínica, saber lidar de forma adequada com os sentimentos espirituais e comportamentos religiosos dos pacientes, haja vista que um vínculo terapêutico baseado na empatia e na confiança é fundamental para o desfecho do tratamento psicoterapêutico; sendo a sua orientação e capacidade de abertura que irá possibilitar ou não o olhar para a dimensão da R/E no *setting* terapêutico. Para tanto, os autores fornecem algumas dicas de questionamentos (extraídas de outros estudos) que podem nortear a investigação do papel da R/E para o paciente como, por exemplo, durante a anamnese: “o paciente tem alguma forma de espiritualidade/religiosidade?”, “pertence a uma comunidade religiosa?”, “tem alguma crença espiritual que possa influenciar nos cuidados médicos?”, “qual a importância que o paciente atribui a estes aspectos da vida?”, “o paciente usa a religião ou a espiritualidade para ajudá-lo a lidar com sua doença, seu sofrimento, ou essas são fontes de estresse?”, etc.

Por outro lado, vale frisar que nem sempre os pacientes, ainda que religiosos, estão abertos para intervenções envolvendo a R/E; sendo útil ao terapeuta que solicite a seus pacientes que avaliem a inter-relação entre suas queixas clínicas e suas experiências religiosas/espirituais, ajudando-os a perceber o papel da espiritualidade em sua vida (CAMPOS; RIBEIRO, 2017). Ademais, esses autores apontam que, quando essas experiências são importantes para o paciente, a tendência é que as traga gradualmente para a terapia, na medida em que percebem a abertura do próprio terapeuta.

Nesse ponto vale frisar que determinadas abordagens psicológicas estão lançando um olhar para a R/E na prática psicoterapêutica. Campos e Ribeiro (2017) relatam que algumas abordagens teóricas de psicologia são mais favoráveis à integração da R/E na psicoterapia, sendo a linha humanista uma das que mais consideram os temas religiosos/espirituais importantes à prática clínica, porquanto o conceito de empatia torna-se um recurso para o acolhimento da espiritualidade. Campos e Ribeiro (2017) trazem, ainda, que uma outra forma de integração da R/E vem ocorrendo nas denominadas *psicoterapias adaptadas à fé* (notadamente na esfera da Terapia Cognitivo-Comportamental), que, segundo apontam, “mantêm os componentes básicos das abordagens seculares, e fazem modificações para acomodar espiritualidade e religiosidade”.

Já a Logoterapia é citada por Nascimento e Caldas (2020) como sendo uma das

perspectivas teóricas que abordam a espiritualidade, posto que para Viktor Emil Frankl (fundador da Logoterapia e Análise Existencial) o ser humano, além das dimensões física (corpo) e psíquica (mente), também possui uma dimensão espiritual (ou noética), sendo dotado de uma vontade de sentido que o orienta intencionalmente para sua realização. Destarte, a Logoterapia tende a considerar a R/E “não como uma dimensão sobrenatural ou necessariamente religiosa, mas como dimensão antropológica e ontológica, o que vai para além da regulação das instituições religiosas e da normatividade disciplinar no âmbito acadêmico das ciências da religião” (NASCIMENTO; CALDAS, 2020). Paulino (2019) expõe que na visão de Frankl a religiosidade influencia o sentido da vida e as escolhas individuais, sendo uma decisão pessoal do indivíduo, desencadeada por suas experiências, e não um aspecto inato do ser.

A espiritualidade apresenta-se como um aspecto importante também na perspectiva da teoria junguiana, uma vez que na visão de Carl Gustav Jung, criador da Psicologia Analítica, a psique individual é estruturada não somente pelas camadas consciente e inconsciente pessoal (constituído por complexos), como também pelo inconsciente coletivo ou impessoal (constituída por arquétipos – sendo o principal deles o Self, arquétipo da totalidade do ser, eminentemente associado ao arquétipo de Deus, ou Imago Dei). Ademais, para Jung a psicoterapia tem por objetivo favorecer o processo de desenvolvimento psicológico (processo de individuação), que ocorre mediante a conexão do ego individual com o Self, ou seja através do estabelecimento de um diálogo entre as estruturas consciente (ego) e inconsciente (Self). Portanto, depreende-se que a psicoterapia junguiana valoriza a experiência consciente da R/E (NASCIMENTO; CALDAS, 2020), sendo essa conexão ou experiência denominada por Jung de transcendência.

A seu turno, Ferreira *et al.* (2020) apontam que na teoria junguiana leva-se em conta a importância da espiritualidade no processo psicoterapêutico, haja vista que Jung incluiu em sua obra diversas reflexões acerca da influência do fenômeno religioso no psiquismo dos pacientes. Portanto, para Jung, a atitude religiosa teria “uma função psíquica de incalculável alcance”, capaz de favorecer a individuação (JUNG, 1995, p. 44, *apud* FERREIRA *et al.*, 2020).

No artigo de Cunha e Scorsolini-Comin (2019a), rico em informações acerca das estratégias, intervenções e protocolos disponíveis à abordagem da R/E, destaca-se o uso de recursos metafóricos ou mesmo de esclarecimentos de passagens bíblicas para pacientes fundamentalistas como forma de confrontar, respeitosamente, suas crenças e comportamentos; isso visando a ampliação de seu autoconhecimento. Citam, a título de exemplo, um autor que

utilizou a prece/reza como elemento de aproximação com uma paciente esquizofrênica, viabilizando o estabelecimento do vínculo terapêutico; uma vez estabelecido o *rapport*, a paciente se sentiu acolhida, bem como foi possível a reformulação de sentidos/significados. Conclui-se que, nesse caso, a crença religiosa/espiritual da paciente serviu de “ponte” para o processo terapêutico, haja vista a importância que ela lhe atribuía.

De outro giro, Peres, Simão e Nasello (2007) trazem em seu estudo a “neuroimagem da religiosidade e estados alterados de consciência” o resultado de algumas pesquisas envolvendo os estados alterados de consciência (EACs) e seu uso em psicoterapia, que revelam a influência das experiências em tais estados na mudança de comportamento. Apontam, inclusive, que diversos autores já comprovaram a efetividade da utilização do EAC como ferramenta para formação de novos padrões de pensamento, sentimento e comportamento através da percepção de imagens mentais; isso porque “diferentes estados de consciência podem promover novas percepções a respeito de um mesmo fenômeno e, conseqüentemente, novos estados emocionais favoráveis a superação de dificuldades e sofrimentos no âmbito psicológico”.

Uma estratégia de intervenção que recentemente vem sendo adotada é a Intervenção RIME (Relaxamento, Imagens Mentais e Espiritualidade), desenvolvida e aperfeiçoada pela Dra. Ana Catarina Araújo Elias, com base na teoria junguiana. Trata-se de “uma psicoterapia breve, de caráter complementar, desenvolvida para ambiente hospitalar, que integra as técnicas de relaxamento, imaginação dirigida e elementos da espiritualidade, em uma abordagem simbólica e transpessoal” (ELIAS, 2019). Segundo Marques e Goto (2021), a intervenção RIME é o principal instrumento no manejo da espiritualidade no *setting* hospitalar, sendo praticada sobretudo por enfermeiros e/ou equipe multidisciplinar. Referem ainda que, segundo estudos analisados, tal intervenção se revelou apta a promover bem-estar, empoderamento e autovalorização aos pacientes, como também um melhor enfrentamento do luto pessoal.

Contudo, a referida intervenção vai mais além, posto que também pode ser utilizada como técnica adjuvante à psicoterapia realizada em consultório particular, visando fortalecer os recursos psíquicos saudáveis e a resiliência, bem como promover qualidade de vida frente ao adoecimento (ELIAS, 2019). Segundo a autora, por se tratar de uma psicoterapia breve, a RIME pode ser aplicada por todos os profissionais da área de saúde, tanto em situação de cuidados paliativos, como também em situação de possibilidades de cura, promovendo “a conexão com a sabedoria interna, com o Sagrado, para minimizar angústias, ressignificar a dor psíquica, a dor espiritual, ou um foco de sofrimento definido pelo paciente” (ELIAS, 2019).

Retomando Cunha e Scorsolini-Comin (2019a), os autores citam que práticas de meditação tais como *mindfulness* e *conscious awareness* também podem ser considerados como instrumentos que favorecem a incorporação da R/E na prática clínica; mencionando que a meditação *mindfulness*, derivada do Budismo, tem por objetivo terapêutico a regulação da atenção plena, o desenvolvimento de atitude de tolerância e a redução da evitação comportamental; enquanto que a *conscious awareness* é “entendida como a consciência da existência, das sensações, dos pensamentos e dos sentimentos, que inclui sintonia e receptividade ao universo”, sendo os níveis de *awareness* presentes na literatura judaico-cristã como reflexo de desenvolvimento espiritual.

Por outro lado, boa parte dos estudos analisados apontam a necessidade de treinamento para que os profissionais adquiram competências para lidar com o tema da R/E, uma vez que, nas palavras de Campos e Ribeiro (2017), “muitos terapeutas não sabem como compreender seus clientes quando estes trazem suas experiências espirituais, nem reconhecer o sagrado quando este se manifesta na relação terapêutica”. Esses autores também alertam para o fato de que psicoterapeutas não treinados podem, inclusive, prejudicar seus clientes na medida em que deixam de reconhecer a validade de suas vivências espirituais e/ou, de forma antiética, tentam impor seus próprios valores seculares (CAMPOS; RIBEIRO, 2017).

A respeito da temática da espiritualidade no meio acadêmico, Lucchetti *et al.* (2010), ressaltam que os cursos relacionados à espiritualidade já vêm sendo oferecidos na maioria das universidades norte-americanas e britânicas no campo da Medicina, assim como vários centros universitários no mundo têm se interessado e pesquisado sobre esse assunto. Paulino (2019) assinala que o Brasil ocupa o 5º lugar no *ranking* mundial de publicações acadêmicas em R/E e saúde (*ranking* liderado pelos EUA), sendo que o número de pesquisas nessa área vem aumentando consideravelmente desde os anos 80.

Raddatz, Motta e Alminhana (2019), por sua vez, assinalam algumas alternativas propostas por outros autores referindo-se à inclusão da espiritualidade nas discussões acadêmicas: o oferecimento na matriz curricular de assuntos que reforcem a importância do tema da R/E na prática profissional, bem como o oferecimento de cursos de extensão e estágios complementares previstos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Superior, e a possibilidade de um diálogo transversal quanto à importância do tema R/E na educação.

Na tese de Paulino (2019), foi ressaltado que a Psicologia da Religião – caracterizada como um campo de aplicação da psicologia ao estudo do comportamento religioso – não se

vincula a uma religião em particular, mas se trata de uma disciplina científica que busca analisar e entender o fenômeno da religião mediante teorias, intuições, técnicas e métodos psicológicos; “não teria como objeto a religião ou o transcendente, mas sim disposições humanas que capacitam ou não a vivência de fenômenos religiosos de ordem pessoal, social ou cultural, que geralmente estão relacionadas a uma dimensão transcendente, como Deus”.

Não obstante a vasta produção brasileira em Psicologia da Religião, a autora também chama a atenção para o fato de que o tema ainda é pouco contemplado na formação acadêmica. “Esse desconhecimento, somado ao preconceito e ao silêncio presentes no meio acadêmico e científico sobre o tema da religião, impede uma discussão mais aberta e dificulta elaborações e assimilações das vivências espirituais” (PAULINO, 2019).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que em todos os artigos revisados há uma percepção positiva acerca da integração de temas religiosos e espirituais no atendimento psicológico, apontando benefícios para o processo psicoterapêutico e desenvolvimento psíquico do paciente, assim como também para o estabelecimento de uma relação terapêutica baseada na compreensão do paciente em sua integralidade e para uma maior adesão ao processo terapêutico, haja vista ser a R/E uma dimensão do ser humano que, portanto, não pode ser deixada de fora do *setting*. Isso porque a espiritualidade de modo geral é entendida como a busca de significado e de sentido para a vida.

O respeito às crenças religiosas e espirituais dos pacientes é visto como fundamental na psicoterapia; todavia, a temática só deve ser abordada caso a necessidade seja demonstrada pelo próprio paciente, conforme os estudos levantados assinalam de modo unânime. Destarte, a religiosidade/espiritualidade – ou o sagrado – é compreendida como uma dimensão mais profunda da condição humana, fazendo parte da subjetividade dos pacientes, que, em atendimento psicológico, podem ansiar por essa integração. Por outro lado, obviamente, não cabe ao profissional confrontar nem tentar influenciar nem induzir os pacientes a suas próprias convicções religiosas/espirituais, sendo esta vedação preconizada pelo Código de Ética do Psicólogo (CEP). A maioria dos estudos revisados chamam a atenção para o fato de que os psicólogos ainda têm bastante receios em abordar a R/E na clínica, quer seja por medo da não aprovação pelos seus pares e pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), quer seja por falta de preparo teórico-técnico para se sentir à vontade com tal abordagem na prática profissional.

Segundo Paulino (2019), esse receio é gerado pela interpretação equivocada do código de ética, o que reforça a necessidade de haver formação/treino dos profissionais de psicologia

nesse campo de atuação. Ora, para a autora, “ao profissional é vedada todo tipo de imposição, o que não significa que ideias e práticas filosóficas, políticas e religiosas não possam ser discutidas respeitosamente na clínica”; desse modo, nem o acolhimento e nem mesmo a investigação desta dimensão R/E dos pacientes estariam vedados ao profissional.

O estudo acima referido ressalta ainda a importância de se ter em mente que todo relacionamento terapêutico é uma experiência transcultural; sendo assim, as crenças religiosas ou antirreligiosas dos profissionais podem interferir no encontro clínico com os pacientes, bem como afetar o processo terapêutico. Em suas palavras de alerta, “há importância também no debate para a prática clínica tendo em vista que o fosso entre R/E e psicoterapia ainda é grande e contribui para que muitos não busquem auxílio na terapia acreditando que não terão o respeito e a inclusão dessa dimensão”. Na tese da referida autora, foi constatado um fato interessante: que 63,7% dos profissionais têm interesse em receber treinamento sobre R/E no curso de Psicologia e 68% gostariam de se aperfeiçoar no tema concernente à correlação entre saúde, psicologia e R/E. Contraditoriamente, percebe-se uma “carência na oferta de disciplinas ligadas ao tema durante a formação do psicólogo: apenas 13% das Instituições de Ensino Superior públicas e 16% das instituições privadas incluem a temática em seus currículos na graduação de Psicologia”. E mais, essa lacuna nos currículos brasileiros de psicologia significa uma indiferença quanto ao tema da R/E, decorrente de uma perspectiva que “ainda não compreendeu que a ciência e a religião não precisam ser vistas em conflito” (PAULINO, 2019).

Um dos maiores desafios que os estudos indicam é a lacuna metodológica para a abordagem da R/E pelos profissionais. Todavia, foi constatado que já existem diversos protocolos e ferramentas que são usadas como estratégias de intervenção clínica em se tratando de questões de ordem religiosa/espiritual. Para Cunha e Scorsolini-Comin (2019a), o conhecimento de tais estratégias permite aos profissionais de psicologia se sentirem mais habilitados para o manejo das questões de R/E trazidas por seus pacientes, sem, contudo, reduzir o processo psicoterapêutico, visto que haveria uma legitimação dessa dimensão na esfera científica. Os mencionados autores consideram que essas intervenções, técnicas e instrumentos oferecem um conhecimento mínimo e ético sobre a temática da R/E tão necessário na clínica, posto que geralmente há uma dificuldade em manejar tais assuntos. Todavia, interessante repetir o alerta dos autores, por sua importância prática:

Assim, mais do que a busca por intervenções e protocolos, deve-se promover uma escuta aberta para questões envolvendo a R/E, de modo que as ferramentas descritas nessa categoria possam ser facilitadoras do processo, e não mecanismos diagnósticos ou que ofereçam um

retrato avaliativo do sujeito. Tais ferramentas ou técnicas não excluem a necessidade de uma reflexão constante e densa sobre o tema, até mesmo para a tomada de decisão sobre atuar ou não na prática clínica. (CUNHA; SCORSOLINI-COMIN, 2019a)

Em outro estudo, a mesma dupla de autores sinaliza ser recomendado que o psicólogo também saiba reconhecer a sua própria R/E, não negligenciando tal dimensão em si mesmo, bem como afirmam que a discussão desse tema no campo acadêmico permitiria melhor reflexão acerca do modelo biomédico seguido pela ciência psicológica, “onde a busca por evidências e um ‘enquadramento’ do que é saudável ou doente desconsideram, por vezes, o saber tradicional e cultural por trás das religiões, negligenciando a possibilidade de serem saberes distintos, mas que falam sobre a mesma condição humana”. Além do que, permitiria, igualmente, “criar um clima de tolerância e de respeito pelas diferenças, o que também ajudaria a combater preconceitos” (CUNHA; SCORSOLINI-COMIN, 2019b).

Por sua vez, Marques e Goto (2021) sinalizam a necessidade da adoção de um novo paradigma na atuação dos profissionais de saúde, cujas práticas ainda estão atreladas ao paradigma tradicional biomédico da saúde ou, quando muito, ao paradigma biopsicossocial, que vem possibilitando estratégias e recursos terapêuticos mais integrativos quanto à R/E. Todavia, segundo os referidos autores, na perspectiva biopsicossocial a dimensão religiosa/espiritual é considerada apenas um aspecto social ou psíquico e não uma esfera própria; razão pela qual o manejo da R/E que vem ocorrendo ultimamente ampara-se no chamado “paradigma emergente”, pelo qual o ser humano é entendido como ser complexo, intersubjetivo, imprevisível e integral. Assim, essa nova perspectiva vai além da biopsicossocial por levar em conta a complexidade do ser humano (MARQUES; GOTO, 2021). Em outras palavras, essa nova premissa ou visão de mundo advém do paradigma da ciência contemporânea emergente que, de acordo com Vasconcellos (2020), trata-se de um pensamento sistêmico e se constitui de três novos pressupostos epistemológicos que vêm sendo adotados conjuntamente pelo cientista/profissional: a crença na *complexidade*, em todos os níveis da natureza; a crença na *instabilidade* do mundo, em processo de tornar-se; e a crença na *intersubjetividade*, como condição de construção do conhecimento do mundo. Portanto, a psicologia enquanto campo eminentemente científico precisa atualizar seus pressupostos, incorporando essa nova visão de mundo que começa a ser vislumbrada pela ciência contemporânea; incluindo-se, aí, a integração da dimensão religiosa/espiritual na prática clínica psicológica, ao buscar entender o ser humano em sua complexidade.

Por fim, outro fator de dificuldade no manejo da R/E, conforme apontado em quase

todos os artigos revisados, é a falta de treinamento dos psicólogos clínicos recém habilitados na profissão. Acusa-se uma lacuna nos cursos de graduação no que tange à referida temática. Contudo, verificou-se que, mais recentemente, estão surgindo no país a oferta de cursos de pós-graduação que visam o treinamento e a formação em integração da R/E na prática clínica para os profissionais da área da saúde, em cujos programas são incluídas disciplinas como a Psicologia da Religião e a interface entre Psicologia e Espiritualidade; o que pode suprir a referida lacuna na formação dos profissionais que tenham percebido a importância da aquisição de tais competências.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-V** (5a ed.). Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAÚJO ELIAS, A. C. RIME (Relaxamento, Imagens Mentais, Espiritualidade): psicoterapia breve por imagens alquímicas. **HU Revista**, [S. l.], v. 44, n. 4, p. 527–535, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/27286>. Acessado em: Abril. 2022.

CAMPOS, A. F.; RIBEIRO, J. P. Psicoterapia e espiritualidade: da gestalt-terapia à pesquisa contemporânea. **Rev. abordagem gestalt**. Goiânia, v.23, n. 2, p. 211-218, ago. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000200009&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: Mar. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 010, de 21 de julho de 2005**. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/legislacao/codigo-de-etica/>. Acessado em: Abr. 2022.

CUNHA, V. F. da; SCORSOLINI-COMIN, F. (2019a). A Dimensão Religiosidade/Espiritualidade na Prática Clínica: Revisão Integrativa da Literatura Científica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2019, v.35, e35419. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/fRWDGWSKK3S4znfcJnQWDzq/?lang=pt>. Acessado em: Mar. 2022.

CUNHA, V. F. da; SCORSOLINI-COMIN, F. (2019b). A religiosidade/espiritualidade (R/E) como componente curricular na graduação em Psicologia: relato de experiência. **Psicologia Revista**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 193–214, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/39837>. Acessado em: Abr. 2022.

FERREIRA, A. L. *et al.* As espiritualidades em psicoterapeutas junguianos e transpessoais: um breve estudo fenomenológico. **Rev. abordagem gestalt**. Goiânia, v. 26, n. 2, p. 135-146, ago. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_Arttext&pid=S1809-68672020000200003&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: Abr. 2022.

LOPEZ, M. A. Religião e psicologia clínica: quatro atitudes básicas. In: MASSIMI, M.; MAHFOUD, M. (Orgs.). **Diante do mistério: psicologia e senso religioso**. São Paulo: Loyola, 1999. p.71-86.

LUCCHETTI, G. *et al.* (2010) Espiritualidade na prática clínica: o que o clínico deve saber? **Rev Bras Clin Med** 2010; 8 (2): 154-8. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-544002>. Acessado em: Mar. 2022.

MARQUES, S. M. S.; GOTO, T. A. O manejo de profissionais da saúde com questões espirituais. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 13, n. 1, p. 56-69, abr. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912021000100005&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: Mar. 2022.

NASCIMENTO, A. K. C.; CALDAS, M. T. Dimensão espiritual e psicologia: a busca pela inteireza. **Rev. abordagem gestalt**. Goiânia, v. 26, n. 1, p.74-89, abr. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672020000100008&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: Mar. 2022.

OLIVEIRA, M. R.; JUNGES, J. R. Saúde mental e espiritualidade/religiosidade: a visão de psicólogos. **Estudos de Psicologia**, 17(3): 469-476, set-dez 2012. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-666009>. Acessado em: Abr. 2022.

PAULINO, P. R. V. **Religiosidade/Espiritualidade em uma amostra de psicólogos brasileiros: perfil e implicações na prática profissional**. 2019. 237 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2019.

PERES, J. F. P.; SIMÃO, M. J. P.; NASELLO, A. G. Espiritualidade, religiosidade e psicoterapia. **Rev. Psiq. Clín.** 34, supl 1; 136-145, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpc/a/YFghx4LyPBm6vVMH78Z4h8J/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: Abr. 2022.

RADDATZ, J. S.; MOTTA, R. F.; ALMINHANA, L. O. Religiosidade/Espiritualidade na Prática Clínica: Círculo Vicioso entre Demanda e Ausência de Treinamento. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 24, n. 4, p. 699-709, out/dez 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/zRP8fjSt3bg7gsfXWFyYrfl/?lang=pt>. Acessado em: Mar. 2022.

VASCONCELLOS, M. J. E. **Pensamento Sistêmico: uma epistemologia científica para uma ciência novo-paradigmática**. 2020. Disponível em: <https://www.mariajoseesteves.com.br/pensamento-sistemico-uma-epistemologia-cientifica-para-uma-ciencia-novo-paradigmatica/>. Acessado em: Abr. 2022.

CAPÍTULO 7

COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS NA ADOLESCÊNCIA

Daniele de Fátima de Paiva Abreu
Willian Miguel de Araujo Pontes

RESUMO

Os comportamentos antissociais em jovens e adolescentes têm sido motivo de crescente preocupação e debate na sociedade atual. O presente capítulo objetivou a priori exprimir algumas especificidades do comportamento antissocial na adolescência e discutir concepções teóricas que contribuem com a complexidade e prevalência desse quadro na sociedade. Espera-se que o capítulo contribua com a literatura e que possa trazer uma contribuição para os interessados que pretendam compreender o fenômeno antissocial na fase da adolescência no âmbito psicológico.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento Antissocial. Adolescência. Teorias.

1. INTRODUÇÃO

Entende-se comportamento agressivo como aquele direcionado para outro indivíduo que representa uma intenção imediata para ferir, em que o perpetrador acredite que irá atingir o alvo e que este se motive a esquivar (ANDERSON; BUSHMAN, 2002). Já quanto ao comportamento violento, ou a violência propriamente, indica uma agressão cuja meta consiste em um dano extremo (PIMENTEL, 2004).

Outros comportamentos, como dirigir embriagado ou participar em gangs, constituem violações jurídicas, as quais quando cometidas por menores de idade, considerando, necessariamente, o sistema penal de cada país, classifica-se como comportamentos de delinquência juvenil, que também são comportamentos antissociais ou comportamentos-problema ou mesmo comportamentos socialmente desviantes (PIMENTEL, 2004). Nesse mesmo período podem ser observados alguns comportamentos antissociais transitórios, como a presença de rebeldia e de alterações comportamentais, que podem ser considerados como parte do desenvolvimento do adolescente (BORDIN; OFFORD, 2000).

De toda forma, o período da adolescência trata-se de um período da vida marcado pelas transformações biológicas da puberdade e por alterações biopsicossociais, que envolvem momentos de crises associadas a definições de identidade sexual, profissional e de valores (DAVIM *et al.*, 2009).

Incontestavelmente, o uso de álcool e de drogas ilícitas vem sendo considerado como um dos principais correlatos da violência, da delinquência, do comportamento antissocial, em geral. Outrossim, há dados indicativos de que meninos e homens são, em média, fisicamente e

verbalmente mais agressivos do que as meninas e mulheres, apresentando mais problemas externalizantes, como hiperatividade, quebra de regras e comportamentos agressivos e antissociais (SHAFFER; KIPP, 2010). Desse modo, objetivou-se apresentar as principais teorias psicológicas e sociológicas que explicam os comportamentos antissociais na adolescência.

2. DEFINIÇÕES

De acordo com Silveira, Zappe e Dias (2015) o comportamento antissocial na adolescência pode ser definida como um encadeamento de comportamentos que transgredem as normas e valores prescritos na sociedade, podendo colocar em risco a integridade física e psicológica do indivíduo antissocial e também das outras pessoas que o cercam. Nesse sentido, os autores ainda acrescentam que os comportamentos antissociais podem ser motivados por diferentes fatores, como raiva, busca de recompensa, hostilidade, vandalismo, mentira e manipulação.

À vista disso, Dias, Oliveira-Monteiro e Aznar-Farias (2014) citam a importância do período da adolescência, dado que é uma fase em que os jovens se deparam com diversas mudanças físicas, emocionais e sociais. Dessa forma, entende-se que esses indivíduos são mais propensos a comportamentos considerados atípicos, de modo que transgressões na adolescência são comuns nessa fase da vida, sendo fonte de aprendizagem e de obtenção de novas formas de socialização, como aponta Benavente (2002).

Concretamente, comportamentos antissociais incluem o uso de drogas, o comportamento agressivo e violento, a delinquência, a participação em gangues e outros comportamentos criminosos como o roubo ou o furto, que podem também ser considerados delitivos ou socialmente desviantes (GOUVEIA *et al.*, 2009; PIMENTEL, 2004).

3. TEORIAS CLÁSSICAS

3.1 Teoria da Associação Diferencial

A teoria da associação diferencial é uma teoria criminológica apontada por Edwin H. Suntherland (1939/1947), onde ele afirma que o comportamento antissocial é apreendido a partir das interações com outras pessoas enredados em condutas criminosas, conforme Matsueda (1982) e Matsueda (1988). Deste modo, a socialização num grupo que adota modelos culturais contrários à honestidade e ao respeito das leis engendra o criminoso (LIMA *et al.*, 2017).

Além disso, de acordo com Lima *et al.* (2017), Sutherland compreende que o comportamento desviado de um sujeito não pode ser relacionado a déficits de inteligência dos infratores, nem mesmo ao fato de estarem incluídos em classes desfavorecidas socioeconomicamente, pois a aprendizagem dos valores criminais podem ser adquiridos através de qualquer cultura.

Nesse ínterim, a teoria da associação diferencial nos diz que o crime não é hereditário ou um comportamento emitido de forma irracional, mas sim uma atitude aprendida. Outrossim, Lima *et al.* (2017) salientam que, consoante o autor da teoria, o processo de aquisição dos comportamentos criminosos abarcam todas as estruturas implicadas em qualquer outro aprendizado.

3.2. Teoria da Aprendizagem Social Cognitiva

Formulada por Albert Bandura (1925-2021), a teoria da aprendizagem social propõe que os jovens adquirem comportamentos antissociais através da observação e imitação dos comportamentos daqueles que fazem parte do seu ciclo social, como pais e amigos. Desse modo, o adolescente que convive em um ambiente com pessoas que possuem comportamentos agressivos de forma contínua será propenso a replicar comportamentos antissociais, conforme aponta Vieira (2007).

Além disso, fatores como o sexo e os papéis ocupados pelo modelo observado surgem como importantes no processo de aprendizagem, pois Vieira (2007) também expõe que crianças do sexo masculino são reforçadas a ter o comportamento do pai, enquanto as meninas são reforçadas a fazer o mesmo perante a mãe. Nesse sentido, a criança do sexo masculino tende a observar e aprender mais comportamentos agressivos emitidos pelo pai, mesmo que a mãe demonstre as mesmas condutas.

3.3 Teoria da Anomia Social

De acordo com Esteves (2014), a teoria da anomia social é uma teoria com fundamentos sociológicos formulados por Enuke Durkheim (1858-1917) e Robert King Merton (1910-2003). Esta teoria implica em dizer que a escassez de normas sociais consistentes geram comportamentos antissociais.

Durkheim refere-se a anomia como uma quebra da capacidade de uma sociedade para regular os impulsos naturais dos indivíduos em face a concepção de objetivos culturalmente mal concebidos nas rápidas mudanças sociais (COTE, 2002; BERMBURG, 2002, *apud*

ESTEVEES, 2014, p. 22). Nesse sentido, Durkheim deu início à teoria acreditando que o comportamento humano era fortemente atrelado a fatores sociais.

Posteriormente, Merton continuou o desenvolvimento da teoria com o objetivo de explicar os motivos que levam a determinadas sociedades possuírem taxas consideráveis de crimes. Em vista disso, argumentou que o crime e o delito são intrínsecos a sociedades igualitárias, uma vez que são colocados objetivos que todos devem alcançar, no entanto, os modos legítimos de alcançá-los não estão postos para todas as pessoas.

Desse modo, indivíduos objetivam alcançar aquilo que é culturalmente valorizado na sua sociedade, entretanto ao falhar na tentativa de alcançar essas metas, mediante as oportunidades limitadas, desenvolve-se uma tensão (*strain*), uma situação de anomia, possibilitando o indivíduo adotar o ‘comportamento delitivo’ como resposta (MICHENER; DELAMATER; MYERS, 2005, *apud* ESTEVES, 2014, p. 23).

4. TEORIAS DESENVOLVIMENTISTAS

4.1 Modelo Integrador de Elliott

O modelo integrador de Elliot teve como objetivo integrar diferentes perspectivas teóricas, como a teoria de Aprendizagem Social Cognitiva de Bandura e a Teoria da Anomia social de Merton para explicar as causas do comportamento antissocial, segundo Esteves (2014).

Assim, Esteves (2014) reforça que os três fatores apresentados por Elliot para explicar a falta de vínculo do sujeito com a sociedade foram: (1) a aflição entre as metas e os meios, tendo em vista que o êxito acadêmico pode depender de fatores relacionados à oportunidade; (2) desordem social; (3) pouca fomentação de práticas socializadoras adequadas na família e na escola, causando pouca abertura para estabelecer vínculos. Além disso, o autor ainda aponta que para Elliott, a falta de vínculos não é o bastante para justificar o surgimento da conduta desviante, também enfatizando a influência do contato com grupos desviantes. Desse modo, um elemento a mais é necessário para que apareça a desvio: o sujeito deve entrar em contato com grupos desviantes, que reforcem e lhe induzam a realizar condutas problemáticas (FERNANDES, 2014).

4.2 Modelo da coerção de Patterson

Proposto por Patterson *et al.* (1989), o modelo da coerção apresenta uma perspectiva desenvolvimentista, buscando as raízes do comportamento antissocial nas primeiras etapas da

vida (REID; EDDY, 1997; SANTOS, 2008 *apud* ESTEVES, 2014, p. 20). Assim, o modelo propõe que os comportamentos dos pais diante dos comportamentos problemáticos emitidos pelas crianças são essenciais de modo que essa interação envolve coerção.

Desse modo, Esteves (2014) ainda acrescenta que para Patterson *et al.* (1989) o comportamento antissocial advém e progride em quatro fases, sendo: (1) ambiente familiar; (2) ambiente escolar; (3) afiliação com pares desviantes; (4) início da vida adulta. A primeira envolve atividades parentais inapropriadas na infância, além da falta de normas claras que reforcem o surgimento e continuidade de bons comportamentos. A segunda sucede da falta de habilidades socialmente aceitáveis estabelecidas pelo ambiente familiar, de modo que a criança passa a ter dificuldades para interagir com os colegas, assim como para desenvolver habilidades acadêmicas. A terceira, por sua vez, decorre do fracasso escolar e da rejeição por parte dos outros alunos, constituindo o sentimento de desamparo. O quarto e último abarca as fases anteriores e se relaciona com a dificuldade em se ajustar para a vida adulta, como em relação ao trabalho e a vida convencional, acarretando comportamentos antissociais e possíveis envolvimento com álcool e outras drogas.

5. FATORES CONTEXTUAIS

Os fatores contextuais, ou ambientais, também desempenham um papel importante no desenvolvimento dos comportamentos antissociais, como a agressão e a delinquência. Dentre estes fatores, pode-se destacar a influência de estilos parentais inadequados, excessiva permissividade, status socioeconômico ou a exclusão social (DURAN-BONAVILA *et al.*, 2017). Por exemplo, estes autores verificaram empiricamente em sua pesquisa que a exclusão social e o baixo nível socioeconômico se relacionaram com a agressão e a delinquência numa amostra de mais de mil jovens espanhóis com idades compreendidas entre 12 a 21 anos.

Outro fator estudado para desencadeamento do comportamento antissocial é o crowding, ou seja quando um ambiente está denso de pessoas, geralmente isso provoca estresse e leva ao comportamento agressivo, que é uma das variáveis ambientais mais estudadas pelos psicólogos sociais, juntamente com o calor, como um dos fatores contextuais desencadeadores da agressão (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2000). O aumento da densidade populacional pode levar também ao aumento da violência, a agressão na sua forma mais extrema como o assassinato. Esta variável tem sido estudada cientificamente há muito tempo, como relacionada ao estresse (SOUTHWICK, 1971) sobretudo nos grandes centros urbanos, nas metrópoles.

Pode-se citar, além do *crowding*, do calor, das altas temperaturas, também o barulho como um dos fatores contextuais desencadeadores do comportamento antissocial da agressão (KUO; SULLIVAN, 2001). Estes autores ainda destacam que a influência destes fatores neste comportamento antissocial já é empiricamente bem estabelecida.

Por fim, percebe-se que uma análise abrangente do comportamento antissocial deve considerar além dos traços de personalidade ou da inteligência, fatores contextuais ou ambientais, comumente estudados pela psicologia ambiental, a exemplo do ambiente físico, pois são importantes na determinação do comportamento.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho foi o de compreender o comportamento antissocial na adolescência através de uma perspectiva psicológica, com ênfase no indivíduo, mas se levou em conta também teorias sociológicas, com ênfase no grupo e na sociedade. Ademais, é importante salientar a existência dos aspectos circunstanciais como preditores dos comportamentos antissociais persistentes, que incluem desde a violência familiar até problemas escolares (BOER *et al.*, 2013).

Diante do exposto, fica evidente que o comportamento antissocial na adolescência, em geral, encontra uma grande parte da sua explicação em fatores relacionados com fatores individuais e contextuais, possuindo características que colocam determinados indivíduos em maior risco de se envolverem neste tipo de comportamentos (MORGADO, 2016).

Ademais, espera-se que o presente capítulo possa aguçar o interesse de pesquisadores que pretendam aprofundar os conhecimentos acerca dos comportamentos antissociais em jovens. Dessa forma, sugerem-se futuras pesquisas que possam elucidar principalmente e que outros estudos que contemplem este conteúdo possam ser esperados no futuro.

REFERÊNCIAS

BENAVENTE, R. Delinquência juvenil: Da disfunção social à psicopatologia. **Análise psicológica**, v. 20, n. 4, p. 637-645. 2002. Disponível em: https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/6569/1/AP_20%284%29_637.pdf Acessado em: Abr. 2023.

BORDIN, I. A.; OFFORD, D. R. Transtorno da conduta e comportamento anti-social. **Brazilian Journal of Psychiatry**, 22, 12-15. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462000000600004>. Acessado em: Abr. 2023.

BOER, S. B. *et al.* Características de pacientes psiquiátricos adolescentes internados com comportamento disruptivo de início precoce e início na adolescência. **Jornal Internacional de Saúde Mental Forense**, 12 (1), 14-25. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14999013.2012.760183>. Acessado em: Abr. 2023.

SILVA, S. K. S. da. *et al.* Correlatos dos comportamentos antissociais limitados à adolescência e dos comportamentos antissociais persistentes. **Psicologia em Estudo**, v. 20, n. 3, p. 425-436. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2871/287145646009/html/>. Acessado em: Abr. 2023.

DIAS, C. *et al.* Comportamentos antissociais e delitivos em adolescentes. **Aletheia**, n. 45. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942014000200008#:~:text=De%20forma%20geral%2C%20comportamentos%20desviantes,se%20como%20uma%20infra%C3%A7%C3%A3o%20legal. Acessado em: Abr. 2023.

DURAN-BONAVILA, S. *et al.* How individual and contextual factors affects antisocial and delinquent behaviors: A comparison between young offenders, adolescents at risk of social exclusion, and a community sample. **Frontiers in Psychology**, v. 8, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2017.01825/full>. Acessado em: Abr. 2023.

ESTEVES, G. G. L. *et al.* **Comportamento anti-social: uma avaliação a partir da agressividade, personalidade e psicopatia**. 153 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Alagoas.

FERNANDES, D. P. **Explicando comportamentos socialmente desviantes: Uma análise do modelo da coerção de Patterson**. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE).

GOUVEIA, V. V. *et al.* Questionário de comportamentos antissociais e delitivos: Evidências psicométricas de uma versão reduzida. **Psicologia: Reflexão & Crítica**, v. 22, n. 1, p. 20-28. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/3kdbVrRVVK7wDqsNFBZfkMx/?lang=pt>. Acessado em: Abr. 2023.

KUO, F. E.; SULLIVAN, W. C. Aggression and violence in the inner city: Effects of environment via mental fatigue. **Environmental & Behavior**, v. 33, n. 4, pp. 543-571. 2001. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/00139160121973124>. Acessado em: Abr. 2023.

LIMA, J. A. *et al.* Teorias sociológicas sobre a criminalidade: análise comparativa de três teorias complementares. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 5, n. 2, p. 70-94. 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/30998>. Acessado em: Abr. 2023.

MORGADO, A. M. **O comportamento antissocial na adolescência: Dimensões individuais de um fenómeno social**. Dissertação de doutorado. Universidade de Coimbra, Portugal. 2016. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/31056/3/O%20comportamento%20antissocial%20na%20adolesc%3%aancia.pdf>. Acessado em: Abr. 2023.

PIMENTEL, C. E. **Valores humanos, preferência musical, identificação grupal e comportamentos anti-sociais.** 207 f. 2004. Dissertação de Mestrado Não-Publicada. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

RODRIGUES, A. *et al.* **Psicologia Social.** RJ, Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2000.

SOUTHWICK, C. H. The biology and psychology of crowding in man and animals. **The Ohio Journal of Science**, v. 71, n. 2, pp. 65-72, 1971. Disponível em: https://kb.osu.edu/bitstream/handle/1811/5597/1/V71N02_065.pdf. Acessado em: Abr. 2023.

VIEIRA, T. M. **Fatores de Aprendizagem Social, Comportamento Agressivo e Comportamento Lúdico de Meninos Pré-Escolares.** 2007. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA.

CAPÍTULO 8

ENTENDENDO A MISOGINIA ONLINE: ASPECTOS PSICOSSOCIAIS

Taciane Cavalcanti do Amaral Mota

RESUMO

Com o advento das tecnologias, a misoginia online surgiu, em detrimento disso, estudos foram desenvolvidos e comprovaram o aumento dos casos de violência contra mulheres nas mídias sociais. Tendo isso em vista, podem ser citadas várias pesquisas realizadas a fim de estudar esse fenômeno. Esses estudos são na área de masculinidade tóxica, misoginia online, assédio *online*, *revenge porn*, *gendertrolling* e ódio contra a mulher. Essa problemática é alarmante, pois a misoginia sofrida no mundo *offline*, também está presente no mundo online, e com isso, surgiram diversas formas de opressão para a mulher também nas plataformas digitais. Portanto, serão discutidas as diversas formas de misoginia na internet, como os infratores agem em casos reais, os diversos contextos relacionados e a luta feminista para a libertação das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Misógeno. Online.

1. INTRODUÇÃO

O *revenge porn*, *gendertrolling*, abuso verbal, assédio sexual online, sextortion, manipulação de fotos, doxxing e cyberstalking são alguns dos tipos de violência online sofrida por mulheres, mas que geram repercussões além do contexto digital, no contexto offline também (GING; SIAPERA, 2018).

Com o avanço das tecnologias, foram criadas novas formas de misoginia, que só foram possíveis através das novas possibilidades tecnológicas. Para a exemplificação desse fato, é possível citar a pesquisa de Ging (2017), em seu estudo sobre a Manosfera, constatou que homens betas autodescritos utilizam discursos misóginos em certos espaços online a fim de promover que esses espaços continuem sendo masculinos e que a mulher se mantenha fora desses ambientes virtuais.

Tendo isso em consideração, outros pesquisadores estudam temáticas relacionadas como: Karla Mantilla (2013) sobre o *gendertrolling*; Banet-Weiser e Miltner (2016) no estudo da masculinidade tóxica; Vickery e Everbach (2018) sobre misoginia; Jane (2016) com sua pesquisa sobre o ódio misógeno em contexto online e por fim, pode-se citar também, Filipovic (2007) com o comparativo da existência da misoginia na online e o assédio sofrido no offline.

2. MISOGINIA ONLINE

É alarmante a quantidade de mulheres que sofrem com a misoginia online, em um espaço que deveria ser participativo e aberto a todos, já que segundo Lawson (2018), no início

do uso da internet, existia a ideia de que "os espaços digitais proviriam uma utopia livre de desigualdades onde as subjetividades flexionadas por raça, gênero, sexualidade, habilidade e classe poderiam ser fluidas ou totalmente apagadas". Entretanto, a realidade das plataformas digitais é totalmente diferente.

Para estudar as realidades virtuais, Espaig (2018) desenvolveu um estudo sobre o "trash talk", essa pesquisa foi realizada em uma comunidade de jogos online que incentiva a desigualdade de gênero. Já o estudo de Semenzin e Bainotti (2020), pesquisou sobre a divulgação de imagens íntimas de mulheres de forma não consensual em grupos de Telegram. Além desses, também pode ser relatado os estudos de Ging (2017); Hess e Flores (2016) sobre "Cum tribute", que é a ejaculação na imagem da pessoa, em telas de smartphones ou fotos. Diante desse cenário preocupante, é crescente o número de casos envolvendo a misoginia no contexto online, sendo o Brasil um dos países mais desiguais do mundo em relação a gênero, segundo o relatório de 2010 da ONU.

É visto que, mulheres e meninas que expõem suas opiniões publicamente online enfrentam abusos, em detrimento da discriminação sexual e de gênero presente amplamente no mundo offline e se mostra também no contexto online, conforme exposto no site Medium (2018). Esse ódio contra mulheres pode gerar consequências negativas e esses impactos foram investigados, a fim de analisar o que a misoginia online acarretou às mulheres que sofreram com esse tipo de violência.

Pois, segundo uma pesquisa realizada pela Anistia Internacional (2017), cerca de 76% das mulheres participantes disseram já ter sofrido algum tipo de abuso ou de assédio no meio digital e que isso as levaram a mudar o modo de usar as plataformas midiáticas, como restringindo publicações. Além disso, 61% das mulheres que sofreram os efeitos da misoginia online disseram ter apresentado sintomas de baixa autoestima e perda da autoconfiança como consequência da violência sofrida.

Tendo isso em vista, é notável que o espaço online tem se tornado cada vez mais heteronormativo e hegemonicamente masculino, de acordo com Drakett *et al.* (2018). Se tornando um espaço em que a masculinidade tóxica vem crescendo segundo Han (2018), pois são vistos, de modo recorrente *tweets* que culpam e envergonham mulheres que sofreram estupro, dos quais possuem mais retuítes do que aqueles que defendem essas sobreviventes de violência sexual. (STUBBS-RICHARDSON *et al.*, 2018).

Diante do exposto, é estimado que existam cerca de 400.000 *tweets* caluniosos diariamente, segundo dados da Felmlee *et al.* (2020). Pois, segundo Naughton (2016), o Twitter se transformou em um amplificador, sendo então, as mensagens postadas nessa plataforma, espalhadas rapidamente sem custo algum.

3. ASSÉDIO ONLINE

O assédio online ocorre diariamente, podendo ser observado que o ódio cibernético de gênero aumentou de forma muito acentuada desde 2011 (JANE, 2016). Existem evidências em relação ao discurso de ódio nocivo, o qual envolve comunidades cada vez mais amplas, acarretando o assédio de gênero cada vez maior do que quando comparado a literatura acadêmica anterior (HERRING, 2002). O estudo da Pew Research Center (2017) encontrou evidências de que 21% das mulheres que participaram do estudo, relataram já ter sofrido violência sexual online, representando o dobro quando comparado aos homens participantes desse mesmo estudo.

Sendo consenso a existência de um padrão de gênero associado a esse tipo de violência, o gênero masculino, utilizando-se da violência como forma de controle e intimidação do gênero feminino, que na hierarquia do poder na sociedade, é visto com assimetrias (HERRING, 2002). Tendo isso em vista, um exemplo de assédio online sofrido é o da deputada Diane Abbott – primeira deputada negra do Parlamento Reino Unido – em que recebeu mais de 8.000 tweets em menos de 6 meses, com mensagens de conteúdo abusivos, no ano de 2017.

Além disso, outros dados apontam que 45% dos assédios de gênero, ocorrem virtualmente (DIREITO DAS MULHERES, 2021), dos quais, estão fundamentados na realidade offline, em que nas experiências próprias do cotidiano, as mulheres sofrem com o sexismo advindo de uma sociedade patriarcal (MEGARRY, 2014).

Os tipos de assédio no mundo virtual são diversos, como por exemplo, os agressores fazem xingamentos a aparência da mulher e a sua inteligência, como também, as ameaçam de morte (CHEN *et al.*, 2020). Além disso, já foram relatados diversos casos de assédio em aplicativos de relacionamento ou sites de namoro (THOMPSON, 2018), e abusos sexuais através de imagens (UHL *et al.*, 2018).

4. MOVIMENTO FEMINISTA DE COMBATE A MISOGINIA

O movimento da primeira onda feminista, surgiu com ideias de adquirir direitos de cidadania para as mulheres, como por exemplo, as sufragistas que lutaram pelo direito ao voto

feminino. Outros pontos marcantes foram o direito da mulher a possuir propriedades, reforma de vestuário, direito a divórcio, custódia de filhos, controle da natalidade, entre outros.

O movimento da segunda onda feminista, que ocorreu a partir de 1960, foi um movimento voltado para a libertação de mulheres, luta por direitos e combate a violências como estupro, violência doméstica e o assédio sexual no trabalho. Já a terceira onda, teve o surgimento em torno do ano 1988, com uma enorme mudança cultural, as mulheres podiam praticar esportes, ter vida sexual de forma normalizada, trabalhar fora de casa e etc.

Já o movimento da quarta onda, que começou aproximadamente a partir de 2008, teve avanços significativos no mundo online com os avanços proporcionados pela globalização. Foram criados movimentos por jovens feministas como campanhas no Twitter, blogs e posts nas redes sociais com assuntos como aborto, igualdade de direitos, assédio em vias públicas, assédio no ambiente de trabalho, cultura do estupro, violência sexual nos campos universitários, assassinatos de mulheres, entre outros.

Portanto, com a expansão da internet, as mulheres conseguiram exercer o contrapoder. Desenvolvendo a autonomia e espaço de fala, com a utilização das redes de comunicações, que podem ser caracterizadas como fontes de poder na sociedade atual (RODRIGUES *et al.*, 2014). Diante do exposto, para que aconteça o rompimento do poder predominante, são desenvolvidos os movimentos sociais, organizados através das redes de comunicação sem fio e plataformas digitais, que produzem valores e objetivos de transformação da sociedade atual, esquivando-se do domínio dos detentores de poder institucional (CASTELLS, 2013).

Entretanto, existem lugares em que o movimento feminista ainda não conseguiu realmente adentrar, como em países islâmicos, dos quais as mulheres não são vistas com a igualdade devida, não tendo os seus direitos como ser humano respeitados. Portanto, essa realidade deve ser mudada através das lutas feministas, que buscam a libertação das mulheres que sofrem essa opressão (LANGNER, 2015).

Sendo então, a luta pela igualdade e liberdade (GOHN, 2013) as principais pautas do movimento feminista, tendo em vista que “O feminismo se tornou a palavra (e o estandarte) comum contra todas as causas de opressão feminina e a qual cada mulher, ou categoria feminina, vincularia seus temas e reivindicações” (CASTELLS, 2001).

5. CONCLUSÃO

Compreende-se, diante do exposto, a seriedade da misoginia online e a necessidade de esforços para seu combate, com intuito de promover a minimização da problemática nos

diversos caminhos. Pode ser observado então, como os movimentos feministas têm grande relevância social e são fundamentais na luta pela igualdade de gênero. Tendo atuações em diversas frentes, como: campanhas de hastags, ações coletivas de ativismo digital feminista, intervenções legais - como a punição devida dos perpetradores da misoginia - e o desenvolvimento de estratégias para o combate a misoginia online.

Portanto, diante do exposto, o movimento online #MeToo é um exemplo que obteve grande repercussão na luta contra as violências sexuais e de gênero, obtendo grande visibilidade. Entretanto, ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que a igualdade de gênero seja uma realidade e que a misoginia acabe, tanto online quanto offline.

REFERÊNCIAS

BANET-WEISER, S.; MILTNER, K. M. #MasculinitySoFragile: culture, structure, and networked misogyny. **Feminist Media Studies**, 1, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14680777.2016.1120490>>. Acessado em: Abr. 2023.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra S.A., 2001.

CHEN, G. M. *et al.* ‘You really have to have a thick skin’: A cross-cultural perspective on how online harassment influences female journalists. **Journalism**, Texas, 7, abr. 2020. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1464884918768500>>. Acessado em: Abr. 2023.

DRAKETT, J. *et al.* Old jokes, new media – Online sexism and constructions of gender in Internet memes. **Feminism & Psychology**, {s.l}, 1, fev. 2018. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0959353517727560>>. Acessado em: Abr. 2023.

DUGGAN, M. **Online Harassment 2017**. 2017. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/internet/2017/07/11/online-harassment-2017/>. Acessado em: Abr. 2023.

EASPAIG, B. N. G. An exploratory study of sexism in online gaming communities: Mapping contested digital terrain. **Community Psychology in Global Perspective**, Austrália, 4(2), set. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327834505_An_Exploratory_Study_of_Sexism_in_Online_Gaming_Communities_Mapping_Contested_Digital_Terrain. Acessado em: Abr. 2023.

FELMLEE, D. I.; RODIS, P.; ZHANG, A. Sexist slurs: Reinforcing feminine stereotypes online. **Sex Roles**, 83, nov. 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11199-019-01095-z>. Acessado em: Abr. 2023.

FILIPOVIC, J. Blogging While Female: How Internet Misogyny Parallels "Real-World" Harassment. **Yale Journal of Law and Feminism**. {s.l.}, 19, fev. 2007. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Blogging-While-Female%3A-How-Internet-Misogyny-Filipovic/c4772256643582a35ba27c64b7a834c2732dae1f>. Acessado em: Abr. 2023.

GING, D.; SIAPERA, E. Edição especial sobre misoginia online. **Feminist Media Studies**, Dublin, 4, jul. 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14680777.2018.1447345>. Acessado em: Mar. 2023.

GING, D. Alphas, betas, and incels: theorizing the masculinities of the manosphere. **Men and Masculinities**, {s.l.}, mai. 2017. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1097184X17706401>. Acessado em: Abr. 2023.

HAN, X. Searching for an online space for feminism? The Chinese feminist group Gender Watch Women's Voice and its changing approaches to online misogyny. **Feminist Media Studies**, {s.l.}, 4, mar. 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14680777.2018.1447430>. Acessado em: Abr. 2023.

HERRING, S. C. Cyber Violence: Recognizing and Resisting Abuse in Online Environments. **Asian Women**, Bloomington, 14, 2002. Disponível em: <https://info.sice.indiana.edu/~herring/violence.html>. Acessado em: Jan. 2023.

JANE, E. A. Online misogyny and feminist digilantism. **Continuum**, {s.l.}, 3, mar. 2016. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10304312.2016.1166560>. Acessado em: Abr. 2023.

HESS, A.; FLORES, C. Simply more than swiping left: A critical analysis of toxic masculine performances on Tinder Nightmares. **New Media & Society**, {s.l.}, 20(3), dez. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/311445837_Simply_more_than_swiping_left_A_critical_analysis_of_toxic_masculine_performances_on_Tinder_Nightmares. Acessado em: Abr. 2023.

LANGNER, A.; ZULIANI, C.; MENDONÇA, F. O movimento feminista e o ativismo digital: conquistas e expansão decorrentes do uso das plataformas online. In: **3 Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede**, 3, 2015, Santa Maria. Anais. Santa Maria: UFSM, 2015. p.1-p.14. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/3-12.pdf>. Acessado em: Abr. 2023.

LAWSON, C. E. Platform vulnerabilities: Harassment and misogynoir in the digital attack on Leslie Jones. **Information, Communication & Society**, 21(6), fev. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323227403_Platform_vulnerabilities_harassment_and_misogynoir_in_the_digital_attack_on_Leslie_Jones. Acessado em: Abr. 2023.

MANTILLA, K. Gendertrolling: Misogyny Adapts to New Media. **Feminist Studies**, {s.l.}, 2, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23719068>. Acessado em: Abr. 2023.

MEGARRY, J. Incivilidade online ou assédio sexual? Conceituando as experiências das mulheres na era digital. **Fórum Internacional de Estudos da Mulher**, {s.l.}, 47, dez. 2014.

Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277539514001332>.
Acessado em: Fev. 2023.

NAUGHTON, J. **Why social media is the real Trump card in the US election**. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/apr/03/donald-trumpinternet-success-twitter-us-election-media>. Acessado em: Abr. 2023.

RODRIGUES, A. G.; GADENZ, D.; RUE, L. A. Feminismo.com: O movimento feminista na sociedade em rede. **Derecho y Cambio Social**, Santa Maria, 1, abr. 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5472578>. Acessado em: Abr. 2023.

SEMENZIN, S.; BAINOTTI, L. The use of telegram for non-consensual dissemination of intimate images: Gendered affordances and the construction of masculinities. **Social Media+Society**, 6(4), abr. 2020. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/The-Use-of-Telegram-for-Non-Consensual-of-Intimate-Semenzin-Bainotti/ddeda60469edbec5983197cb469cee6021128a22>. Acessado em: Abr. 2023.

STUBBS-RICHARDSON, M.; RADER, N. E.; COSBY, A. G. Tweeting rape culture: Examining portrayals of victim blaming in discussions of sexual assault cases on Twitter. **Feminism & Psychology**, {s.l}, 1, fev. 2018. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0959353517715874>>. Acessado em: Abr. 2023.

THOMPSON, L. “I can be your Tinder nightmare”: Harassment and misogyny in the online sexual marketplace. **Feminism & Psychology**, {s.l}, 1, fev. 2018. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0959353517720226>>. Acessado em: Abr. 2023.

#TOXICTWITTER: **Violência e Abuso Contra as Mulheres Online**. Medium, 2018. Disponível em: <https://medium.com/@AmnestyInsights/unsocial-media-tracking-twitter-abuse-against-women-mps-fc28aeca498a>. Acessado em: Jan. 2023.

UHL, C. A. *et al.* An examination of nonconsensual pornography websites. **Feminism & Psychology**, {s.l}, n. 1, fev. 2018. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0959353517720225>>. Acessado em: Abr. 2023.

VICKERY, J. R.; EVERBACH, T. (Orgs.). **Mediating misogyny: gender, technology, and harassment**. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019.

CAPÍTULO 9

REFLEXÕES SOBRE A PESQUISA QUALITATIVA EM PSICOLOGIA

Taciane Cavalcanti do Amaral Mota

RESUMO

Esse trabalho trata sobre reflexões acerca da pesquisa qualitativa em psicologia, a qual discute significados, crenças, atitudes e subjetividades, a fim de estudar os fenômenos sociais. Para esse tipo de pesquisa, existem diversas técnicas utilizadas nas ciências sociais, mas serão discutidas nesse momento apenas a análise de conteúdo, a entrevista semiestruturada, o grupo focal, a observação participante e, por fim, a pesquisa intervenção.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa Qualitativa. Psicologia. Análise de Conteúdo. Entrevista Semiestruturada. Observação Participante.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa qualitativa em psicologia trabalha com os significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2007). A partir disso, são estudados os fenômenos humanos e sociais, com a intenção de interpretar a realidade que nos rodeia. Para Godoy (1995) a pesquisa qualitativa:

[...] não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo a medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 58).

Tendo isso em vista, é compreendido o caráter discursivo e polissêmico (TAQUETTE; MINAYO, 2016) da pesquisa qualitativa, a qual possui um abrangente escopo, que são estudados pela literatura especializada (BICUDO; COSTA, 201; PATTON, 1990; LINCOLN; GUBA, 1985). Tendo nesse tipo de pesquisa, diferentes perspectivas, modalidades, desenhos, técnicas, abordagens, investigações, compreensões e etc (GONZÁLEZ, 2020). Portanto, a fim de explorar e refletir sobre a temática, serão apresentados alguns dos métodos da pesquisa qualitativa utilizados em psicologia.

2. ANÁLISE DE CONTEÚDO

É visto que, o método da análise de conteúdo surgiu das tentativas de analisar a bíblia sagrada, e depois foi usado com outros intuitos, aplicado a psicologia clínica e a psicanálise, por exemplo. O método de análise de conteúdo pode ser realizado tanto na pesquisa quantitativa quanto na qualitativa, entretanto, com diferentes aplicações. Além disso, pode ser utilizada na

pesquisa quali-quantitativa, nesse tipo de pesquisa, são utilizados recursos estatísticos e abordagem qualitativa, segundo Triviños (1987).

A autora Laurence Bardin, em seu livro sobre a análise de conteúdo de intitulado de “*L'analyse de contenu*” de 1977, compreende que esse método serve para analisar as comunicações, principalmente o conteúdo das mensagens, ressaltando-se assim o uso desse método para a pesquisa qualitativa. Além disso, esse livro é considerado um manual para a compreensão da operacionalização do método, os princípios e conceitos fundamentais (CARDOSO; OLIVEIRA; GHELLI, 2021).

Sendo então, a análise de conteúdo uma metodologia de análise de dados que atua na exploração de mensagens e informações, em trabalhos de natureza fenomenológica, dialética, etnográfica, entre outras (MORAES, 1999). A qual tem como principais técnicas a análise categorial; análise do discurso; análise de avaliação; análise de anúncio análise de expressão e, por fim, a análise das relações (BARDIN, 1977).

Em relação as etapas de uso da análise de conteúdo, a pré-análise se caracteriza pela organização do material e por reunir as técnicas que serão utilizadas para se alcançar as informações, estabelecendo o corpus da investigação. Para constituir o corpus, existem regras, a primeira entre elas é a regra da exaustividade, que implica em acesso a todos os elementos do corpus.

A segunda regra é a da representatividade, em que a amostra deve ser uma parte representativa do universo inicial. A terceira regra diz respeito a homogeneidade, em que os documentos selecionados devem obedecer a critérios. E, por fim, a quarta regra é relacionada a pertinência, em que os documentos deve ter uma correspondência em relação ao objetivo da pesquisa.

3. A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

A entrevista semiestruturada é importante para a coleta de informações, sendo um método de pesquisa adequado para o desenvolvimento de estudos que buscam resolver problemas e perguntas na ciência (MCGRATH; PALMGREN; LILJEDAHL, 2019) utilizada em muitas áreas, dentre elas, a psicologia. É observado então, que a entrevista semiestruturada pode ser utilizada como único método ou como um método de apoio (MANZINI, 2012).

É interessante observar que nesse tipo de pesquisa o informante também elabora o conteúdo e não somente o pesquisador, o que enriquece grandemente a entrevista, pois dessa

forma o entrevistado sai da posição passiva e fica em uma posição ativa também, o que pode resultar em grandes contribuições para a pesquisa.

Dando início a atividade, o pesquisador pode visitar a comunidade com o intuito de compreender se será bem aceita a realização da entrevista, bem como, obter informações necessárias sobre o local, selecionar os informantes e realizar a elaboração prévia do roteiro de perguntas (BATISTA; MATOS, NASCIMENTO, 2019).

Ao iniciar a entrevista, o pesquisador deve explicitar para o investigado seus objetivos e gravar a entrevista mediante a aprovação do participante, para que dessa forma, no momento do estudo se tenha todo o material na íntegra, além de realizar anotações sobre observações importantes. Havendo assim, o enriquecimento do conteúdo, pois se compreendem também os aspectos individuais daquele participante.

Além disso, tendo em vista o bom andamento da pesquisa, é necessário que o investigador promova uma experiência agradável e harmônica para o entrevistado, demonstrando que o que ele tem a contar é relevante e interessante para que o informante mantenha o interesse e espontaneidade.

Por fim, compreende-se a existência de vários tipos de perguntas que o pesquisador pode fazer, se ele for da linha fenomenológica deve buscar descobrir os significados dos comportamentos das pessoas, já a sócio-histórica está em busca de saber as razões do fenômeno social, o método dialético realiza análise aprofundada dos fenômenos sociais.

4. GRUPO FOCAL

O grupo focal traz a necessidade de se articular os aspectos cognitivos e emocionais por meio de reflexões, tendo como referencial teórico a psicologia sócio-histórica, com as ideias de Vygotsky. É compreendido a necessidade de se promover momentos em que seja possível expressar sentimentos, expectativas, posicionamentos, articulando assim, a emoção e a cognição.

Essa técnica foi introduzida em 1940 e é trabalhada em várias áreas, como: pesquisas sociais, marketing, propaganda, comunicação (STEWART; SHAMDASANI, 1990). O baixo custo da utilização dessa técnica, aliada ao alto nível de dados confiáveis, fez com ela fosse amplamente utilizada nas pesquisas de marketing (SILVA; TRAD, 2005), e também para os campos da pesquisa social.

A metodologia do grupo focal visa interações espontâneas sobre um tema em específico, fazendo com que os participantes se sintam confortáveis em compartilhar suas opiniões e fazer contribuições ao grupo, além de considerar as diferentes visões dos sujeitos e dos grupos sociais a que pertencem (TANAKA; MELO, 2004).

As interações podem ocorrer entre o pesquisador e o pesquisado e também entre os próprios pesquisados, porém, buscando-se manter o foco em um tema específico. É função do pesquisador evitar distrações, auxiliando o grupo a manter o foco no tema e analisar os gestos e os significados das falas dos participantes do grupo focal. Além disso, também é função do pesquisador criar um ambiente que seja agradável para os participantes, para que possam discutir e falar sobre os seus pontos de vista (MINAYO, 2000).

Em relação a aplicação, a metodologia do grupo focal é aplicada com o intuito de que os participantes compreendam a própria experiência, levando em consideração as perspectivas cognitivas e emocionais relacionadas, baseando-se na comunicação e interação (KITZINGER, 2000). Um exemplo de utilização da técnica, é que inicialmente seja aplicado um questionário com questões básicas, depois solicitado que os participantes respondam as questões propostas, realizando-se dinâmicas relacionando a trajetória pessoal dos participantes com as práticas que estão sendo discutidas dependendo do contexto.

Por fim, podem ser realizadas análises dos núcleos de significação, em que é aberto um espaço de diálogo para expressar sentimentos, experiências, valores, afetividade e reflexões articulando a cognição e emoção. Buscando compreender, de acordo com a teoria Vygotskiana, o percurso de vida e seu desenvolvimento pessoal e profissional, reconhecendo suas bases afetivo-volitiva.

5. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

A observação participante é uma técnica que vai muito além do descrever, é a busca minuciosa sobre o fenômeno como o seu todo (RICHARDSON *et al.*, 2012) procurando explicar, identificar o sentido e a dinâmica do que se está observando, em busca de compreender as pessoas e suas atividades na realidade da ação, onde o investigador tem contato direto com os observados e recolhe os dados de forma sistemática, a qual passa por processos de validação e controle.

O investigador é quem recolhe os dados e os interpreta, com ênfase na interpretação individual, para fazer isso é necessário consciência e compreensão sobre os significados de ações e interações sociais, tendo a habilidade em estar com as pessoas em campo, observando

de forma sistemática. Tendo em vista a sistematização da observação, Leininger (1985) desenvolveu um método que contém quatro fases: observação inicial, observação inicial com alguma participação, participação com alguma observação e observação reflexiva.

Já para Lapassade (1991), existem três tipos de observação participante, sendo elas: observação participante periférica: o qual o observador apresenta certa implicação no grupo; a observação com participação ativa, em que o observador participa das atividades; e por fim, a observação participante total, que possui indicação de estudos etnometodológicos.

É necessário haver flexibilidade, como por exemplo no grau de participação do observador, como citado anteriormente pela literatura especializada. Como também, é necessário haver a escuta e observação dos comportamentos por parte do observador e o estabelecimento de uma relação de confiança entre o pesquisador e o participante (BERNARD, 2006).

Por fim, é compreendido que para a realização do estudo é utilizado o caderno de campo para fazer as notas, tendo como foco os objetivos, para evitar a dispersão, além de tempo de duração de atividades flexível. Tendo isso em vista, é acentuada a grande importância da realização de notas de modo sistemático, para conseguir refletir posteriormente sobre a experiência a que foi observada.

6. PESQUISA-INTERVENÇÃO

A pesquisa-intervenção aborda a perspectiva sócio-histórico-política - a qual possui forte influência do movimento institucionalista, (ROCHA; AGUIAR, 2003) - construindo novas bases para as ações dos psicólogos nas instituições, utilizando-se das pesquisas de campo, a qual entende o papel do pesquisador no sentido de modificar o objeto de estudo no campo, produzindo assim conhecimento.

Tendo como alvo desordens para então realizar análises visando otimizar recursos e relações, tendo como objetivo também a mudança da ordem social com a articulação da teoria e da prática para promover transformações sociais e políticas, se preocupando com o coletivo.

A pesquisa-intervenção tem caráter socioanalítico, o qual indaga sobre a ordem da relação que exclui os sujeitos, com intuito transformador da realidade social e política. A concepção de sujeito e grupo faz uma crítica a teorias estruturalistas, a equivalência sujeito-indivíduo e a noção de consciência unitária, pois considera os sujeitos e grupos como sendo heterogêneos, subjetivos, plurais, contendo multiplicidade. Tendo isso em vista, a relação entre

pesquisador, participante e fenômeno é determinante para os caminhos da pesquisa (AGUIAR; ROCHA, 1997).

A pesquisa-intervenção amplia o nível de análise para o microssocial, realizando pesquisas de campo com a utilização de diários de campo, que atuam como ferramenta do pesquisador no campo (KROEF; GAVILLON; RAMM, 2020) levando então o debate acerca dos conhecimentos do pesquisador, seus desejos, angústias, dificuldades e avanços. (PEZZATO; L'ABBATE, 2011)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho foram apresentadas reflexões acerca de alguns tipos de pesquisa qualitativa utilizados na psicologia e nas ciências humanas de forma geral e considerações acerca da polissemia que caracteriza esse tipo de pesquisa. Além da discussão sobre o contato do pesquisador com a situação estudada, a subjetividade dos participantes e pesquisador podem ser descritos como a noção-chave, promovendo uma ampla compreensão dos fenômenos em estudo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, K. F.; ROCHA, M. L. Práticas universitárias e a formação sócio-política. **Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política**, {s.l}, 3(4), 1997. Disponível em: <https://www.acheronta.org/acheronta11/socio-politica-p.htm>. Acessado em: Abr. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, E. C.; MATOS, L. A. L.; NASCIMENTO, A. B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, 3, jul. 2017. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17910>. Acessado em: Abr. 2023.

BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches**. Oxford: Altamira Press, 2016.

BICUDO, M. A. V.; COSTA, A. P. **Leituras em pesquisa qualitativa**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

CARDOSO, M. R. G.; OLIVEIRA, G. S.; GHELLI, K. G. M. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, Uberlândia, 43, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2347/1443>. Acessado em: Abr. 2023.

GODOY A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. São Paulo: Revista de Administração de Empresas, 1995.

GONZÁLEZ, F. E. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, 17, ago. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fredy-Gonzalez-9/publication/346063651_Reflexoes_sobre_alguns_conceitos_da_pesquisa_qualitativa/links/5fc524b74585152e9be4a8fc/Reflexoes-sobre-alguns-conceitos-da-pesquisa-qualitativa.pdf. Acessado em: Abr. 2023.

KITZINGER, J. Focus groups with users and providers of health care. In: POPE, C.; MAYS, N. (Org.). **Qualitative research in health care**. London: BMJ Books, 2000.

KROEF, R. F. S.; GAVILLON, P. Q.; RAMM, L. V. Diário de campo e relação do (a) pesquisador (a) com o campo-tema na pesquisa intervenção. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, 2, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4518/451866262005/451866262005.pdf>. Acessado em: Abr. 2023.

LAPASSADE, G. L. **Éthnosociologie**. Paris: Méridiens Klincksieck. 1991.

LEININGER, M. **Etnography and Ethnonursing: models and modes of qualitative data analysis**. Orlando: Grune & Stratton; 1985.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. **Naturalistic inquiry**. Beverly Hills: Sage Publications, 1985.

MANZINI, E. J. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um Programa de Pós-graduação em Educação. **Revista Percursos**, 2, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/114753>. Acessado em: Abr. 2023.

MCGRATH, C.; PALMGREN, P. J.; LILJEDAHL, M. Twelve tips for conducting qualitative research interviews. **Medical Teacher**, 9, set. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30261797/>. Acessado em: Abr. 2023.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 9-29. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acessado em: Abr. 2023.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. Porto Alegre: Revista Educação, 1999.

PATTON, M. Q. **Qualitative Evaluation and Research Methods**. Newbury Park: Sage Publications, 1990.

PEZZATO, L. M.; L'ABBATE, S. O uso de diários como ferramenta de intervenção da Análise Institucional: Potencializando reflexões no cotidiano da Saúde Bucal Coletiva. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, {s.l} 21(4), dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/cMmw8qyYBMKJBgJtrqv7CWh/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: Abr. 2023.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: Ciência e profissão**, {s.l}, 23(4), dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/XdM8zW9X3HqHpS8ZwBVxpYN/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: Abr. 2023.

SILVA, I. Z. Q. J.; TRAD, L. A. B. O trabalho em equipe no PSF: investigando a articulação técnica e a interação entre os profissionais. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, {s.l}, 16, fev. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/VCGLPDPfFmn6cBSKDrvXbdfd/abstract/?lang=pt>. Acessado em: Abr. 2023.

STEWART, D. W.; SHAMDASANI, P. **Focus group research: exploration and discovery**. Newbury Park: Sage, 1990.

TAQUETTE, S. R.; MINAYO, M. C. Análise de estudos qualitativos conduzidos por médicos publicados em periódicos científicos brasileiros entre 2004 e 2013. **Physis**, Rio de Janeiro, 2, jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312016000200417&lng=en&nrm=iso. Acessado em: Abr. 2023.

TANAKA, O.; MELO, C. Reflexões sobre a avaliação em serviços de saúde e a adoção das abordagens qualitativa e quantitativa. In: BOSI, M. L. M.; MERCADO, F. J. (Org.). **Pesquisa qualitativa de serviços de saúde**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 121-136.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

CAPÍTULO 10

A PRÁTICA DA TENDÊNCIA ATUALIZANTE PELAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Iarley Pereira de Sousa
Leilane Menezes Maciel Travassos
Romércia Batista dos Santos

RESUMO

As pessoas com deficiência tiveram seu direito de acesso ao ensino superior e técnico de nível médio, no Brasil, com o advento da Lei n. 13.409/2016, que incluiu estes cidadãos no rol dos tutelados pelo sistema de cotas. No entanto, muitos são os desafios que as pessoas com deficiência enfrentam para permanecer no ensino superior. Este estudo objetivou discutir a percepção que os discentes com deficiência dos cursos de graduação do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), possuem desses desafios e quais as estratégias de enfrentamento são criadas por eles. O marco teórico utilizado foi a Abordagem Centrada na Pessoa, de Carl R. Rogers, especificamente, discutindo-se o conceito de tendência atualizante. A pesquisa teve caráter básico, de abordagem qualitativa e descritiva, tendo como amostra, sete pessoas com deficiência, entre 18 e 53 anos, sendo quatro do sexo feminino e três do sexo masculino. Seis dos participantes ingressaram na universidade por meio do sistema de cotas para pessoas com deficiência; dois possuem deficiência visual, um possui deficiência auditiva e quatro possuem deficiência física. Para coleta de dados, aplicou-se uma entrevista semiestruturada. Os dados coletados foram submetidos a uma análise de dados qualitativa, por meio da análise de conteúdo de Bardin (2016). Os principais desafios identificados foram: as dificuldades financeiras, demonstrando que a pobreza e a deficiência são marcas de uma sociedade desigual; problemas de infraestrutura da instituição e na falta de estratégias pedagógicas adequadas por parte dos docentes; falta de abertura no meio acadêmico para acolher e conviver com a diversidade que gera o preconceito e a exclusão; dentre outras. Como estratégias de enfrentamento identificou-se a tendência atualizante, um fator protetivo (religiosidade) e a presença de grupos de apoio (família, amigos), embora os participantes não os identifiquem como tal porque a visão é que um grupo de apoio é algo institucional e, neste sentido, os participantes pouco conseguem identificar a sua existência, no âmbito acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Percepção. Desafios. Enfrentamento. Educação Inclusiva. Tendência Atualizante.

1. INTRODUÇÃO

1.1 O acesso ao ensino superior das pessoas com deficiência

As discussões referentes aos direitos educacionais das pessoas com deficiência começam com a elaboração dos conceitos de educação especial, dividida em suas categorias: educação exclusiva e educação inclusiva.

Segundo o art. 58 da Lei n. 9394/1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), educação especial seria a área da Educação que possui a finalidade de acompanhar e proporcionar a aprendizagem das pessoas com necessidades educacionais especiais, entre elas, as pessoas com deficiência. Segundo Sousa (2013), o objetivo é que as pessoas com deficiência

tenham acesso à educação e possam ser instruídas, segundo seu ritmo e seus processos próprios de aprendizagem. A educação especial se subdivide em duas modalidades: a educação exclusiva e a educação inclusiva.

A educação exclusiva entende que as pessoas com deficiência devem todas estudar nos mesmos locais, adaptados a promover sua aprendizagem de forma especializada. Assim, por exemplo, pessoas com deficiência visual devem todas serem reunidas num mesmo instituto especializado em educá-las, como nos chamados Institutos de Cegos (SOUSA, 2013).

A educação inclusiva, segundo Sousa (2013), defende um processo de inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino, independentemente, do nível escolar. O convívio escolar nas salas regulares de ensino, teria papel importante, no processo de aprendizagem das pessoas com deficiência, além de promover em todas as pessoas, com ou sem deficiência, os valores de igualdade e de respeito, a ideia de que todos são cidadãos, têm os mesmos direitos e podem desenvolver suas capacidades, se forem respeitados em sua dignidade e se forem oferecidos os meios necessários. As situações específicas de aprendizagem das pessoas com deficiência seriam contempladas por meios acessórios, como as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que funcionam em contraturno do período em que a pessoa com deficiência está matriculada na sala regular e do apoio de monitores.

O art. 6.º da CRFB/88, formalizou o direito a educação como direito social de todos os cidadãos brasileiros, independente, de seu nível econômico, crenças, identidades culturais ou deficiências. A CRFB/88 ainda diz que é dever do Estado garantir a educação inclusiva a todos que dela precisem (art. 208, III). Este direito também é garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9394/1996 (art. 58, 59 e 60).

No Brasil, está em vigor a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, que estabeleceu regras para o que se conhece por “sistema de quotas” para o ensino superior, apresentando os critérios de acesso, nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para grupos vulneráveis socialmente. A princípio, esta ação afirmativa estatal abrangia apenas pessoas oriundas de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas.

No entanto, em 28 de dezembro de 2016, esta referida lei sofreu alterações advindas da Lei n.º 13.409, de modo que as pessoas com deficiência também se tornaram beneficiadas pelo “sistema de quotas”. Este fato representou uma reparação histórica a um grupo de pessoas, costumeiramente, vitimado pela segregação e pela exclusão social.

Observou-se que apesar de ter o direito ao acesso ao ensino superior nos últimos anos, há poucos alunos com deficiência nas universidades brasileiras. Poderiam ser apontados diversas explicações para este fato e todas, passariam, necessariamente, pelo caráter de exclusão impregnado nas sociedades capitalistas, em que as pessoas com deficiência cumprem: uma função econômica, como parcela de um exército reserva e uma função ideológica, sendo mantidas numa posição de inferioridade.

No entanto, a ideia aqui não é discorrer sobre esta constatação, mas sobre a permanência das pessoas com deficiência dentro das universidades do país, considerando as estratégias de enfrentamento dos inúmeros desafios encontrados por estas pessoas ao cursarem o ensino superior. Desafios que vão desde uma infraestrutura e currículos inadequados até a realidade da reprodução da segregação social no meio universitário.

Dessa forma, se propõe aqui uma reflexão sobre a questão da inclusão social das pessoas com deficiência no ensino superior, a partir dos conhecimentos da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) desenvolvida por Carl Rogers, com foco no conceito de tendência atualizante, como elemento de contribuição para o enfrentamento dos desafios, por parte das pessoas com deficiências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Abordagem Centrada na Pessoa (ACP)

A abordagem centrada na pessoa (ACP) foi concebida por Carl Rogers, como fruto de sua atuação profissional. Pertence as teorias de base existencial humanista e fenomenológica, assim como a Gestal-Terapia, de Fritz Perls e a Logoterapia, de Viktor Frankl. Rogers desenvolve o seu pensamento a partir de duas tendências: a tendência a realização, que seria característica da vida orgânica e a tendência formativa, própria do universo.

A tendência a realização, também chamada de tendência atualizante, seria a capacidade que todo indivíduo possui de crescer, de realizar-se, de construir-se. Seria uma capacidade positiva de todo ser, ou seja, o organismo tende a progredir e não a destruir-se, tende a preservar-se e evoluir, não ao caos. Nas palavras do próprio Rogers (2009, p. 40):

Podemos dizer que em cada organismo, não importa em que nível, há um fluxo subjacente de movimento em direção à realização construtiva das possibilidades que lhe são inerentes. Há também nos seres humanos uma tendência natural a um desenvolvimento mais completo e mais complexo. [...] A tendência realizadora pode, evidentemente, ser frustrada ou desvirtuada, mas não pode ser destruída, sem que se destrua também o organismo (ROGERS, 2009, p. 40).

Rogers (1983) afirma que as pessoas possuem dentro de si, diversos recursos para modificar seus autoconceitos, suas atitudes e seu comportamento autônomo. Estes recursos são ativados se houver um clima que propicie esta realidade.

Já a tendência formativa não seria algo de cada organismo, mas no próprio Universo. Para Rogers (2009), o Universo não estaria tendendo para o caos, a desordem e a destruição, no que comumente se chamada de entropia. Ao contrário, o universo teria uma tendência constantemente atuante em direção a uma ordem crescente e a uma complexidade interrelacionada, visível tanto no nível orgânico como no inorgânico. Esta também poderia ser chamada de sintropia (ROGERS, 2009).

Dessa forma, é fácil perceber que a ACP possui uma imagem positiva do ser humano. O homem não é um indivíduo doente, patológico, mas alguém, essencialmente bom. O objetivo da psicoterapia é potencializar o que o indivíduo possui de bom. Portanto, não se demora nas imperfeições do homem, mas em suas virtudes e capacidades.

Outra questão importante é a centralidade no presente da pessoa e não em seu passado. O indivíduo é levado a liberdade e a autoconsciência para que, ele mesmo, encontre respostas as suas perguntas e resoluções para seus problemas, a partir da autorreflexão e da busca do que ele mesmo possui de instrumentos para enfrentar as situações que lhe ocorrerem (ROGERS, 2009).

Rogers (1983) apresenta a necessidade da formação para que o indivíduo possa viver em harmonia e congruência consigo mesmo. Para tanto, seria necessária, entre outros fatores, a tendência realizadora.

Aplicando a teoria rogeriana à educação inclusiva, observa-se que Rogers (1985) afirmava que o grande desafio das instituições de ensino seria proporcionar um ambiente favorável, onde os docentes e discentes sintam-se livres para novas descobertas, sem que sofram nenhum tipo de censura ou pressão externas, de modo que cada um seja o que é, sem se enganar. Rogers (1985) propõe o que chamou de aprendizagem autoiniciada, que une sentimento e intelecto. Seria uma aprendizagem socialmente útil porque incorpora um processo de mudança no indivíduo, que aprende a aprender e se abre para novas experiências e novos conhecimentos. A aprendizagem depende da experiência pessoal do discente, da vivência integralizada das experiências. É essa atmosfera que a educação inclusiva precisa proporcionar, para que haja efetiva aprendizagem.

Para Almeida (2002), Rogers defende que os docentes que exploram a pessoa criativa de seus alunos, possibilitam um ambiente de liberdade de expressão e respeito mútuos. E essa atmosfera é essencial para a educação inclusiva. A valorização do afeto é determinante, pois o ato de aprender reúne aspectos cognitivos, mas também afetivos.

Lima, Barbosa e Peixoto (2018) escrevem que o modelo autoiniciado, caracterizado pela aprendizagem de forma significativa e centrada na pessoa, permite que todo e qualquer indivíduo, independentemente de suas limitações, sejam biológicas ou cognitivas, se adapte às modificações próprias da vida, de forma contínua, pois a vida é feita de mudanças, o que hoje é estabelecido como certo, pode mudar amanhã. Onde existir um ser fenomenológico, haverá mudanças. Não existem seres estáticos.

Zimring (2010) afirma que Rogers sugere, a partir de seu conceito de “não-diretividade” e de sua experiência clínica, que os docentes deveriam ter posturas similares a um terapeuta no trato com seus discentes, fazendo uso das atitudes facilitadoras (a autenticidade, a empatia e a aceitação incondicional). Assim, o professor acolheria e compreenderia seu aluno, oferecendo estima e presença nas experiências de novas descobertas, o que consolidaria uma aprendizagem verdadeira. Para tanto, o professor deveria trabalhar a autenticidade, a empatia e a aceitação incondicional em si mesmo, para adquirir uma atitude humanizada. Percebe-se o quanto essa concepção é necessária à educação inclusiva.

A autenticidade, também chamada de sinceridade ou congruência, é a capacidade que o docente ou o terapeuta deve ter de ser ele mesmo, sem máscaras, sem subterfúgios e sem fingimentos. Ele deve ser o mais verdadeiro possível, removendo entraves de caráter pessoal e profissional. Ser transparente seria a capacidade de conhecer o fluxo da vivência que ocorre no seu íntimo, um fluxo marcado pela complexidade e pela mudança contínua, afirmou Rogers (1977). Se o discente percebe esta verdade por parte do docente, ele também tenderá a ser verdadeiro em suas colocações.

A segunda atitude facilitadora seria a aceitação incondicional, também chamada de interesse ou consideração. Não seria uma convivência pacífica com um indivíduo em um momento específico, no caso na aula, mas uma aceitação de cada elemento da experiência que o discente vive. O docente aceitaria e acolheria o que quer que o discente seja na sala de aula. Esse acolhimento incondicional e total possibilita a mudança positiva do discente. O interesse do docente é uma consideração integral do discente, não pode ser nem possessivo, nem condicionado a algo (ROGERS, 1977)

A terceira atitude facilitadora é a compreensão empática ou simplesmente, empatia. É uma aproximação do professor da vivência do aluno, num processo de percepção e de experimentação dos significados dessas vivências, objetivando uma devolutiva de sentido. Seria confirmar que, ao ser compreendido, o indivíduo existe (ROGERS, 1977).

O próprio Rogers (1983, p. 38) deixa claro que “se as pessoas são aceitas e consideradas, elas tendem a desenvolver uma atitude de maior consideração em relação a si mesmas.”

Souza, Lopes e Silva (2013) afirmam que Rogers entende que o ato de aprender é peculiar, individual, singular, de modo que a vivência subjetiva precisa ser considerada. O discente assimila apenas o que lhe convém, o que relaciona ao seu contexto e dá importância. O docente precisaria aceitar incondicionalmente o discente, em seus medos, hesitações e ritmo de aprendizagem.

Ainda prelecionam Lima, Barbosa e Peixoto (2018) que Rogers dá ênfase a inclusão como um processo, que conjectura uma evolução permanente, antecipando a concepção do “eu” do indivíduo estabelecido neste processo. As pessoas se constituem, no cotidiano, por meio das interações que estabelecem, conforme se tornam um “outro” para algum sujeito, perfazendo um entrelaçado de “eus”. Ou seja, o “eu” (componente individual) articula-se com o “outro”, formando conexões. Quanto mais entrelaçado com diversas pessoas, mais os indivíduos evoluem, por meio da interação social.

Desse modo, ou seja, acolhendo a pessoa em sua integralidade, valorizando suas potencialidades, é possível favorecer a aprendizagem. Essa é a grande mudança que precisa ser posta em prática na educação inclusiva, para promover o crescimento de cada indivíduo.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para corroborar a hipótese de que a tendência atualizante pode de Rogers pode colaborar para que as pessoas com deficiência desenvolvam estratégias de enfrentamento aos desafios para a sua permanência no ensino superior, aplicou-se uma pesquisa com discentes do Curso de Bacharelado em Direito do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

A pesquisa teve caráter básico, de abordagem qualitativa e descritiva, tendo como amostra, sete pessoas com deficiência, entre 18 e 53 anos, sendo quatro do sexo feminino e três do sexo masculino, escolhidas aleatoriamente, entre os discentes matriculados no semestre letivo 2020.1. Como critérios de inclusão escolheu-se: matrícula ativa num dos cursos de graduação do CCJS/UFCG, diversidade dos tipos de deficiência, independentemente, do

discente ter sido aprovado no sistema de cotas ou não e do período que o aluno estivesse cursando. Adotou-se como critério de exclusão, que os participantes sejam maiores de idade, ou seja, tenham 18 (dezoito) anos completos ou mais.

Seis dos participantes ingressaram na universidade por meio do sistema de cotas para pessoas com deficiência; dois possuem deficiência visual, um possui deficiência auditiva e quatro possuem deficiência física. Para coleta de dados, utilizou-se uma entrevista semiestruturada composta por quatro questões: uma perguntou se a pessoa identificava algum desafio à sua permanência no seu curso e ter uma boa aprendizagem; outra sobre que dificuldades eram percebidas pelas pessoas com deficiência no seu curso e para a sua aprendizagem; outra sobre como elas enfrentam essas dificuldades e a última, se a pessoa conhecia alguma rede apoio diante do enfrentamento desses desafios percebidos.

Os dados coletados foram submetidos a uma análise de dados qualitativa, por meio da análise de conteúdo de Bardin (2016). Entre os objetivos da pesquisa, estava compreender se, na fala das pessoas com deficiência, há elementos do conceito rogeriano de tendência atualizante, na criação de estratégias de enfrentamento para sua permanência no ensino superior.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A percepção das pessoas com deficiência quanto aos desafios que enfrentam no ensino superior

Quando da aplicação da entrevista semiestruturada, segundo instrumento utilizado nesta pesquisa, a primeira questão que a mesma trazia não indagava diretamente quais os desafios que as pessoas com deficiência enfrentavam, para que não se viesasse as respostas. Perguntou-se, então, se o participante identificava alguma dificuldade para permanecer no seu curso e ter uma boa aprendizagem. Todos os participantes responderam que sim. No entanto, apenas três deles, já apontaram algumas dessas dificuldades, na resposta desta questão. Os demais apenas afirmaram a existência.

A segunda questão da entrevista semiestruturada perguntava quais eram as dificuldades que os participantes percebiam existir para que permanecessem em seu curso e tivessem uma boa aprendizagem. Apesar de alguns terem citado outros pontos, quase todas as respostas se concentraram nos problemas de infraestrutura da instituição e na falta de estratégias pedagógicas adequadas por parte dos docentes. Isso significa que, apesar do direito ao acesso das pessoas com deficiência à educação, independentemente do nível e modalidade, estar

assegurado juridicamente, na prática, as instituições e os docentes não estão preparados para oferecer um ensino de qualidade e o necessário para que estas pessoas tenham sua dignidade humana respeitada.

Barros, Silva e Costa (2015) escrevem que embora já se tenha um efetivo jurídico-institucional de políticas alinhadas com as propostas e objetivos defendidos pela educação inclusiva, existe uma distância razoável entre as ações político-jurídicas e o a realidade nos ambientes escolares. As autoras apontam que não se podia ter outro resultado que essa discrepância, visto que estes postulados oficiais são oriundos de um mundo globalizado e neoliberal e que, no fim, a educação inclusiva pode estar, na verdade, restringindo a efetividade da inclusão.

É de suma importância, visualizar as falas dos participantes, dada a riqueza dos depoimentos, conforme se apresenta no recorte da narrativa do Entrevistado 1 (2020, informação verbal concedida em 12/04/2020): “os recursos e a pouca atenção dada pela instituição e por alguns professores faz com que a pessoa muitas vezes se sinta menosprezado só por causa da deficiência que possui. Isso muitas vezes faz com que falte estímulo e vontade para estudar e seguir em frente”

A fala deixa nítido que tanto os problemas estruturais como a “falta de atenção” de alguns professores têm gerado um sentimento de desestímulo ao participante, inclusive, sentindo-se excluído por causa de sua deficiência. Ou seja, a falta de abertura no meio social para acolher e conviver com a diversidade, gera o preconceito e a exclusão.

O Entrevistado 5 (2020, informação verbal concedida em 19/04/2020), que possui deficiência visual, apontou como principal problema, os instrumentos de avaliação que não estão adequados às suas necessidades educacionais. Ela relata (2020):

A maior dificuldade são as provas, pois na maioria das vezes os professores elaboram provas com letras muito pequenas para haver economia de papel. E isso me causa muita dificuldade no momento de ler a prova com nitidez, causando assim prejuízo no meu desempenho no momento da avaliação. O ideal é que houvesse prova ampliada. Tenho dúvidas se os professores sabem da existência de alunos portadores de necessidades especiais no campus. Acredito que não (Entrevistado 5, 2020, informação verbal concedida em 19/04/2020).

Três participantes trouxeram a realidade da dificuldade de locomoção, por morarem em outros municípios, diferentes de onde se localiza o CCJS/UFCG. Os três possuem deficiência física e relataram muitos percalços que enfrentam para continuar estudando. Neste sentido, destaca-se a fala do Entrevistado 3 (2020):

Desde o início venho tendo uma enorme dificuldade em questão ao deslocamento todos os dias da minha residência, até a universidade, pois moro em outra cidade, onde faço um percurso de 2 horas, dela até Sousa, já vi algumas formas cabíveis para mudar isso, mas infelizmente foi sem sucesso, principalmente a de mudar de cidade, só que como sou deficiente e dependente de muita ajuda, para isso acontecer, tinha que vim minha família comigo, onde seria uma coisa nova pra todos, tornando-se assim, cada vez mais complicado, enfim levando em consideração, que essa rotina se torna muito cansativa, criando assim também um cansaço mental, dificultando um pouco na aprendizagem. Segundamente, queria ressaltar também que a universidade não é totalmente acessível, tanto que evito até sair de sala, pois o calçamento não é bom no deslocamento (Entrevistado 3, 2020, informação verbal concedida em 12/04/2020).

Observa-se, ainda, que a fala do entrevistado 3 (2020) reforça as dificuldades da estrutura da instituição, apontando a carência no tocante a acessibilidade em todo o campus. No entanto, a questão da acessibilidade será melhor abordada quando se discutir as respostas referentes ao terceiro instrumento da pesquisa.

Também foram apresentadas dificuldades que não dizem respeito a questões ligadas à deficiência, mas que são preocupações do cotidiano de uma instituição de ensino superior, como: métodos pedagógicos de alguns professores, número elevado de alunos nas salas, pouco acesso à extensão e à pesquisa, pouco material disponível e, muitas vezes desatualizado, para as demandas do Curso de Direito.

Salienta-se, ainda, as dificuldades de caráter subjetivo, que os participantes colocaram. O Entrevistado 2 (2020, informação verbal concedida em 12/04/2020) disse: “não tenho uma boa e suficiente integração com a turma ao qual estou inserido, tem as exceções, claro [...], me causa de certa forma um isolamento e pode acrescentar uma margem negativa no meu desempenho de aprendizagem.”

O discente não quis aprofundar sobre o que lhe causava este desconforto emocional, se era vítima de preconceito, por exemplo. Dois participantes colocaram situações que enfrentam em suas famílias. Já o Entrevistado 4 (2020) revelou um sentimento de inferioridade com relação aos seus colegas de turma, ao passo que, trouxe o elemento das ausências em sala por conta do acompanhamento médico que realiza diante da sua deficiência. Ela respondeu (2020):

O sistema de cotas é uma oportunidade única de acesso ao ensino superior mas uma grande parte dessas pessoas que entram por meio dela não tem uma preparação adequada para acompanhar o intelecto de outros colegas. No meu caso, a minha deficiência acabou interferindo bastante no âmbito acadêmico devido as inúmeras vezes que faltei nas instituições de ensino para fazer o tratamento dela (Entrevistado 4, 2020, informação verbal concedida em 19/04/2020).

Nota-se, portanto, que há uma grande diversidade de dificuldades percebidas, seja no âmbito acadêmico, social, familiar ou subjetivo, desde desafios de estrutura da instituição à problemas quanto as posturas docentes. Esse fato demonstra que a permanência das pessoas

com deficiência no ensino superior é um tema que merece um aprofundamento e uma atenção maior por parte de pesquisadores e profissionais. As barreiras enfrentadas não são uniformes e nem possuem explicações simples. Mas é preciso conhecê-las, para que se possa estudar e propor soluções reais e satisfatórias.

4.2 As estratégias de enfrentamento aos desafios utilizadas pelas pessoas com deficiência

A terceira pergunta da entrevista semiestruturada indagava como os participantes enfrentavam as dificuldades que eles percebiam para permanecer no ensino superior e ter uma boa aprendizagem. É aqui que a pesquisa identifica a tendência atualizante, postulado da teoria rogeriana, já discutida na fundamentação deste trabalho. De fato, consegue-se identificar diversas estratégias que remetem à capacidade de crescimento, de desenvolvimento e de superação das adversidades, nas falas dos participantes.

Santana (2013) cita que diversas sociedades possuem como padrão cultural a construção de que somente uma pessoa que tenha plena atividade de suas funções atinge suas atribuições sociais. No entanto, defende que essa condição cultural não pode impedir que o indivíduo se torne agente ativo e transformador de sua própria vida. Destaca, ainda, que Rogers fazia referência ao ser humano como agente transformador e ativo de sua vida.

Rogers e Kinget (1965/1979) dizem que:

[...] a tendência à atualização é a mais fundamental do organismo em sua totalidade. Preside o exercício de todas as funções, tanto físicas quanto experienciais. E visa constantemente desenvolver as potencialidades do indivíduo para assegurar sua conservação e seu enriquecimento, levando-se em conta as possibilidades e limites do meio (ROGERS; KINGET, 1965/1979, p. 41).

Dessa forma, percebe-se que embora seja inerente a cada pessoa, a tendência atualizante, pode sofrer limitações dependendo do meio em que o indivíduo se encontra. Assim, não se pode adotar uma postura de acomodação, como se bastasse à pessoa com deficiência “exercitar” sua tendência atualizante para que todos os desafios fossem vencidos. Faz-se necessária ação efetiva no sentido de garantia de respeito à dignidade e cidadania destas pessoas. Essa causa precisa ser assumida pelo Estado, pela sociedade e por todos os cidadãos.

Passa-se a apresentar as respostas dos participantes, para que melhor se visualize o que se discorreu até agora sobre a tendência atualizante no enfrentamento dos desafios. Assim respondeu o Entrevistado 1 (2020, informação verbal concedida em 12/04/2020): “Fé em Deus. Também tenho muita vontade de vencer na vida. Sempre com muita humildade e respeito vou procurar conversar com aqueles (as) que possa melhorar essa situação. E se precisar usarei a lei ao meu favor.”

O Entrevistado 2 (2020, informação verbal concedida em 12/04/2020): respondeu: “Procuo me esforçar o máximo possível para solucionar parte desses problemas, buscando me adaptar a esta nova realidade, esta ‘nova universidade’, tentando o máximo possível desafiar a desmotivação e frustrações nesta nova fase acadêmica.”

Urbano e Machado (2018) afirmam que a tendência atualizante permite que o ser humano desenvolva suas potencialidades a partir de suas necessidades reais e assim, possa fazer suas escolhas, crescendo e se desenvolvendo. E que o faz sem que tenha que abdicar do que considera enriquecedor para si. É o que se pode observar nas falas dos entrevistados 1 (2020) e 2 (2020) citadas nos parágrafos anteriores.

Já o Entrevistado 6 (2020, informação verbal concedida em 20/04/2020) deixou mais evidente a utilização da tendência atualizante no processo de enfrentamento: “Tendo foco e me mantendo firme, sabendo diferenciar as diversidades que encontro na frente sempre em busca de conseguir meus objetivos. Mesmo com tantas batalhas vencerei.”

Observa-se na fala acima, o que Rogers e Kinget (1965/1979) afirmam. Os autores dizem que o ser humano possui em si condições únicas quando à responsabilidade e a segurança. Seus comportamentos e atitudes positivos tendem a ser ressaltados diante de questões negativas.

A tendência atualizante também é encontrada no discurso do Entrevistado 4 (2020, informação verbal concedida em 19/04/2020): “o acesso que tive a educação não é suficiente e tão pouco preparatório para um curso superior, contudo, procuro adquirir o conhecimento perdido para acompanhar com uma menor dificuldade.”

Pode-se perceber, na fala acima, o que Justo *apud* Urbano e Machado (2018) traz sobre a tendência atualizante. O ser humano, em sua totalidade, apresenta “uma tendência essencial a adaptar-se, situar-se e ampliar-se a novas necessidades, de modo a propiciar o seu crescimento. A Tendência à Atualização conduz o ser humano a fortificar-se quanto a sua autonomia” (URBANO; MACHADO, 20018, p. 5). As ações humanas serão vistas como necessidades em crescer, independentemente da reação, pois todo indivíduo possuiria a realização de seus potenciais como algo necessário (JUSTO, 1987, *apud* URBANO; MACHADO, 2018).

Observou-se, ainda, que os participantes ressaltam em suas falas, a importância dos grupos de apoio social em que se inserem. O grupo mais relevante é a família. Os entrevistados 4 (2020) e 7 (2020) citam que a família ajuda com as questões financeiras. Já o entrevistado 3

(2020) fez o seguinte depoimento, onde se percebe a tendência atualizante, além do apoio familiar e do fator protetivo da religiosidade:

Primeiramente, pelo fato de querer muito e por ter sido uma coisa que sempre esteve incluído em meus sonhos e planos, conquistar não é fácil, então não é agora que vou desistir, **segundo também por minha família, que junto comigo estão fazendo o possível para que mais essa conquista seja realizada.** Com fé e determinação, Deus vai me ajudar a chegar lá! (Entrevistado 3, 2020, informação verbal concedida em 12/04/2020, grifo nosso).

O Entrevistado 6 (2020, informação verbal concedida em 20/04/2020) cita seu esposo e suas colegas de classe como apoio social para enfrentar as adversidades que encontra no curso: “Procuro estudar e resolver as questões de acordo com minha limitação. E quando há realização de outra atividade, peço auxílio do meu esposo que também estuda na mesma sala que eu, ou então das minhas amigas.”

Portanto, os participantes apresentam dois grupos de apoio social: família e amigos de sala e um fator protetivo: a religiosidade (Entrevistados 1 e 3, 2020, informação verbal concedida em 12/04/2020).

A quarta questão da entrevista semiestruturada remetia ao apoio social diretamente. Perguntou-se se o participante conhecia alguma rede de apoio que possa te ajudar nesse processo de enfrentamento. Apesar de terem citado a família e os colegas de sala como apoio social, eles não conseguem percebê-los como tal. Os participantes deixaram evidente que entendem como apoio social como algo de caráter institucional. Tanto que dois citaram as iniciativas do CCJS/UFCG como apoio social: o psicólogo do Programa de Atendimento ao Estudante (Entrevistado 2, 2020) e o Núcleo de Assistência Estudantil (Entrevistado 6, 2020).

Chamou atenção, o fato de que a maior parte dos participantes não conhecem ou afirmam não existir nenhum apoio social. Três (42,8%) dizem não saber informar se existe alguma rede de apoio e dois (28,6%) afirmam não existir nenhuma rede. O entrevistado 6 (2020, informação verbal concedida em 20/04/2020) ainda lamenta as poucas bolsas que a universidade disponibiliza e que “a burocracia é tão grande, que infelizmente desmotiva a pessoa a buscar.”

Por fim, o único participante a citar o Serviço de Psicologia oferecido pelo Programa de Atendimento ao Estudante (PAE), no caso, o Entrevistado 2 (2020), não o faz com segurança e confessa que ainda não buscou essa ajuda:

Fui informado que existe um profissional na instituição disponível nesta área, creio eu que seja um psicólogo, mas pela indisponibilidade de tempo, ainda não tive a oportunidade de buscar ajuda, sei que sinto a necessidade de um diálogo,

um desabafo, tipo assim, mas infelizmente nunca busquei essa possibilidade (Entrevistado 2, 2020, informação verbal concedida em 12/04/2020).

Em suma, o principal apoio social para os discentes com deficiência do CCJS/UFCG é o grupo familiar, seguido do grupo de amigos. No entanto, não são identificados como tais porque a visão é que um grupo de apoio é algo institucional e, neste sentido, os participantes pouco conseguem identificar a sua existência, no âmbito acadêmico. Como a pesquisa possuiu um viés mais voltado a instituição, é possível que isso tenha gerado alguma dificuldade de compreensão da questão, no sentido de somente se pensar nos grupos de apoio social como aqueles que são institucionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretendeu discutir a percepção dos desafios que as pessoas com deficiência vivenciam para permanecer no ensino superior e suas estratégias de enfrentamento, especialmente, depois que este direito lhes foi assegurado com a Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que alterou a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, incluindo as pessoas com deficiência no rol de beneficiados pelo sistema de quotas do ensino superior, seja em universidades federais, seja nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Dessa forma, a pesquisa propôs uma reflexão sobre a questão da inclusão social das pessoas com deficiência no ensino superior, a partir dos conhecimentos da Psicologia, especificamente da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) desenvolvida por Carl Rogers. A pesquisa sugeriu que os alunos com deficiência se utilizam tendência atualizante, como um possível elemento de contribuição para o enfrentamento dos desafios. Além disso, a pesquisa identificou a importância dos grupos de apoio social neste enfrentamento, notadamente, da família, dos amigos e dos grupos religiosos.

O objetivo geral foi alcançado, visto que se identificou os principais desafios percebidos pelas pessoas com deficiência que são alunas dos cursos de graduação do CCJS/UFCG e suas formas de enfrentamento. Uma diversidade de desafios foram apontadas: as dificuldades financeiras, que demonstram que a pobreza e a deficiência são marcas de uma sociedade desigual; problemas de infraestrutura da instituição e na falta de estratégias pedagógicas adequadas por parte dos docentes; falta de abertura no meio acadêmico para acolher e conviver com a diversidade que gera o preconceito e a exclusão; problemas com os instrumentos avaliativos que careciam de adaptações às necessidades educacionais das pessoas com deficiência; dificuldades de locomoção, por parte dos que moram em outros municípios,

diferentes de onde se localiza o CCJS/UFCG e as dificuldades de caráter subjetivo (relacionamento com os colegas, problemas familiares, etc.).

Como estratégias de enfrentamento identificou-se a tendência atualizante, a presença de grupos de apoio (família, amigos) e um fator protetivo (religiosidade), embora para os discentes com deficiência do CCJS/UFCG, estes grupos não são identificados como tais porque a visão é que um grupo de apoio é algo institucional e, neste sentido, os participantes pouco conseguem identificar a sua existência, no âmbito acadêmico. Encontrou-se, ainda, na fala das pessoas com deficiência, elementos do conceito rogeriano de tendência atualizante, na criação de estratégias de enfrentamento, conforme já foi citado anteriormente.

A Psicologia precisa, cada vez mais, discutir e pautar temas de relevo social, como os direitos das pessoas com deficiência, cumprindo um importante papel na sociedade, contribuindo como ciência e profissão, como se esboçou, nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R. Contribuições da psicologia de Rogers para a educação: uma abordagem histórica. In: PLACCO, V. M. N. S. (Org.). **Psicologia & educação: revendo contribuições**. 5.ed. p.63-95. São Paulo: Educ, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, A. B.; SILVA, S. M. M. da; COSTA, M. P. R. da. Dificuldades no processo de inclusão escolar: percepções de professores e de alunos com deficiência visual em escolas públicas. **Boletim da Academia Paulista e Psicologia**. vol.35. nº.88. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2015000100010>. Acessado em: Abr. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em: Set. 2019.

BRASIL. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acessado em: Set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acessado em: Nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: <

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-publicacaooriginal-151756-pl.html>>. Acessado em: Nov. 2019.

LIMA, L. D. de; BARBOSA, C. L.; PEIXOTO, S. P. L. Teoria Humanista: Carl Rogers e a educação. **Revista das Ciências Humanas e Sociais**. V.4. n.3. Alagoas, 2018.

ROGERS, C. R.; KINGET, G. M. **Psicoterapia e relações humanas**. Vol 2. Trad. Maria Luiza Bizzotto. 2. ed. Interlivros: Belo Horizonte, 1977.

ROGERS, C. R. **Um jeito de ser**. Trad. Maria Cristina Machado Kupfer, Heloísa Lebrão, Yone Souza Patto. 1. ed. Editora Pedagógica Universitária: São Paulo, 1983.

ROGERS, C. R. **Liberdade de aprender em nossa década**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

ROGERS, C. R. **Tornar-se pessoa**. Trad. Manuel José do Carmo Ferreira e Alvamar Lamparelli. 6. ed. Editora Martins Fontes: São Paulo, 2009.

SANTANA, F. Experiência de tendência atualizante em amputado numa perspectiva fenomenológica. **Psicologado**. 2013. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/abordagens/centrada-na-pessoa/experiencia-de-tendencia-atualizante-em-amputado-numa-perspectiva-fenomenologica>>. Acessado em: Abr. 2020.

SOUSA, I. P. de. **A prestação estatal da educação inclusiva como obrigação político-jurídica**. 2013. 105 p. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado. PPGD/UFPB, João Pessoa, 2013.

SOUZA, M. V. L.; LOPES, E. S.; SILVA, L. L. Aprendizagem significativa na relação professor-aluno. **Revista de Ciências Humanas**. v.13. n.2. Viçosa, 2013. p.407-420

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

URBANO, B. de S.; MACHADO, E. S. S. **A contribuição da tendência à atualização no processo psicoterápico**. Unisul, 2018. Disponível em: <<https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/6258/Artigo%20-%20B%C3%A1rbara%20de%20Souza%20Urbano.pdf?sequence=11&isAllowed=y>>. Acessado em: Mai. 2020.

ZIMRING, F. **Carl Rogers**. Tradução e organização: Marco Antonio Lorieri. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010.

ENTREVISTA CONCEDIDA

ENTREVISTADO 1. A prática da tendência atualizante pelas pessoas com deficiência no enfrentamento dos desafios para a permanência no ensino superior. Entrevista concedida a Iarley Pereira de Sousa. Sousa, 12 de abril de 2020.

ENTREVISTADO 2. A prática da tendência atualizante pelas pessoas com deficiência no enfrentamento dos desafios para a permanência no ensino superior. Entrevista concedida a Iarley Pereira de Sousa. Sousa, 12 de abril de 2020.

ENTREVISTADO 3. A prática da tendência atualizante pelas pessoas com deficiência no enfrentamento dos desafios para a permanência no ensino superior. Entrevista concedida a Iarley Pereira de Sousa. Sousa, 12 de abril de 2020.

ENTREVISTADO 4. A prática da tendência atualizante pelas pessoas com deficiência no enfrentamento dos desafios para a permanência no ensino superior. Entrevista concedida a Iarley Pereira de Sousa. Sousa, 19 de abril de 2020.

ENTREVISTADO 5. A prática da tendência atualizante pelas pessoas com deficiência no enfrentamento dos desafios para a permanência no ensino superior. Entrevista concedida a Iarley Pereira de Sousa. Sousa, 19 de abril de 2020.

ENTREVISTADO 6. A prática da tendência atualizante pelas pessoas com deficiência no enfrentamento dos desafios para a permanência no ensino superior. Entrevista concedida a Iarley Pereira de Sousa. Sousa, 20 de abril de 2020.

ENTREVISTADO 7. A prática da tendência atualizante pelas pessoas com deficiência no enfrentamento dos desafios para a permanência no ensino superior. Entrevista concedida a Iarley Pereira de Sousa. Sousa, 20 de abril de 2020.

CAPÍTULO 11

ANÁLISE DA ATIVIDADE DE TRABALHO DE UMA TECNÓLOGA EM RADIOLOGIA: ESTUDO DE CASO

Edizângela de Fátima Cruz de Souza

RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi analisar a atividade trabalhista de uma profissional da área de saúde, visando compreender os aspectos relacionados ao sentido e significado do trabalho que exercem forças significativas na realização do trabalho e da profissão como um todo. Para tanto, o instrumento utilizado foi uma entrevista semiestruturada com um total de oito perguntas abertas sobre a atividade de trabalho. A participante entrevistada foi uma tecnóloga em radiologia. A análise mostrou que a profissional considera que o trabalho é algo vital para o ser humano e que é preciso possuir um sentido e um significado para que este trabalho seja gratificante. Pode-se concluir com o presente trabalho, portanto, que a entrevistada é uma pessoa realizada em sua vida profissional, a qual ela atribui sentidos e significados, buscando-se aprimorar cada vez mais em sua área.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia do Trabalho. Análise de Trabalho. Radiologia.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho exerce muita influência na vida humana, dessa forma, deve ser considerado dentro de sua característica de produção e reprodução social, sua natureza e sua relação de sentido e significado para o ser humano que fundamentam sua relação com a profissão que realiza (BERNARDO *et al.*, 2017).

O tecnólogo em radiologia, foco de estudo do presente trabalho, é o profissional que realiza exames de diagnóstico ou de tratamento, processamento de imagens e/ou gráficos, planejamento de atendimento, organização área de trabalho, equipamentos e acessórios. Também atua na operação de equipamentos, preparação de paciente para exame de diagnóstico ou de tratamento, na orientação de pacientes, familiares e cuidadores e trabalham com biossegurança (CBO, 1985).

A profissão de Tecnólogo em Radiologia surgiu com a descoberta dos raios-x no final do século XIX por Wilhelm Conrad Rontgen, um físico alemão. Essa descoberta gerou uma revolução na área da medicina e caracterizou o surgimento de uma especialização médica chamada radiologia, que proporcionou novas formas de diagnose, como a tomografia computadorizada, ressonância magnética, ultrassonografia e a medicina nuclear (FRANCISCO *et al.*, 2005).

A profissão é regulamentada pela Lei Nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, a qual também determina os direitos de jornada de trabalho de 24 horas semanais, piso salarial garantido por lei de no mínimo dois salários mínimos com adicional de insalubridade de 40%, devido aos diversos riscos decorrentes do trabalho, cuja relação se dá com as exposições ocupacionais e torna obrigatórias as inspeções de saúde e uso de dosímetros de radiação (BRASIL, 1985). A exposição à radiação pode levar a danos no DNA, reações e danos teciduais e, principalmente, câncer (OKUNO; YOSHIMURA, 2010; OKUNO, 1988).

A relação de importância, sentido e significado do trabalho com o homem é demonstrada pelo fato de que por mais frustrante, difícil e cansativo que a atividade possa ser ou se tornar com o decorrer do tempo, ainda existem coisas que causam prazer, seja a recompensa social, financeira ou a sensação de realização profissional e pessoal, sendo o trabalho, portanto, uma produção humana acima de tudo (BERNARDO *et al.*, 2017).

Mesmo havendo vários estudos diferentes sobre sentidos e significados, há algo em comum entre eles: esses são produzidos pelos sujeitos a partir de suas experiências concretas na realidade (TOLFO *et al.*, 2005). Os significados são construídos coletivamente em um determinado contexto histórico, econômico e social concreto, ao passo que os sentidos são caracterizados por ser uma produção pessoal em função da apreensão individual dos significados coletivos, nas experiências do cotidiano. Sendo que essas transformações que os sentidos e significados sofrem são construídos por meio de uma relação dialética com a realidade.

O trabalho pode ser visto e sentido em perspectivas distintas, o qual pode estar associado a significados de tortura e sofrimento mencionados anteriormente. No entanto, a capacidade de transformar a natureza também é geradora de significados (CODO, 1997) como justiça, possibilidade de segurança e de autonomia, de autodesenvolvimento, de relacionamentos satisfatórios, dentre muitos outros (MORIN, 2001). Ao serem atribuídos significados e sentido positivos ao trabalho, certamente, sucede-se as tentativas gerencialistas de “motivar” os trabalhadores.

Codo (1997, p. 26) faz menção que o trabalho pressupõe “[...] uma relação de dupla transformação entre o homem e a natureza, geradora de significado”. É por meio do trabalho que o ato de dar significado à natureza se concretiza; de mesmo modo a relação sujeito-objeto é mediada pelo significado.

Essa relação de sujeito-objeto tem relação aos valores de satisfação. Para Hackman e Oldhan (1975), Morin (1996) define o sentido do trabalho como uma estrutura afetiva formada por três componentes: o significado, a orientação e a coerência. O significado refere-se às representações que o sujeito tem de sua atividade, assim como o valor que lhe atribui.

O valor traz como enfoque a satisfação, aquilo o qual se é atribuído algo, e essa relação de satisfação do trabalho e desempenho estão relacionadas não só ao contexto pecuniário, mas também aos processos motivacionais entre indivíduo e objeto, visto também por Vroom (1964), principal expoente da Teoria da Expectância, o processo motivacional é desenvolvido conforme as percepções que o indivíduo tem da relação entre os esforços que conscientemente estima que deve realizar para alcançar um determinado objetivo, ou meta, e o valor que lhes atribui.

Para Robbins (2002), a motivação, em termos visíveis nas organizações, é o processo responsável pelo qual se infere a intensidade, direção e persistência dos esforços de uma pessoa para o alcance de determinada meta. Assim como indivíduos motivados se mantêm na realização da tarefa até que seus objetivos sejam atingidos (ROBBINS, 2002).

A motivação tem relação com o sentido de ser, alguns autores trazem o enfoque da importância desse sentido, dessa satisfação para que se possa exercer suas atividades e a influência desse sentido fora do contexto trabalho, como relata Antunes (2000) destaca a relação entre sentido e trabalho na atual realidade social em uma perspectiva sociológica, para que exista uma vida cheia de sentido fora do trabalho, é necessária uma vida dotada de sentido dentro do trabalho, levando em consideração o fato de que além de fonte de sustento, é fonte de interação e contato social e dá a sensação de se possuir um objetivo (MORIN 1996, 2001).

O trabalho não é apenas visto como algo individual, de forma que ele alcança outras perspectivas, como meio social, família, e traz um impacto ao alcance social. Para Dejours (1987), o trabalho precisa fazer sentido para o próprio sujeito, para seus pares e para a sociedade. O sentido do trabalho é formado por dois componentes: o conteúdo significativo em relação ao sujeito e o conteúdo significativo em relação ao objeto.

O profissional que entende aquilo que faz, que encontra o sentido na produção entende a relação de fazer para transformar, e o contexto do impacto não só no individual, mas o meio ao qual convive, a análise do trabalho visa sempre, de qualquer modo, compreender para transformar (SANTOS, 2006).

O trabalho perpassa por mudanças ao longo do tempo, além do contexto da globalização e em um contexto de forte competição em mercados globais, levando as empresas a acelerarem

sua produtividade e, em muitos casos, vendo o trabalhador como um meio de produção, sem levar em conta seus aspectos psicológicos, emocionais ou mesmo comportamentais. Para Assunção (2003), essas exigências culminam como sendo fatores intervenientes na produção e que podem incorrer em incidentes e variações, mudando, assim, a situação de trabalho.

O objetivo do seguinte trabalho, portanto, foi analisar a atividade trabalhista de um profissional da área de saúde, visando compreender os aspectos relacionados ao sentido e significado do trabalho que exercem forças significativas na realização do trabalho e da profissão como um todo. Para a realização da análise, deve-se compreender não só o trabalho em si, mas a atividade e a subjetividade envolvida, a diferença entre o trabalho prescrito e o real, a organização do trabalho e o contexto que ele se desenvolve (SANTOS, 2006).

2. ANÁLISE DOS DADOS

O trabalho para a entrevistada significa ser algo vital à vida do indivíduo, acrescentando a este termo, que toda atividade, seja esta remunerada ou não, é considerada trabalho. De acordo com Neves *et al.* (2017) este tem relação com a perspectiva histórica, com o desenvolvimento de como ocorre as relações de trabalho e a organização da sociedade, englobando diversos sentidos que influenciam formação da identidade e dos papéis executados pelo homem no meio o qual está inserido. Portanto, definir o que é trabalhar é uma tarefa complexa, que possui muitas faces, e que necessita de diferentes concepções para seja compreendido.

Assim, como é de grande importância, para a profissional exercer o trabalho, essa atribui a uma pessoa que não desempenha atividades no decorrer do dia, uma função vegetativa, não fazendo nada.

A atividade de trabalhar para Neves *et al.* (2017) envolve de maneira geral a transformação do ser humano e da natureza, de acordo com a necessidade deste, sendo esta tarefa, fundamental para a continuidade da vida do indivíduo. Além disso, com o capitalismo o trabalho passou a ser mais favorável para uma determinada classe social, com a exploração de grupos que sobrevivem do trabalho, e de outros que acumulam recursos, levando à perspectiva negativa do trabalho.

Diante do exposto na entrevista, percebe-se que há uma relativa quantidade de atividades exercidas pela interrogada, esta executa funções no setor de radiologia, ministra aulas e faz pesquisas. Ademais, no relato feito pela profissional, é notável que em todos os campos de trabalho que esta atua, enfatiza a relação existente com outras pessoas, o que é fundamental para um bom desempenho.

As relações de trabalho, segundo Ésther (1998), envolvem algumas esferas como a organização do processo de trabalho, a gestão da força de trabalho, as condições de trabalho e os processos de regulação de conflitos. A primeira, se refere ao que é o determinado trabalho, aos métodos e como os cargos se conectam, a segunda, está associada ao gerenciamento de recursos humanos, a terceira, envolve aspectos peculiares do trabalho do empregado, incluído à sua subjetividade, e a última, tem a finalidade de equilibrar e proteger uma estrutura social que possui diferentes interesses e desigualdade de poder.

Outro tópico relevante abordado na entrevista foi sobre como se dá o processo de aprendizagem do trabalho, sendo colocado o fator da importância do conhecimento adquirido na graduação para o desempenho do trabalho e a necessidade de estar se atualizando nos conteúdos relacionados à sua profissão.

Ainda, de acordo com Souza, Carrieri e Pinheiro (2009), essa relevância da inovação do conhecimento ocorre pelas modificações nas relações de trabalho, o mercado fica mais exigente, levando o indivíduo a buscar a sua qualificação profissional.

A partir da resposta da entrevistada acerca do significado em que seu trabalho possui para ela mesma, foi possível identificar que o exercício profissional pode estar relacionado com diversas atribuições psicológicas e sociais, como a motivação e a socialização.

Dessa forma, isso é enfatizado por Morin (2001), uma vez que defendeu que, para os trabalhadores, sua atividade não se restringe apenas à remuneração, mas concebem também que pode ser um fator determinante para alcançar seus objetivos de vida e se constituir como gerador de interações sociais.

Enquanto ao que diz respeito ao significado em que seu trabalho apresenta para outras pessoas, é viável observar que a profissional demonstra a necessidade de ter seu exercício visto como importante para sociedade. Segundo Tolfo e Piccinini (2007), isso acontece devido ao fato de que, para o trabalhador, se sua atividade não for considerada útil e não oferecer contribuições para a população, deixa de fazer sentido. Sendo assim, para o trabalho possuir sentido, ele precisa abranger as dimensões individuais, sociais e organizacionais.

Além disso, é notório que os pontos positivos do trabalho da entrevistada superam os negativos, o que, para Dejours (1992), é indispensável para que não o considere como apenas pela condição da obrigatoriedade, ignorando, assim, os seus aspectos integradores e abandonando seu lado individual e social.

3. CONCLUSÃO

A entrevista realizada com a tecnóloga em radiologia analisou seu campo de atividade, bem como sua rotina de trabalho, pretendendo compreender o sentido e o significado da realização do seu trabalho.

A profissional, que desenvolve seu trabalho como tecnóloga em radiologia há um ano, considera que o trabalho é algo vital para o ser humano e que é preciso possuir um sentido e um significado para que este trabalho seja gratificante.

Apesar de possuir mais dois vínculos empregatícios na área, ela avalia cada um, citando seus pontos positivos e negativos, e afirma que traz grandes contribuições para a sociedade. Por outro lado, cita como ponto negativo a falta de tempo disponível para aproveitar o tempo de folga.

Pode-se concluir com o presente trabalho, a entrevistada é uma pessoa realizada em sua vida profissional, a qual ela atribui sentidos e significados e busca se aprimorar cada vez mais em sua área. Como toda e qualquer atuação profissional, existem pontos positivos, aqueles que levam a aos trabalhadores a procurarem sempre otimizar o desempenho, e também pontos negativos, que podem desmotivar, mas que também podem mover para buscar melhorias

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. T. P. A controladoria e o capital intelectual: um estudo empírico sobre sua gestão. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 17, p. 21-37, jan. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rcf/a/7NxlL8PWKzSn33SR97Cf6Ry/?format=html>>. Acessado em: Mar. 2023.

ASSUNÇÃO, A. A. Uma contribuição ao debate sobre as relações saúde e trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, Minas Gerais, v. 8, n. 4, p. 1005-1018, nov. 2003. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/csc/v8n4/a22v8n4.pdf>>. Acessado em: Mar. 2023.

BERNARDO, M. H. *et al.* Linhas paralelas: as distintas aproximações da Psicologia em relação ao trabalho. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 34, p. 15-24, mar. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/PWB7YDRY5CyChSckCQgc3pB/?lang=pt&format=html>>. Acessado em: Mar. 2023.

BRASIL. P. R. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985. **Regula o Exercício da Profissão de Técnico em Radiologia, e dá outras providências**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em: Mar. 2023.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÃO. **CBO: 324120 – Tecnólogo em Radiologia**. 1985. Disponível em: <<https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/324120-tecnologo-em-radiologia>>. Acessado em: Mar. 2023.

CODO, W. Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). **Trabalho, organizações e cultura**, Brasília, p. 21-40, jan. 1997. Disponível em: <<http://www.anpepp.org.br/acervo/Colets/v01n11a05.pdf>>. Acessado em: Mar. 2023.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. São Paulo: Oboré, 1987.

DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J. F. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1992. p. 150-173.

ÉSTHER, A. B. **Políticas e práticas de gestão da força de trabalho: estudo nas empresas de transporte coletivo por ônibus de Juiz de Fora**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2013.

FRANCISCO, F. C. *et al.* Radiologia: 110 anos de história. **Rev Imagem**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 281-6, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.imaginologia.com.br/dow/upload%20historia/Radiologia-110-anos-de-Historia.pdf>>. Acessado em: Mar. 2023.

HACKMAN, J. R.; OLDHAM, G. R. Development of the job diagnostic survey. **Journal of Applied psychology**, Washington, v. 60, n. 2, p. 159, fev. 1975. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/record/1975-22031-001>>. Acessado em: Mar. 2023.

MORIN, E. M. Os sentidos do trabalho. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 41, p. 08-19, fev. 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/w9w7NvLzpqcXcjFkCZ3XVMj/abstract/?lang=pt>>. Acessado em: Mar. 2023.

MORIN, E. M. La quête du sens au travail. Le papier a présenté dedans 9e Congrès international de l'Association de Psychologie du travail de langue française. **Sherbrooke**, França, v. 1, n. 1, p. 1-1, out. 1996. Disponível em: <<https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/35013276>>. Acessado em: Mar. 2023.

NEVES, D. R. *et al.* Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. **Cadernos Ebape. Br**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 318-330, jun. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/ncWvqK58zG8PqZC5ZQCgZ9x/>>. Acessado em: Mar. 2023.

OKUNO, E. **Radiation: effects, risks and benefits**. Brasil: Nuclear Fuels-Health & Sfety, 1988.

OKUNO, E.; YOSHIMURA, E. M. **Física das radiações**. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

ROBBIS, S. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Prentice Hall., 2002.

SANTOS, M. Análise psicológica do trabalho: dos conceitos aos métodos. **Laboreal**, França, v. 2, n. 1, jun. 2006. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/laboreal/13678>>. Acessado em: Mar. 2023.

SOUZA, M. M.; CARRIERI, A.; PINHEIRO, D. C. Da qualificação à competência profissional: uma discussão das mudanças sobre as relações de trabalho no contexto brasileiro. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 97-115, jun. 2009. Disponível em: <<https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/195>>. Acessado em: Mar. 2023.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & sociedade**, Brasil, v. 19, p. 38-46, set. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/GnLRwtX3KcddXXjnJ8LgRWy/abstract/?lang=pt>>. Acessado em: Mar. 2023.

VROOM, V. H. **Work and motivation**. New York: John Wiley, 1964.

CAPÍTULO 12

EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO PELA FACULDADE CESUSC EM PSICOLOGIA DO ESPORTE

Rita Adriana Melo Sterling
Marília Santos do Amaral
Guilherme Ribeiro Soares

RESUMO

O presente relatório tem por objetivo descrever e analisar as intervenções realizadas em um clube de remo com finalidade de alto rendimento, da cidade de Florianópolis. Para isso, foi necessário fazer uma breve revisão científica e histórica sobre esse tipo de esporte e o local onde são feitas as suas práticas, incluindo aspectos objetivos e subjetivos do desporto. Foi levado em consideração o mapeamento feito no Estágio Básico I sobre o local e suas atividades, tendo em conta os comportamentos de todos que interagem dentro do clube de remo, sendo eles praticantes do esporte ou não, levando em conta a rotina de treinamentos, atuação dos técnicos, a atuação da diretoria na tomada de decisões dentro da instituição e, principalmente, a relação das pessoas que praticam o esporte com a finalidade de competições de alto rendimento e as mulheres familiares que fazem o apoio aos trabalhos realizados dentro do clube. Sendo assim, houve base suficiente para poder desenvolver intervenções psicológicas adequadas dentro da psicologia, com uma abordagem cognitiva e social do esporte, envolvendo o grupo paralímpico e o grupo olímpico, ambos existentes dentro do clube, a fim de, tentar promover mudanças que podem ser temporárias ou permanentes dentro do contexto em que foi realizado o Estágio Básico II.

PALAVRAS-CHAVE: Esporte. Atletas. Atletas Paralímpicos.

1. INTRODUÇÃO

O esporte de alto rendimento tem seu destaque no bem-estar físico, psicológico, social e, por assim dizer, educativo desde os tempos antigos em que na antiga Grécia já era algo ligado diretamente à qualidade de vida (MEDEIROS; LACERDA, 2020). Em território brasileiro, Santa Catarina entra na história como sede de eventos esportivos no remo no ano de 1915, mas outras localidades do Brasil já tinham suas atividades neste esporte aquático desde 1894, onde o então governador da época Hercílio Luz, teve grande influência na inserção do remo no Estado de Santa Catarina (DUTRA, 2019).

Tendo o remo no contexto dos esportes de alto rendimento, há que considerar que o stress é uma constante, já que o atleta para chegar a determinados limites e conseguir alcançar os seus objetivos, pode vivenciar em alguns momentos transtornos de ansiedade bem como outros, diretamente ligados à vida de quem tem esta rotina diária de produção esportiva (COLAGRAI *et al.*, 2022). A liderança exercida, é um dos fatores que pode influenciar na vida do atleta de alto rendimento, ocupando um papel fundamental no trabalho psicológico desses, para que assim possam atingir o seu potencial máximo e identificar os melhores métodos para

trabalhar no esporte em equipe, sendo esta uma ferramenta fundamental para um bom rendimento de todos os envolvidos (SONOO; HOSHINO; VIEIRA, 2008).

Visando acompanhar o remo de alto rendimento, no âmbito cognitivo, este estágio tem por função, colocar em prática ações da psicologia do esporte que possam causar alterações positivas permanentes ou temporárias dentro de um clube do Sul de Santa Catarina utilizando técnicas psicológicas da teoria cognitivo comportamental e da psicologia social do esporte com os atletas, líderes da diretoria, técnicos, atletas e as mulheres familiares que acompanham aqueles que praticam o remo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A diferença entre psicologia clínica e psicologia do esporte

Ao observar que há um desafio a ser superado, a psicologia do esporte encontra espaço para atuar de forma a potencializar habilidades através do trabalho psicológico com ênfase em áreas cognitivas, comportamentais, emocionais e tudo o que envolve o pensamento e como esse pode afetar a vida diária de um atleta, principalmente com as pressões que acontecem no momento pré competitivo e para isso, tanto o treino físico, como o treino psicológico, são importantes para o bom rendimento e alcance de objetivos de cada competidor (CRP SP, s/a, s/p). Neste sentido,

As habilidades psicológicas são adquiridas e aprimoradas através do trabalho do atleta nos treinos e também através de experiências em competições. Assim como as habilidades físicas, e psicológicas devem ser incorporadas no treinamento diário e ser integradas em um ambiente de aprendizagem que proporcione o desenvolvimento de aspectos físicos e emocionais do atleta de forma que seja indissociável da parte mental. O treino das habilidades psicológicas procura fazer com que o indivíduo identifique, em seu comportamento, na relação de suas expectativas, objetivos e potencialidades, os sinais para desenvolver caminhos para reagir e lidar com o momento da competição e com as pressões que o acompanham muito antes da competição (CRP SP, n.d, n.p).

As ações do psicólogo do esporte, vão muito além do espaço clínico no contexto de consultório, sem entrar em detalhes sobre o passado de cada atleta englobando uma série de atividades que vão desde o acompanhamento singular, até as atividades realizadas em grupo ou ainda fazendo conexões dentro da instituição para que esse os/as remadores/ras, consigam atingir níveis satisfatórios de conquistas com o menor stress e melhor rendimento sendo essas ações as seguintes, segundo o Conselho Regional de Psicologia (CRP, n.d, n.p) do Estado de Santa Catarina:

As ações dos psicólogos do esporte podem ser concentradas em: a) Desenvolvimento dos níveis motivacionais para aprimoramento das sessões de atividades físicas, dos treinamentos e das competições; b) Regulação dos focos de atenção e de concentração; c) Regulação emocional e dos níveis de ativação; d) Desenvolvimento

de habilidades de autoavaliação e de avaliação esportiva de atletas; e) Facilitação de processos de comunicação funcional entre os membros de equipes esportivas; f) Desenvolvimento de compreensão de táticas de jogo, por atletas jovens; g) Aumento de habilidades de resolução de problemas e de tomada de decisões; h) Consolidação de autoconfiança para alcance de objetivos esportivos realistas; i) Seleção de atletas; j) ou ainda, busca de equilíbrio psicológico nos ajustes entre atletas que possuem funções complementares, isto é, em esportes coletivos, identificação dos atletas que, por suas características de personalidade, podem melhorar ou prejudicar os padrões de jogo da equipe ao jogarem juntos, o que ocorre, por exemplo, quando a máxima eficiência tática de uma equipe é conseguida quando ela mescla atletas de definição com atletas de articulação (CRP SC, n.d, n.p).

Como observado na citação acima, a psicologia do esporte tem a possibilidade de trabalhar com instituições como um todo, indo além do indivíduo tendo um olhar sobre o todo como forma de expressão de benefício onde é inserida.

2.2 Remo paralímpico

O Brasil fez história no remo paralímpico desde a sua inclusão nos jogos de Pequim, em 2008, com a paratleta Josiane Lima que conquistou a medalha de bronze para o País juntamente com outro participante no *Double Skiff (2X)*, sendo ela atleta do (Clube de Regatas Aldo Luz (CRAL). Este feito se estende ao ponto de poder-se dizer que tanto no paralímpico quanto nas olimpíadas, foi a primeira vez que o Brasil subiu ao pódio para receber medalhas com o remo brasileiro (BRASIL, 2020).

No contexto dos paraesportes, os atletas são divididos segundo a sua dificuldade motora sendo categorizados pela sua limitação física em que o PR1 (Para remo) ou TA (*Trunks and Arms*) está designado à tripulação masculina ou feminina remando com o assento fixo com encosto, o PR2 ou AS (*Arms and Shoulders*) sendo designado a movimentos de tronco e braço com assentos fixos e barcos *Double Skiff* e o PR3 ou LTA (*Legs, Trunks and Arms*) que está para o uso de pernas, tronco e braços com assento deslizante e conta com um timoneiro para guiar o grupo e somente 50% da guarnição pode ter deficiência visual. A classificação se dá não somente pela lesão corporal do atleta, mas como esta lesão afeta a remada do atleta (CBR, 2021).

Os paratletas enfrentam uma grande discriminação social pela sua condição física, e é no esporte que eles conseguem superar muitas vezes esta discriminação devido as suas limitações através dos feitos para conquistar o seu lugar no pódio porém, muito mais que um ganho de medalhas e troféus, é necessário construir um espaço de visibilidade e valorização como atleta, e também como cidadão (BRAZUNA; CASTRO, 2001).

As experiências e as perspectivas de vida, fazem toda a diferença na maneira como o atleta e o paratleta irão impulsionar o seu trabalho físico e mental durante a sua trajetória no esporte nos quais, os afetos marcam presença na vida e as emoções podem servir como

potencialidades na melhora da qualidade física. Sendo assim, alguns aspectos como a autoaceitação, as relações positivas, a autonomia, o domínio do ambiente, o propósito de vida e o desenvolvimento pessoal fazem parte de um bem-estar psicológico positivo com atitudes positivas que refletem diretamente na preparação técnica, física e mental dos atletas (MEDEIROS; LACERDA, 2020).

As potencialidades para que um atleta paralímpico sirva como exemplo para atletas olímpicos que tem tendência à baixa autoestima precisam ser estimuladas, uma vez que esses paratletas são considerados exemplos de luta, constância e tantos outros fatores positivos que podem servir de um apoio psicológico para aqueles que querem atingir as suas metas, mas não conseguem por questões psíquicas e não físicas porém, é impossível negar que existem fatores desafiadores na relação entre o olímpico e o paralímpico tais como: estigma, opressão e discriminação, que ainda precisam ser socialmente superados (BRAZUNA; CASTRO, 2001).

Mesmo com diversos fatores que impactam os processos psicológicos e sociais, há uma mudança importante quando há interação grupal entre atletas com deficiências e diferentes capacidades físicas com o restante dos atletas durante os treinamentos, sendo observado nesta interação, a diminuição da distância social e ampliação do contato pessoal entre os grupos, o aumento às potencialidades e a capacidade de trabalho de equipe como um todo, contribuindo com a redução dos casos de discriminação e com a expansão do nível de entendimento sobre as dificuldades e sucessos do outro entre os atletas; trata-se de um importante trabalho de unificação dos grupos, com o objetivo de impulsionar a equipe como um todo a trabalhar coletivamente para alcançar as metas almeçadas para o clube que atuam (SOUZA; MARQUES; FERMINO, 2020).

2.3 Ansiedade no esporte de alto rendimento

Sendo o remo um esporte de alto rendimento que envolve movimentos amplos, com capacidades aeróbicas e anaeróbicas, atividades técnicas e táticas para um bom desenvolvimento, os treinamentos vão desde atividades específicas para a melhora da técnica da remada, à atividades estressantes de alta velocidade envolvendo alguns elementos químicos corporais que sofrem alterações hormonais, como no caso da leptina de plasma que dependendo

da quantidade de stress, age influenciando psicologicamente em cada atleta (MAESTU; JURIMAE; JURIMAE, 2005).

A leptina age diretamente no Sistema Nervoso Central (SNC) de maneira a aumentar o gasto energético afetando a ingestão de alimentos quando há um trabalho físico intenso, trabalhando diretamente com os fatores endócrinos e de metabolismo portanto, fatores estressantes de atividades físicas, afetam diretamente a leptina que por sua vez, faz com que haja uma diminuição de injeção e vitamina no corpo, afetando diretamente o SNC aumentando assim o stress nos praticantes de esportes intensos e por sua vez, afetando a rotina alimentar dos atletas devido o fator ansiolítico produzido com stress (ROMERO; ZANESCO, 2006).

Porém, a ansiedade não deve ser vista no esporte como um fator meramente negativo, e sim como um fator positivo quando bem medida e controlada em esportes de alto rendimento, já que estruturas rígidas com regras pré-estabelecidas fazem parte do dia a dia dos atletas que devem obedecer a códigos rigorosos para poder atingir as suas metas. Porém, fatores alimentares, de stress e de ansiedade acabam sendo alterados com os treinamentos intensos, principalmente quando não há uma moderação entre os treinamentos e os fatores que elevam a ansiedade, atingindo diretamente o atleta que aumenta o grau de ansiedade a um nível de transtorno psicológico, como é o caso da teoria da “inversão, da ansiedade multidimensional, da catástrofe e das zonas individualizadas de performance”, afetando diretamente o seu rendimento no preparo para as competições (MEDEIROS; LACERDA, 2020, p. 191).

Para o psicólogo do esporte Eli Straw (2021) existem cinco razões que interferem diretamente sobre a ansiedade do atleta de alto rendimento, que são: a) questões cognitivas as quais envolvem a preocupação sobre a perfeição, o medo de cometer erros, o medo de sentir vergonha e a baixa autoestima; b) a resposta comportamental em relação ao perfeccionismo; c) a baixa autoestima; d) a falta de preparo para a competição, seja em questões físicas e/ou mentais; e) lembrança dos fracassos anteriores. Visto isso, é compreensível que alguns atletas expressam comportamento mais agressivo ao terminarem as suas competições, o que requer muitas vezes a atuação da psicologia do esporte (STRAW, 2021).

2.4 A importância dos líderes no esporte de alto rendimento

O técnico de um esporte de alto rendimento exerce o papel de líder e faz parte de um todo com responsabilidades elevadas, cobranças de grande porte por parte da diretoria de onde trabalha, metas bem estabelecidas e funções que exigem grande empenho para poder atingir os objetivos traçados pela instituição no qual exerce as suas funções. Portanto, necessita atuar de

forma precisa nas suas decisões, seja na maneira como trata os atletas ou a si mesmo para poder atingir o alto rendimento, estabelecido com uma liderança ativa e assertiva (SONOO; HOSHINO; VIEIRA, 2008).

Além das funções habituais, o técnico é quem conduz o treinamento dos atletas sendo responsável por dirigir o grupo dentro de um centro de treinamento, responsável por manter um bom relacionamento entre os praticantes de esporte, não deixando que aconteçam atos de discriminações mantendo assim, um clima amistoso e de bom conviver entre os atletas, evitando que elementos negativos influenciem na diária de vida de treinos dos que estão praticando para competir, tais como raça, idade ou condição física que não podem ser objetos de discriminação dentro do esporte (MEDEIROS; LACERDA, 2020).

A sinergia exerce um papel importante para conduzir uma equipe de remadores, já que os técnicos são responsáveis não somente por criar um time, mas fortalecê-lo dentro do que ele significa para o lugar de trabalho e a grande importância que exerce naquele lugar, porém essa sinergia não acontecerá se somente uma das partes for a que instrui. Faz-se necessário, promover espaços de escuta para o atleta, incentivando a troca de informações durante os treinos de forma clara, assim como na transmissão das ordens sobre os trabalhos que serão executados, causando desta maneira, uma melhor fluência de comunicação evitando emoções negativas que não irão ajudar o time a crescer como o esperado tais como a apatia, a ansiedade, a produção de frustrações e a produção de raiva em determinados atletas (WALINGA, 2001).

As discussões e elementos que possam afetar um ou mais integrantes da equipe, podem levar o grupo todo a falhar e há uma grande probabilidade de isso acontecer, caso o problema não seja resolvido de maneira efetiva e positiva para todos, porém, uma equipe que tem boa sinergia entre si e com o seu líder, tem grandes possibilidades de sucesso não só no trabalho como equipe, mas também como indivíduos, podendo cada um chegar além dos próprios limites, como esclarece Goleman (1998).

Como “parceiro” partidário ao trabalho do técnico, os timoneiros são guias que exercem funções primordiais aliadas aos desejos e parâmetros estabelecidos pelo treinador da equipe, fazendo com que o barco ande e se comunique de forma adequada e satisfatória para o alcance dos objetivos traçados e para tanto, reuniões constantes e instruções são passadas aos timoneiros para que esse, possa agir como um segundo técnico dentro do barco, fazendo com que todos os integrantes estejam dentro de um padrão e prontos para agir quando necessário. É o timoneiro que irá se comunicar com os oficiais de prova dentro da água, bem como se assegurará de que

o material de uso do barco que timonear, esteja devidamente armazenado e em bom estado após o seu uso, sendo responsável por todo o desenvolvimento dos integrantes do barco desde antes da entrada na água, até o seu final, quando o material é guardado na garagem de remos, desempenhando um papel de apoio importantíssimo na vida laboral do técnico (SEQUIN, 2018).

2.5 A importância da relação entre os membros da Diretoria

Para que um clube de remo se forme, é necessário que haja uma estrutura bem organizada que possa gerenciar contratos, administrar os gastos de forma clara para todos, estabelecer regras de conduta do local e do esporte como um todo, tomar ações que impulsionem o crescimento tanto da estrutura física estrutural dos clubes de remo quanto do esporte em si, traçar estratégias junto ao técnico para garantir um bom andamento físico, social e psicológico dos frequentadores dos associados e praticantes dos clubes de remo, regular questões desde sociais até questões pertinentes aos cuidados e melhores interesses dos seus praticantes e da instituição (KZN, 2012).

Considerando que esse grupo de pessoas que formam uma das lideranças mais importantes dentro de um clube no que diz respeito a tomadas de decisões, é possível afirmar que para o melhor interesse de todos no local, é imprescindível uma boa convivência tanto entre as pessoas que interagem no próprio grupo formador da diretoria, como com atletas participantes do local, com a Confederação Brasileira de Remo (CBR), e também com outros clubes locais, a fim de manter uma harmonia entre todos, impulsionando potencialidades para que os desportistas tenham oportunidades para alcançar grandes metas ao longo de sua trajetória com o conhecimento previamente adquirido, já que é formada geralmente, por ex praticantes ou praticantes ativos do esporte (FERGUSON, 2021).

Para que o grupo de uma diretoria funcione bem, é importante que haja diálogo, flexibilidade para escutar outras opiniões, saber trabalhar em grupo para poder fazer uma boa liderança, entender da área que está liderando e, principalmente do esporte que está dirigindo para que as decisões possam ser benéficas para todos (NAVARRO, 2012). Somado a essa teoria de trabalho colaborativo, Mello *et al.* (2014) ressaltam que saber aceitar opiniões contrárias, ser flexível, reconhecer que as pessoas que compõem esse grupo são diferentes, tendo cada uma delas uma história diferente de vida, mas que estão inseridas em um local que luta por um bem comum, ter condições de dar feedback dentro de uma ética sabendo colocar-se de maneira respeitosa de forma que todos possam refletir sobre os pontos de vista de quem os coloca, saber

distribuir tarefas e trocar ideias de forma construtiva, compõem as características básicas de um grupo que está pronto para agir em conjunto e fazer o local crescer.

2.6 Vida social e esporte de alto rendimento

Para Burlot, Richard e Joncheray (2016) os atletas de alto rendimento, tem pouca ou nenhum tempo para poder ter uma vida social fora do espaço de tempo de treino, levando uma vida sumamente estrita de horários, repleta de regras e muita tensão para poder ter algum tempo para si ou para outros fora das inúmeras atividades diárias, esses competidores precisam inventar maneiras de poder estar mais próximo de familiares, amigos e até para ter um tempo de qualidade sem stress para si.

Elencando a ideia de que o atleta de alto rendimento é um ser que vive dentro de uma realidade social e cultural, há a percepção de que nem todo atleta de alto rendimento visa somente a busca pela vitória, mas em muitos casos, está em busca do prazer em adquirir uma melhor saúde corporal bem como, a superação dos seus limites e para isso, é fundamental o apoio de fatores externos sendo um deles, a busca por uma atividade prazerosa em um tempo livre que também possa lhe proporcionar prazer e o apoio no meio em que vive, não se limitando isso somente ao local das práticas, porém buscando incentivos externos na família e no meio que vive (RUBIO, 2019).

Por outro lado, o meio em que o atleta de alto rendimento está inserido, é um meio que não permite uma vida cheia de acontecimentos sociais, permitindo uma rede de comunicação com rotinas diferenciadas de um trabalhador comum, tendo uma vida social que é afetada ao chegar ao fim de carreira pela aposentadoria, pois, a separação dos colegas para assumir novos ritmos com novas perspectivas chega a ser tão assustadora para alguns, que eles resistem ao máximo ao afastamento tanto dos colegas de treinos, como das rotinas assumidas ao longo da vida, gerando muitas vezes, sofrimento psicológico que vão de leves a graves, e que podem levar o atleta a ter dificuldades na relação com álcool e outras drogas e drogas por não suportar ter que assumir uma posição diferenciada no seu dia a dia (AGRESTA; BRANDÃO; NETO, 2008).

2.7 A memorização como fator de importância e independência psicológica

Se minhas conquistas forem percebidas e minhas dificuldades compreendidas, eu sei quem sou (AMIRALIAN, 2004, p. 24).

A orientação espacial, é sumamente importante para pessoas com deficiência visual permitindo que tenham mais independência no local onde escolhem estar, podendo ultrapassar as barreiras do medo e insegurança, assim como transitar e atuar como pessoa de direito nas

suas escolhas. Neste sentido, é muito importante, a maneira como é feita essa orientação, já que deve incluir desde palavras claras, para especificar os objetos que estão ao redor da pessoa com baixa visão ou cega, até a forma como a pessoa é conduzida, uma vez que através da indução correta, é possível transmitir um sentimento de segurança caracterizando assim, a possibilidade da sensação de independência desejada por muitas pessoas cegas ou com baixa visão. Portanto, a inclusão social em atividades físicas, é muito importante tanto para a família do deficiente visual, quanto para o atleta que se sentirá mais confiante nas práticas ao conseguir atingir um grau de independência satisfatório durante as atividades físicas, já que as conquistas pessoais exercem um grau elevado na percepção pessoal e social nestes casos (MARTINS; BORGES, 2012).

Como cita Samulski e Noce (2002), realizar uma intervenção psicológica com paratletas voltada a técnicas de relaxamento, visualização, concentração, motivação e que possam alcançar níveis de estado emocional que proporcionem um bom controle emocional, é uma forma de motivação não somente para trabalhos individuais, mas também em trabalhos grupais.

E o mesmo é observado quanto à importância de trabalhos de memória e motivação no esporte de alto rendimento com atletas olímpicos (VIEIRA *et al.*, 2010). Para Teitelbaum (1999) a mente humana pode ser comparada a um computador recheado de informações e essas informações quando são colocadas de forma visível, tornam-se mais fáceis de serem lembradas, por isso escrever e deixar claro em algum lugar as atividades, é uma maneira de fazer com que o cérebro se organize melhor quanto ao tempo e espaço, essa técnica é relevante para trabalhar tanto de forma individual, quanto em grupos e, principalmente, quando há processos educativos envolvidos.

A maneira como é feito o acesso a esta memória também é algo a ser explorado, uma vez que tanto a forma com que é feita a escrita, quanto as cores e imagens que são utilizadas para transpor momentos importantes de forma visual, podem ter um poder enorme de memorização ao se fazer um mapa de ação para cada pessoa (TEITELBAUM, 1999).

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

O clube onde foi realizado o estágio de psicologia do esporte, localiza-se na região central da ilha de Florianópolis, oferecendo todos os benefícios e facilidades para atender atletas de alto rendimento, contendo materiais adequados para treinamentos em simuladores de remo em dias de chuva, bem como os barcos necessários para a prática do esporte remo nos dias em que as condições do tempo permitem a prática ao ar livre, além de ter um quadro de

funcionários, voluntários e diretoria que permite à instituição realizar as suas atividades de forma produtora dentro das especificações da Confederação Brasileira de Remo (CBR), no que diz respeito ao esporte olímpico e suas especificidades. Para o paralímpico de remo, ainda fazem-se necessárias algumas adaptações para pessoas com deficiências físicas, como um banheiro adaptado para os cadeirantes e sinalização no piso para os cegos ou pessoas com baixa visão que compõem a equipe de paralímpicos praticantes de remo.

As fontes de renda do CRAL e de alguns atletas paralímpicos, são vindouras de doações, patrocínio da Prefeitura Municipal, do programa governamental Bolsa Atleta de alguns atletas paralímpicos, apoio da Fundação Municipal de Esporte, das rendas advindas de aluguel de espaço para colocação de barcos olímpicos de remo na garagem do clube e do aluguel de duas salas comerciais do clube localizados fora do CRAL.

4. ATIVIDADES REALIZADAS

Com base nas atividades de observação realizadas no primeiro semestre do Estágio Básico I, a estagiária elaborou um projeto de intervenção que engloba a participação dos setores como um todo de maneira que possam um dar suporte ao outro, dentro das suas limitações e conhecimento dos que frequentam o CRAL. As atividades realizadas foram de estímulo às lideranças para tomadas de decisões, de forma que deixassem mais visíveis e claros os objetivos a serem traçados pelos demais, causando assim um impacto psicológico positivo para aqueles que precisavam cumprir suas tarefas para atingir as metas traçadas, trabalhando diretamente questões de ansiedade com esse ato.

Construiu-se um espaço de acolhimento para os/as atletas e diretores com a finalidade de diminuir tensões, ansiedades, mediar situações de crises e atuar por meio de manejo do stress, elemento muito comum em esporte de alto rendimento.

Para uma melhor fluência do trabalho durante o desenvolvimento do estágio, foi incentivado entre atletas e lideranças a leitura e compreensão da diferença entre psicologia clínica e psicologia do esporte. Trabalhou-se, ainda, a importância do esporte paralímpico dentro do clube, demonstrando o quanto esse esporte pode ser um elemento importante no desenvolvimento de atividades com o esporte olímpico, trazendo reflexos muito positivos no desenvolvimento psicológico dos atletas, diminuindo questões de discriminação e ampliando os conhecimentos sobre a importância de um bom espaço de convivência social entre ambos os estilos de competidores.

5. PROJETO E ANÁLISE DE INTERVENÇÃO

O clube em questão, atende atletas de alto rendimento com diferentes idades e habilidades físicas, sendo que a maioria participante está na categoria Master, além disso, possui diferentes tipos de lideranças, cada uma direcionada a um objetivo para atender determinadas demandas específicas dentro das metas estabelecidas para 2022 e 2023 pela equipe técnica e diretoria. Para que fosse elaborada uma proposta de intervenção para esse local, foi feita a observação dos movimentos de reconhecimento dos próprios grupos e indivíduos como um todo, e avaliadas as demandas existentes no período do Estágio Básico II. Através das entrevistas, acolhimentos, observações e acompanhamento das atividades do clube, foi possível criar um vínculo entre a estagiária e os membros participantes do clube, fortalecendo a possibilidade da aplicabilidade de um projeto para o segundo semestre de 2022 no clube.

Considerando questões comportamentais e sociais do esporte de alto rendimento, a abordagem escolhida para este trabalho foi a cognitivo comportamental e social do esporte, por trazer aspectos que despertam as ações e reações dos envolvidos com o clube de regatas escolhido, a partir de estímulos fornecidos pelas lideranças e atletas.

Ficou claro que para resolver problemas e assimilar novas ações psicológicas, os integrantes do grupo de WhatsApp criado pelo técnico local, agem e se reconhecem como um grupo, o que possibilita a perspectiva psicológica comunitária de trabalho para a aplicação do projeto do Estágio Básico II, em que são estimuladas a consciência crítica e ético-solidárias. Uma vez que salienta a importância dos participantes e parceiros do clube reconhecerem a história e posições da comunidade em que estão inseridos, bem como poder fazer transformações neste espaço, conforme citam Pinheiros, Barros e Colaço (2012, p. 194) nos seus estudos sobre Psicologia Comunitária e técnicas para o treinamento de grupos. Porém, foi preciso fazer um trabalho de reconhecimento da importância do trabalho de grupo, de diminuição de ansiedade e manejo do stress nos trabalhos efetuados entre a diretoria e o técnico principal, sendo essa uma fragilidade que afetava os próprios integrantes desse grupo específico.

Para trabalhar dentro do contexto proposto pensando no amparo psicológico para este projeto, foram planejadas as seguintes ações:

- Elaborou-se um quadro com a foto das lideranças principais do Clube para que todos pudessem identificar e recorrer aos membros da diretoria e aos dois técnicos, delimitando de forma visível, quem exerce cada função dentro do clube e potencializando essas lideranças,

fortalecendo a sinergia entre os próprios membros da diretoria, técnicos e os/as atletas do Clube de Regatas;

- Foi criada uma rede de apoio aos atletas e às mulheres familiares que acompanham esses atletas fortalecendo os vínculos e diminuindo as ansiedades, principalmente, nas épocas de competições;

- Criou-se com essa rede de apoio do clube, uma manhã de sábado que juntamente com os técnicos, diretoria e famílias, os/as atletas do paralímpico e olímpico que já possuem domínio dos barcos, pudessem dirigir-se a um local remando fazendo assim, atividades ligadas ao remo direcionadas pelos técnicos de forma conjunta, tendo como término um almoço entre as famílias. Ampliando, dessa maneira, a troca de informações das dificuldades, barreiras, limitações e aumentando o vínculo entre o grupo paralímpico, olímpico e lideranças.

Nas questões financeiras referentes às responsabilidades da estagiária, foram utilizados recursos próprios básicos para a construção da sequência de fotos de identificação dos membros de diretoria e técnicos do clube, bem como os materiais necessários para a colocação deste material na parede escolhida pela diretoria para a instalação destes quadros. Assim como, os laços cor de rosa para o evento do Outubro Rosa e, por conseguinte, a viabilização de informações que ressaltassem a importância em diferenciar psicologia clínica de psicologia do esporte e gastos referentes ao transporte próprio para acompanhar atividades relacionadas ao remo fora do clube.

Em agosto, foi realizado um café da manhã pós treino e reunião com as atletas do 8+ para analisar junto com elas o nível de ansiedade dessas, e amenizar questões sobre o tema em pré-competições. Após falar sobre os benefícios e malefícios da ansiedade pré-competição e os benefícios da visualização antes da regata, foi realizada a escuta de cada atleta no que se refere aos seus sentimentos frente a um momento competitivo muito visado pela cidade de Florianópolis, a ser enfrentado em dois dias. Com base em cada relato, foi realizado um aconselhamento psicológico grupal refletido nos textos citados no início da reunião e, em seguida, outros aconselhamentos feitos de maneira individualizada, frente a diferentes formas de estarem enfrentando a mesma situação de ansiedade antes da competição marcada. Para reforçar a reflexão sobre ansiedade e visualização pré-competições, foi enviado via eletrônica um vídeo feito por um atleta olímpico baseado em experiências próprias e com bases científicas.

No mesmo mês, iniciou-se um processo de entrevistas semiestruturadas individualizadas, envolvendo questões previamente estabelecidas e outras originadas durante o

momento da entrevista com atletas paralímpicos e olímpicos. A escolha pelos atletas foi aleatória, mas também por vezes por pedido técnico, somada à procura espontânea de alguns atletas por aconselhamento psicológico no tocante à orientação do tempo e espaço para a aplicação do esporte com maior eficiência com a finalidade de alcançar os objetivos de treino com melhor eficiência física, psicológica e social, diminuindo problemas de stress e ansiedade. Este tipo de entrevista foi uma ferramenta importante de acesso às informações nas ações individuais de cada atleta e paratleta, para que pudessem ser aplicadas intervenções psicológicas com ambos os estilos de esporte de forma adequada, dentro das necessidades de cada um e atendendo os objetivos a serem alcançados pela instituição, respeitando as ações e escolhas de cada desportista.

Dentro deste propósito foram realizadas atividades de aconselhamento psicológico diretivo utilizando um calendário norte americano, contendo 31 dias do mês, dividido por dias e quatro semanas, nos quais eram inseridas as atividades que viriam a ser praticadas no mês de agosto, contendo no máximo quatro palavras por dia citado, alguns símbolos, utilizando letra de forma e com diferentes cores para acessar a memória do atleta de forma mais rápida. Foi feita para o paratleta “X” uma proposta de plano de ação para realizar as suas atividades sem o stress da expectativa do que poderia vir a acontecer tentando desta maneira, organizar os dias, horas, datas, nomes de cada treino de forma que assim, houvesse menos ansiedade na distribuição de horários no seu dia a dia e, também, houvesse a ativação mais rápida da memórias quanto aos treinos que poderiam vir e suas ações. Isso foi realizado baseando-se nas ideias de Teitelbaum (1999), que afirma que ao colocar o que é importante de forma clara em um papel de maneiras diferentes para cada atividade, o que precisa ser lembrado virá à tona de maneira prática com menor esforço mental.

O mesmo método foi utilizado com outra remadora que tinha dificuldade em lembrar de organizar os seus dias e treinos devido a sua nova forma de organizar a sua vida diária, e acabava frustrando-se em relação às exigências da prática do remo, versos ter que lembrar de cada atividade, data ou hora para treinar dentro da sua nova maneira de viver. Segundo Teitelbaum (1999) o cérebro funciona como um *database*, repleto de informações que acionado por diferentes maneiras de composições visíveis em vez de palavra, pode aumentar consideravelmente o poder de memorizar as coisas causando menores frustrações.

Com os paratletas com deficiência visual ou baixa visão, a partir da observação dos relatos de cada um e notado que todos tinham a mesma demanda que era a necessidade de realizar atividades de forma independente, ao mesmo tempo percebendo que esses estavam

muito atrelados ao técnico ou seus cuidadores, foi realizada uma atividade de reconhecimento e familiarização espacial com o local de maneira a fazer com que cada um pudesse conhecer as dependências do clube de remo que atuavam de maneira mais acessível e confortável. Possibilitando assim, a circulação pelos espaços físicos de maneira mais livre e independente, verificando a presença ou ausência de outros remadores ao seu redor, favorecendo a socialização e o entrosamento com outros remadores e remadoras no ambiente da prática esportiva escolhida, visando também a inclusão social entre os atletas, como bem citado por Gesser, Bock e Lopes (2020) sobre a emancipação do sujeito e a importância que isso tem na interação das suas práticas exercidas e o seu entorno, indo exatamente a favor do que é requisitado pela Associação Catarinense de Integração ao Cego (ACIC) que reforça a importância não só da independência do cego por onde transita, mas também o olhar descapacitista sobre os praticantes de esporte nessas categorias.

Ainda em setembro, foram iniciadas atividades para concretizar a primeira e segunda propostas de intervenção psicológica propostas para o clube, com base no que foi observado no primeiro semestre. Foi realizada a preparação do quadro da diretoria e da comissão técnica para ser colocado na parede para a visualização dos participantes e não participantes do clube de remo escolhido para esse estágio, a fim de observar os efeitos que poderia causar à todos da instituição e visitantes do local. Atividade esta que levantou, além do objetivo proposto, bastante questões sobre a importância da própria imagem de forma bem diferenciada para cada membro das fotos e a dificuldade em chegar a acordos grupais para resolver problemas simples. A partir dessa atividade foi realizada a primeira reunião com o setor de marketing e de eventos do clube para começar a alinhar os preparativos do “Outubro Rosa” e seus impactos na psicologia social aplicada para a instituição, levando em consideração todas as ideias e propostas para o evento.

No mesmo mês, ao observar que no remo olímpico ainda havia dúvidas sobre a psicologia do esporte e a psicologia clínica, foi distribuído por meios sociais uma reportagem contendo os benefícios da psicologia do esporte e a sua diferença quanto à psicologia clínica, enfatizando que na psicologia do esporte não é aplicado um tratamento, mas um acompanhamento psicológico com objetivos bem definidos em prol do bem do atleta e o local onde treina, o que ajudou, de certo modo, na amplitude desse olhar sobre os trabalhos a serem efetuados dentro do clube de remo. Essa amplitude de olhar, aparentemente, estendeu-se sobre a diretoria possibilitando uma melhor abordagem para dar continuidade às propostas feitas para esse estágio. Isso abriu campo para que o acompanhamento aos atletas na última etapa do

Estadual de Remo 2022, acontecesse de modo mais fluido pois, tanto atletas, quanto diretoria e técnicos, compreenderam a diferença entre a psicologia do esporte e clínica, colaborando para que o estágio de psicologia do esporte acontecesse de maneira atuante com os atletas.

No primeiro semestre, visando as questões sociais da psicologia do esporte, foi criado um grupo de apoio para o clube de remo e esse por sua vez, criou a ideia de um evento para o Outubro Rosa abrangendo tanto atletas, paratletas, diretores, técnicos como também os visitantes do local, como as suas famílias visando assim, além de aumentar a visibilidade sobre a importância em fazer o teste preventivo de câncer de mama, também possibilitar momentos saudáveis de interação entre atletas, familiares e o grupo como um todo fora dos horários de treino.

Apoiando-se na ideia do Grupo de Apoio denominado *Staff*, foi realizado um trabalho de conscientização da importância da diretoria trabalhar em grupo para tomar decisões, de maneira que ao organizar o evento do Outubro Rosa, tanto diretores, presidente e técnicos de remo, tiveram que reconhecer-se como grupo para poder melhorar a comunicação entre as lideranças com o objetivo de reconhecer que existe um outro que precisa que todos trabalhem em conjunto, não deixando todas as responsabilidades do evento para a diretoria de eventos, como habitualmente atuam. Dificuldades na comunicação inicialmente foram encontradas, mas com o trabalho de mediação da estagiária realizado na reunião, foi possível fazer com que todos, de uma maneira ou outra se manifestassem e participassem das tomadas de decisões.

Para o mês de outubro, dentro da proposta original de intervenção psicológica, foi realizado o acompanhamento dos atletas no período pré e pós competições no dia da regata do Campeonato Estadual de Remo na cidade de Blumenau. Devido às condições precárias do local de competição, somada à ansiedade esperada para o período pré competitivo no esporte de alto rendimento, foram realizadas várias orientações e aconselhamentos psicológicos, mediação em situações de crise, trabalho de incentivo à diminuição do stress e acolhimentos para que os/as competidores/as, pudessem sair desse evento desportivo preparados para enfrentar uma nova rotina de treinos pós competição de maneira saudável mentalmente.

Constatou-se que o evento “Outubro Rosa”, proporcionou um apoio emocional muito importante para os que se encontravam desanimados com os resultados da última competição, bem como causou um impacto muito positivo na diretoria que precisou trabalhar em conjunto, escutando as ideias e opiniões uns dos outros, abrindo espaço para a escuta, abrindo o olhar para novas perspectivas para que o evento pudesse ser realizado. Houve um trabalho conjunto

entre os técnicos do paralímpico e olímpico em algo que não era especificamente uma atividade de competições como o rotineiro, entrando em acordos para poder fazer com que as atividades acontecessem de maneira não só a concretizar uma ideia, mas também a impulsionar um trabalho em conjunto com a sociedade e a instituição como um todo.

Nesse dia, movimentou-se todos os setores do clube, desde os que atendem somente a questões sociais até os grupos técnicos. Os simuladores de remo, denominados remo ergométricos, foram transportados ao trapiche da Avenida Beiramar enquanto os atletas e participantes do evento foram caminhando até o local, alguns carregando um remo do clube e outros somente acompanhando, mas todos em grupo. Ao chegar no local, o técnico do paralímpico organizou as equipes em grupos de quatro pessoas para remar ao princípio e posteriormente, foi convidando pessoas que estavam assistindo somente para poder experimentar o simulador de remo. Várias pessoas de diferentes idades participaram do evento, gerando não somente a importância da conscientização sobre a prevenção do câncer de mama, mas também trazendo mais visibilidade sobre o esporte remo praticado dentro do CRAL, especificamente. Após o evento, todos retornaram ao clube e fizeram uma confraternização com um almoço preparado por todos em suas casas e levado até o local.

Percebeu-se que a música exerceu um papel importante, tanto nos preparativos para a saída dos atletas, quanto durante o evento e após o evento, tendo diferentes intensidades para cada momento, conforme cita Duarte (2009) sobre os efeitos da música nos diferentes contextos dentro de uma perspectiva psicológica no esporte. A partir dela foram alavancadas emoções de alegria, entrosamento, diminuição do stress, estímulos excitatórios necessários para fazer as atividades propostas e, posteriormente, trouxe tranquilidade ao ambiente na hora do almoço entre as famílias, fazendo uma espécie de retorno à tranquilidade antes que todos regressassem aos seus lares.

Ao observar o êxito do Outubro Rosa e os benefícios para a sociedade tanto no âmbito de movimentação familiar, como com o entrosamento com as pessoas que ali passavam, a prefeitura de Florianópolis resolveu convidar o clube para fazer parte do Novembro Azul que tem como objetivo, trabalhar para a conscientização sobre a prevenção do câncer de próstata. Para esse evento, como não houve um tempo de preparação adequado como no Outubro Rosa, o nível de stress entre organizadores aumentou consideravelmente, já que foi preciso montar uma estrutura gigantesca em apenas três dias. Sendo assim, comprova-se que há uma necessidade de tempo maior para poder movimentar tantos setores dentro do clube, com o

menor stress possível e distribuição de funções com maior amplitude, perfazendo um trabalho em equipe mais bem balanceado e com maior êxito.

Ainda em novembro, a estagiária participou de um curso de 4 horas na ACIC para aprender um pouco mais sobre as especificidades das pessoas cegas, no tocante a apresentação do local de esporte na chegada de um atleta deficiente visual e, com isso, contribuir com a sensação de liberdade dos participantes de remo, bem como tentar fazer com que a socialização entre atletas olímpicos e paralímpicos, seja mais fluida, desconstruindo a ideia de deficiência enquanto problema e incapacidade e tentando construir uma ideia de unidade.

Os professores de mobilidade visual da ACIC, propuseram-se a ir até o CRAL e lá realizaram um curso sobre como tornar a vida da pessoa cega dentro do clube mais acessível, desmistificando tabus sobre o que pode e o que não pode ser falado a um cego na hora de apresentar um local, a fim de melhorar a mobilidade do deficiente visual, dentro da garagem de remo. Estiveram presentes o técnico do paralímpico de remo, o seu assistente que também é paralímpico, duas professoras de Educação Física que também são atletas do clube e a estagiária de psicologia do esporte.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atleta de alto rendimento passa por situações de stress diariamente, seja em questões físicas como psicológicas afirma Colagrai *et al.* (2022) e isso pode estar ligado ao fator ansiedade que como citam Medeiros e Lacerda (2020), nem sempre deve ser tomado como um fator negativo nesse tipo de categoria esportiva. Ao mesmo tempo, para um bom andamento e sinergia entre os atletas, as lideranças exercem funções importantes no manejo do stress e condução dos níveis de ansiedade uma vez que a flexibilidade na tomada de decisões e uma boa escuta, podem fazer a diferença entre ganhar ou perder, unir ou separar o grupo (NAVARRO, 2012) ao mesmo tempo que as mesmas lideranças ao incentivarem atividades sociais, estão contribuindo para a aproximação dos atletas às suas famílias e amigos, considerando que na vida diária de treinamentos, não resta muito tempo para o convívio social (BURLLOT; RICHARD; JONCHERAY, 2016).

As mesmas lideranças ao diminuírem a distância entre atletas e paratletas, estão não somente fazendo um trabalho social humanizado, mas também elevando o grupo a um nível de trocas de experiências muito saudável que só vem a contribuir para o crescimento do grupo.

As maiores dificuldades encontradas nesse estágio, foi a de fazer entender que há diferença entre psicologia do esporte e psicologia clínica, a ampliação do conhecimento sobre

a psicologia do esporte uma vez que eu já havia trabalhado por muitos anos na área técnica de alto rendimento no remo olímpico, lidar com os picos de estresse dentro de uma rotina de treinos e competições, mediar situações de conflito hierárquico entre equipe alinhada para competição, conflitos interpessoais do local, lidar com a possibilidade do campo que é vasto e abrange vários setores de lideranças e diferenciar o lugar da psicologia do esporte e social e a psicologia clínica.

REFERÊNCIAS

AGRESTA, M. C.; BRANDÃO, M. R. F.; NETO, T. L. de B. Causas e consequências físicas e emocionais do término de carreira esportiva. **Rev. Brasil. Med. Esporte.** v.14, n.06, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbme/a/PWWpQD4ftS7D7FVLkxSQNDt/?lang=pt>. Acessado em: Nov. 2022.

AMIRALIAN, M. L. T. M. Sou Cego ou Enxergo?. **Educar**, Curitiba, n. 23, p. 15-28, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/zrbZkRsyxJTVdv4BgXP8zVw/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em: Set. 2022.

BORGES; G. F.; MARTINS; N. A. Deficiência visual e a prática de atividades físicas. **EFDeportes**, v.16, n.164, janeiro 2012. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd164/a-deficiencia-visual-e-atividades-fisicas.htm>. Acessado em: Set. 2022.

BURLLOT, F.; RICHARD, R.; JONCHERAY, H. The life of high-level athletes: The challenge of high performance against the time constraint. **Sage**. v.53, n.2. p.3. Paris, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/300395164_The_life_of_high-level_athletes_The_challenge_of_high_performance_against_the_time_constraint. Acessado em: Set. 2022.

CRISTALDO, H. Psicólogo esportivo ajuda atletas a melhorar rendimento e alcançar pódio. **Agência Brasil**, 20 de agosto 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/rio-2016/noticia/2016-08/psicologo-esportivo-ajuda-atletas-melhorar-rendimento-e-alcancar-podio>. Acessado em: Set. 2022.

COLAGRAI, A. C. *et al.* Saúde e transtorno mental no atleta de alto rendimento: mapeamento dos artigos científicos internacionais. **Movimento**, São Paulo, v. 28, e 28008, pp. 2-11, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/nWM6ZfVCRLmhrHkfkjPnzrN/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: Mai. 2022.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SANTA CATARINA. **Psicologia do esporte**. [n.d.]. Disponível em: <https://crpsc.org.br/psicologia-do-esporte>. Acessado em: Set. 2022.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Psicologia do Esporte: contribuições para atuação profissional**. [n.d.]. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/psicologiadoesporte/pratica.aspx>. Acessado em: Set. 2022.

DUARTE, T. Reflexões sobre a música como estratégia auxiliar em psicologia do esporte aplicada. **UNICEUB**. Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2570/3/20560510.pdf>. Acessado em: Nov. 2022.

DUTRA, A. A. **Clube de Regatas Aldo Luz 100 anos: memórias do remo de Florianópolis**. Copiart. Santa Catarina, 2019, pp. 9-117.

DUTRA, A. A. **História**. aldoluz.com.br. 2018. pp. 9-117. Disponível em: <http://aldoluz.com.br>. Acessado em: Mai. 2022.

FERGUSON, J. Effective Sporting Organizations: A practitioner 's perspective. **Open Journal of Social Sciences**. v.9, n.12. p.178-179. Austrália, 2021. Disponível em: https://www.scirp.org/pdf/jss_2021121014394456.pdf. Acessado em: Out. 2022.

GESSER, M.; BOCK, G. L. K.; LOPES, P. **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: CVR, 2020.

KZN DEPARTMENT OF SPORT AND RECREATION. **Basic guide to sports club management**. (s.l). Nova Zelândia, 2012. Disponível em: <https://cdn.revolutionise.com.au/cups/sas/files/v6jknptetjlcjh1v.pdf>. Acessado em: Out. 2022.

MEDEIROS, C.; LACERDA, A. **Esporte, saúde mental e sociedade**. São Paulo: Passavento. 2020, pp.9-191.

MELLO, C. G. de. *et al.* Formação e características de times, equipes ou grupos e características dos membros para atuar em sistemas dinâmicos. **IX Work. de Pós. e Pesq. do C. P. S.** p.442-444. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/files/artigo/file/482/81986a69b9c09006e8d52f7af740b21b.pdf>. Acessado em: Out. 2014.

NASCIMENTO, F. **Como controlar a ansiedade antes da competição**. Youtube 2 de setembro 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-JM82J_42WE. Acessado em: Set. 2022.

NAVARRO, J. Perfil profissional de los directores de deportes de las instituciones de educación superior venezolanas. **Sapiens**. vol.13, n.1. Caracas, 2012. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1317-58152012000100005. Acessado em: Out. 2022.

NOCE, F.; SAMULSKI, D. Perfil psicológico de atletas paraolímpicos brasileiros. **Rev. Brasileira de Medicina do Esporte** [online]. 2002, v. 8, n. 4, pp. 157-166. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-86922002000400005>. Acessado em: Nov. 2022.

PINHEIROS, A. F. P. H.; BARROS J. P. P.; COLAÇO V. de F. R. Psicologia comunitária e técnicas para o trabalho com grupos: contribuições a partir da teoria histórico-cultural. **Psico**, v43, n2. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11696>. Acessado em: Nov. 2022.

RUBIO, K. *et al.* **Psicologia Social e do Esporte. Laços**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Katia->

Rubio/publication/333486343_Psicologia_Social_do_Esporte/links/5cefecec92851c4dd01ba9e6/Psicologia-Social-do-Esporte.pdf#page=11.
Acessado em: Set. 2022.

SONOO, C. N.; HOSHINO, E. F.; VIEIRA, L. Liderança esportiva: estudo da percepção de atletas e técnicos no contexto competitivo. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 68-82, dez. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872008000200006>. Acessado em: Mai. 2022.

STRAW, E. Five reasons athletes develop performance anxiety. **Success Starts Whithin, LLC Journal.** (s.l.). Estados Unidos, 2021. Disponível em: <https://www.successtartswithin.com/blog/five-reasons-athletes-develop-performance-anxiety>. Acessado em: Out. 2022.

TEITELBAUM, J. How not to forget: the ultimate memory improvement training program. Trafford. p. 22; p.121-125, Canada – 1999. **Med Esportes**, v.8, n.4, Jul/Ago, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbme/a/4htbFkbKmdfBZWh8HDMsdgP/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em: Set. 2022.

VIEIRA, L. F. *et al.* Psicologia do esporte: uma área emergente da psicologia. **Psicol. Estud.** v.15, n.2, junho 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/dxqXV7GtH7zkCLkzYq7K7Wd/?lang=pt>. Acessado em: Set. 2022.



www.editorapublicar.com.br



contato@editorapublicar.com.br



[@epublicar](https://www.instagram.com/epublicar)



facebook.com.br/epublicar

PSICOLOGIA & CULTURA:

Abordagens, reflexões e implicações da psicologia
na sociedade contemporânea



2023

Cristiane Elisa Ribas Batista

Jaisa Klauss

Patrícia Gonçalves de Freitas

Organização



www.editorapublicar.com.br



contato@editorapublicar.com.br



[@epublicar](https://www.instagram.com/epublicar)



facebook.com.br/epublicar

PSICOLOGIA & CULTURA:

Abordagens, reflexões e implicações da psicologia
na sociedade contemporânea



2023

Cristiane Elisa Ribas Batista

Jaisa Klauss

Patrícia Gonçalves de Freitas

Organização